



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS

TAIANE ALMEIDA DO NASCIMENTO

**A REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA PESQUISA E PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL**

São Cristóvão- SE
2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

N244r	Nascimento, Taiane Almeida do A reforma agrária popular na pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social / Taiane Almeida do Nascimento ; orientadora Nelmiros Ferreira da Silva. – São Cristóvão, SE, 2022. 190 f. : il. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2022. 1. Serviço social – Pesquisa. 2. Reforma agrária. 3. Política social. 4. Universidade Federal de Sergipe - Pesquisa. I. Silva, Nelmiros Ferreira da, orient. II. Título. CDU 364.6:332.021.8
-------	---

TAIANE ALMEIDA DO NASCIMENTO

**A REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA PESQUISA E PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL.**

Dissertação de Mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Data: 29 agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Prof. Dr.^a Nelmiros Ferreira da Silva (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Vânia Carvalho dos Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dr.^a Magaly Nunes de Gois (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dr.^a Thereza Martins Cristina Santos Martins
(Examinadora Interna Suplente)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

DEDICATÓRIA

Dedico a todos (as) familiares, parentes camponeses (as) e trabalhadores (as) do campo e da cidade que foram e são explorados (as) pelo Capital. Desejo força, coragem e formação de uma consciência de que a justiça social não é impossível, mas indispensável.

AGRADECIMENTOS

De acordo com Marx (2008), todo começo é difícil em qualquer ciência, a reflexão, a perseverança que foi realizar o trabalho. De modo que foi preciso lembrar que não somos a-históricos, percorremos caminhos que se entrelaçaram com os obstáculos e aberturas de novos horizontes como sujeitos (as) de nossa história.

Essa dissertação foi fruto das experiências, do acúmulo teórico que se inicia no ensino, na pesquisa e na extensão. A contribuição da **Prof.^a Dr.^a Nelmiere Ferreira da Silva** me despertou a atenção nos debates acadêmicos, nas reflexões sobre o que foi o mestrado e acatei os meus ideais, curiosidades, convicções e desconstruí e construí novas reflexões acerca da questão agrária, da reforma agrária e de outras categorias teóricas da pesquisa. Além das discussões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-políticas nas disciplinas com as professoras doutoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS/UFS) **Rosângela Marques, Maria Helena Santana Cruz, Maria da Conceição Gonçalves Vasconcelos, Josiane Soares, Vera Núbia** e do secretário **Walter Luís**, os (as) colegas da turma 2020 que compartilhamos dores e alegrias no momento da pandemia de coronavírus.

Agradeço a minha mãe **Maria Creuza Alves de Almeida do Nascimento**, professora informal e inspiradora de força nas adversidades, ao seu esposo **Antônio Carlos** pela responsabilidade do meu desenvolvimento humano. Ao meu pai **José de Jesus Nascimento e sua esposa Joseilde M. Nascimento**, que me acolheu na sua casa nos momentos de fragilidade da saúde e todos (as) irmãos (ãs) que me incentivavam com palavras positivas: **Denis, Francielle, Iasmim, Karla, Natália, Raphael, Valdirene, Vitória, Thauana e Tauã**.

Reconheci a força das minhas origens camponesas como impulsionadoras da promoção da liberdade, paz e dignidade no campo, advindas dos meus avós paternos **Luís José** (*in memoriam*) e **Maria Jovina** (*in memoriam*) do Povoado Recanto, Poço Verde-SE, mas também os avós maternos **Elizeu José** (*in memoriam*) e **Joana Alves** (*in memoriam*) de Uauá-BA, bem como tios (as), em especial **Deoclides** (*in memoriam*), que me deixou saudades em 2021, minha tia e madrinha **Juzinha**, tio **José Leandro(tio Zé)**, tia **Lionete**, **primos (as)** e outros parentes que me presentearam com as mais belas lembranças das férias na roça, dos animais, dos tanques d'água, além dos (as) primos (as) e amigos (as) e da 2ª avó **D. Maurina** (*in memoriam*), que partiu e me

deixou na memória o abraço bem apertado com todo amor e sinceridade, e os tios (as) lá em Santo Amaro-SE.

As (os) amigas (os) que me incentivaram ao mestrado à assistente social **Dr.^a Ana Paula Leite Nascimento**, a **Cleonice** (*in memorian*), que no processo seletivo me incentivou a caminhar; aos que dividiram as dores e compartilham as alegrias no momento de pandemia e distanciamento social: **Adriano da Silva, Ana Paula Azevedo, José Denivaldo dos Santos, Graziela, Jeane Santos**.

Ao trabalho e desenvolvimento da doutrina do Amanhecer, espírita e cristão, através dos mestres **Alan, Benedito, David, Diego Luiz, Levi, Walteilton, Walteilton Júnior** que contribuíram com o processo de autoconhecimento, saúde e equilíbrio neste momento de pandemia de Coronavírus. Gratidão!

Agradeço a todo aprendizado no **Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Góes de Araújo interligado a ENESSO e ABEPSS, APG-UFS**, coletivos dos movimentos estudantis da UFS e além dos muros, como o **MOPS, SUS nas RUAS, MST**, dentre outros pelos cursos de formação, que me propiciavam contato com as reivindicações e lutas coletivas da comunidade acadêmica, dos movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores (as).

Ao **Centro de Formação Paulo Freire** em Caruaru, a **Universidade Federal do Agreste de Pernambuco** e a parceria da **Escola Nacional Florestan Fernandes** pela oferta gratuita das extensões nos cursos de formação e de especialização em questão agrária com professores (as) com grande acúmulo teórico-histórico.

A **Universidade Federal de Sergipe**, por me proporcionar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – **PROSS/UFS**, o Curso de Especialização em Residência Agrária (Agroecologia, Questão Agrária, Agroindústria e Cooperativismo) via financiamento CNPq e MDA, além da graduação com ensino, pesquisa e extensão gratuita e de qualidade, a exemplo do **Projeto Universalização do Acesso aos Direitos Sociais em Áreas de Reforma Agrária e Comunidade de Pequenos Agricultores Familiares do Alto Sertão Sergipano**, coordenado pela **Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Zavaris Tanezini**, hoje aposentada, e a todos (as) colegas que construíram coletivamente essas atividades. Agradeço a **Tiago, Naiane França** pelas correções da língua portuguesa. **Gratidão a todos!**

A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar. Então era a riqueza, dinheiro que um homem não podia gastar, casa na cidade, charutos, botinas rangedeiras. De quando em vez também chegava a notícia de um morrera de tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era vida diante de tanta fartura?

Jorge Amado. Terras do Sem-fim, 2008.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado parte do pressuposto de que o arsenal de trabalhos do curso de Graduação e Pós-Graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) produzidos na última década do século XXI trouxe um importante recorte, o qual situa a expansão capitalista no campo via agronegócio, o mercado de terra, especulação e o rentismo. Logo, os estudos, pesquisas e produções do conhecimento no Serviço Social brasileiro têm se apropriado deste debate, dialogando com estas categorias, inter cruzam as mediações históricas: classes sociais, propriedade privada, renda da terra, a questão social e suas expressões. Nessa direção, está dissertação objetiva investigar as produções científicas com recorte na reforma agrária popular entre 2011-2021 à luz da abordagem materialista histórico e dialética, cuja mediações dialogam com categorias analíticas que extrapolam a aparência do real concreto (KOSIK, 2002). Para isso, desenvolvemos um estudo bibliográfico e documental de natureza exploratória quanti-qualitativa norteado por um roteiro de questões previamente elaboradas a partir das questões apresentadas no projeto de pesquisa. Logo, a partir do método da teoria social crítica da totalidade, apreendemos e analisamos a estrutura e dinâmica do objeto, “tal como ele é em si, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”, pois a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa (NETTO, 2011, p.20 e 21). Outrossim, os caminhos metodológicos adotados foram: Mapeamento de TCCs e Dissertações produzidas na graduação e na pós-graduação do serviço social da UFS, cujo recorte foca no debate crítico acerca da reforma agrária entre 2011 a 2021; Levantamento secundário e complementar de referências bibliográficas de artigos científicos, coletâneas, relatórios de PIBIC/2020-2021 que tratam da questão agrária e reforma agrária à luz da abordagem marxista/marxiana. Entre os resultados obtidos no percurso investigativos e analítico destacamos: a tendência do aprofundamento de debates centrados nas discussões relativas à questão agrária e a reforma agrária sob a tensão de disputas retóricas, na qual a perspectiva crítica assumida pelo serviço social brasileiro constrói possibilidades de reflexões acerca da reforma agrária de mercado, dos negócios no campo e do rentismo especulativo como estratégico à acumulação de capital. Ainda, possibilita extrapolar a aparência das análises, cujas tensões no campo das políticas neoliberais tendenciam ao esvaziamento e à perda da centralidade da agenda de políticas para os/as trabalhadores/as que lutam pelo acesso à terra, retroalimentando o sentido e o significado que o Estado capitalista tem dado à política de reforma agrária enquanto base estruturante ainda é muito incipiente, bem como a questão agrária. As pesquisas e análises dos trabalhos de dissertação de Serviço Social da UFS apresentam uma relação intrínseca entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, porém, requiseram novas pesquisas e discussões acerca da renda terra, da mercantilização da terra e seus múltiplos dimensionamentos pela monopolização do estágio atual da sociabilidade capitalista

Palavras-chave: Pesquisa em Serviço Social, Projeto Profissional de Serviço Social, Abordagem Marxista/Marxiana, Questão Agrária, Reforma Agrária Popular.

ABSTRACT

The present master's dissertation is based on the assumption that the arsenal of works from the Undergraduate and Postgraduate course of Social Work at the Federal University of Sergipe (UFS) produced in the last decade of the 21st century brought an important cut, which places the expansion capitalism in the countryside via agribusiness, the land market, speculation and rent-seeking. Therefore, studies, research and knowledge production in the Brazilian Social Service have appropriated this debate, dialoguing with these categories, intersecting historical mediations: social classes, private property, land rent, the social issue and its expressions. In this direction, this dissertation aims to investigate scientific productions with a focus on popular agrarian reform between 2011-2021 in the light of the historical and dialectical materialist approach, whose mediations dialogue with analytical categories that extrapolate the appearance of the concrete reality (KOSIK, 2002). For this, we developed a bibliographic and documentary study of an exploratory quanti-qualitative nature guided by a script of questions previously elaborated from the questions presented in the research project. Therefore, based on the method of the critical social theory of totality, we apprehend and analyze the structure and dynamics of the object, "as it is in itself, in its real and effective existence, regardless of the researcher's desires, aspirations and representations", because theory is, for Marx, the ideal reproduction of the real movement of the object by the research subject (NETTO, 2011, p.20 and 21). Furthermore, the methodological paths adopted were: Mapping of TCCs and Dissertations produced at the undergraduate and graduate levels of the social service at UFS, whose clipping focuses on the critical debate about agrarian reform between 2011 and 2021; Secondary and complementary survey of bibliographic references of scientific articles, collections, reports of PIBIC/2020-2021 that deal with the agrarian question and agrarian reform in the light of the Marxist/Marxian approach. Among the results obtained in the investigative and analytical path, we highlight: the tendency of deepening debates centered on discussions related to the agrarian question and agrarian reform under the tension of rhetorical disputes, in which the critical perspective assumed by the Brazilian social service builds possibilities for reflection on of market agrarian reform, rural business and speculative rent-seeking as strategic to capital accumulation. Still, it makes it possible to extrapolate the appearance of the analyses, whose tensions in the field of neoliberal policies tend to empty and lose the centrality of the policy agenda for workers who fight for access to land, feeding back the meaning and meaning that the Capitalist state has given the agrarian reform policy as a structuring basis is still very incipient, as well as the agrarian question. The research and analysis of the UFS Social Work dissertation works present an intrinsic relationship between the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions, however, they required new research and discussions about land rent, the commodification of land and its consequences. multiple dimensions by the monopolization of the current stage of capitalist sociability.

Keywords: Social Work Research, Professional Social Work Project, Marxist/Marxian Approach, Agrarian Question, Popular Agrarian Reform.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Trabalhos do Serviço Social e Reforma Agrária na UFS (2010-2020)	106
Gráfico 02- Principais Categorias de Análises.....	107
Gráfico 03- Objeto de Estudo.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Objetos de Estudo sobre o Serviço Social e Reforma Agrária.....	108
Quadro 02- Temas das Dissertações sobre a Reforma no Serviço Social (2011-2021)	125
Quadro 03- Referências Primárias e Secundárias.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –Trabalhos sobre Serviço Social e Reforma Agrária (UFS).....104

Tabela 02– Trabalhos Sobre Serviço Social e Reforma Agrária- UFS (2011-2021)118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFS	Associação de Docentes da Universidade Federal de Sergipe
AL	Alagoas
APL	Arranjos Produtivos Locais
ATER	Assessoria Técnica em Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFAC	Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLAT	Congresso da Classe Trabalhadora
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPRASE	Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAGRO	Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EU	União Europeia
FEACOM	Federação das Associações Comunitárias dos Produtores Rurais de Porto da Folha
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe

FHTM	Fundamentos Histórico - Teórico- Metodológicos do Serviço Social
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEA	Laboratório de Estudos Agrários
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOPS	Movimento Popular de Saúde
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPGeo	Núcleo de Pós-Graduação em Geografia
PA's	Planos Anuais
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PDT	Plano de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano
PET	Programa de Educação Tutorial em Serviço Social
SS	
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIX	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PP	Planejamento Participativo
PROEX	Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROINF	Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios Rurais
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PSB	Proteção Social Básica
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SE	Sergipe
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEIDES	Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEMEX	Semana de Extensão
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO 1 –CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	39
1.1-Fundamentos da Sociedade Burguesa - questão agrária: expressão ou particularidade da questão social?	39
1.2 Questão Agrária e Reforma Agrária no Serviço Social à luz dos Fundamentos da Sociedade Capitalista.....	58
 CAPÍTULO 2 – A PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ESPECIFICIDADE DO TEMA DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	66
2.1- Projeto Profissional do Serviço Social e a Cultura da Pesquisa e Produção do Conhecimento no Serviço Social.....	66
2.2- As Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social – A reforma agrária em foco.....	75
2.2.1 – Serviço Social e Reforma Agrária Popular.....	81
 CAPÍTULO 3 - A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFS - PESQUISA E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE REFORMA AGRÁRIA POPULAR (2011-2021).....	91
3.1 – Graduação em Serviço Social na UFS e a Relação com o Tema Questão Agrária e Reforma Agrária.....	92
3.2- Pesquisa e Produções do Conhecimento no Serviço Social da UFS (2011-2021) com foco na reforma agrária popular	110
3.2.1-Dissertações e Produções Científicas Produzidas na Pós-Graduação em Serviço Social/UFS sobre a Reforma Agrária Popular sob Abordagem Marxista/Marxiana (2011-2021)	119
 4 –CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
 5-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

6-APÊNDICES.....	167
6.1- APÊNDICE A- Roteiro de Análise Documental.....	167
6.2- APÊNDICE B- Roteiro de Análise Documental.....	169
6.3- APÊNDICE C- Roteiro de Análise Documental.....	172
6.4- APÊNDICE D- Roteiro de Análise Documental.....	179
6.5- APÊNDICE E- Roteiro de Análise Documental.....	182

INTRODUÇÃO

Morte e Vida Severina

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

João Cabral de Melo Neto

A presente dissertação intitula-se “Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social: o foco na reforma agrária popular no Brasil ” e parte do pressuposto de que o arsenal de trabalhos produzidos nas últimas décadas do século XXI trouxe um importante recorte, o qual situou a expansão capitalista no campo via agronegócio, o mercado de terra, especulação e o rentismo. Logo, os estudos, as pesquisas e as produções do conhecimento no serviço social brasileiro têm se apropriado deste debate, mediado pelas referidas categorias, inter cruzando as determinações sócio-históricas de classes sociais, propriedade privada e renda da terra.

Nessa direção, a proposta desta pesquisa teve por finalidade investigar as produções científicas com foco na reforma agrária popular à luz da abordagem analítica marxista/marxiana, a qual atravessa a dimensão ético-política crítica revolucionária do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, numa conjuntura de esvaziamento da proposta de reforma agrária democrática e popular à ascensão da lógica de mercantilização de terras sob o ideário ultraneoliberal. Nesse panorama, a crítica à economia política na contemporaneidade centrara-se no aprofundamento do processo metabólico de ampliação da acumulação do capital sob a lógica do rentismo especulativo, ao tempo que as forças reacionárias ultraconservadoras trataram de mitigar as políticas no/para o campo, criminalizando os movimentos sociais e os segmentos de trabalhadores (as) que lutam pela reforma agrária popular.

Importa sinalizar que a abordagem que norteou esta dissertação de mestrado tem suas raízes fincadas na tradição da teoria crítica ontológica materialista incorporada pelo Serviço Social brasileiro, a qual vem alcançando maturidade intelectual nas pesquisas e produções do conhecimento desde a década de 1980. Sendo assim, formata-se como

instrumento estratégico às investigações e intervenções conservadoras no interior do debate, da prática interventiva, investigativa e na produção do conhecimento científico crítico.

Outrossim, sob a perspectiva do desenvolvimento da cultura da pesquisa no Serviço Social brasileiro, à luz da práxis emancipatória, consolidou-se frente ao aprofundamento de estudos resultantes de publicações de capítulos de livros, revistas, livros etc., originados a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado desenvolvidas nos programas de pós-graduação em serviço social. Conforme Paulo Netto (2004), as pesquisa e produções do conhecimento do serviço social no Brasil, assumiram uma direção teórica e hegemônica, sem perder de vista o exercício democrático do pluralismo teórica-metodológico.

Nos anos de 1990, ao novo milênio, o acúmulo das produções científicas com estímulo à cultura da pesquisa foram fundamentais para o fortalecimento dos núcleos, grupos estudos e pesquisa na graduação e pós-graduação de diversos programas de Serviço Social no Brasil, consolidando-se uma rica produção intelectual sob a abordagem analítica da totalidade da vida social, entre outras abordagens teóricas-metodológicas. Nesse âmbito, vários temas relacionados às expressões da questão social passaram a compor as linhas de pesquisa, entre estes, podemos destacar as categorias questão agrária e reforma agrária na interlocução com o Serviço Social brasileiro.

Apesar da tendência dos estudos agrários em meados dos anos 1980 adentrarem no novo milênio do século XXI, consideramos um campo de estudo ainda incipiente, porém promissor, frente à crise estrutural do capital que vem garimpando alternativas de superacumulação sob a agenda do mercado especulativo de terra, entre outras ofensivas, tem retirado a reforma agrária popular da cena do debate. Importa visualizar alguns autores (as) que trouxeram contribuições teóricas e estratégicas à formação e ao exercício profissional dos (as) assistentes sociais, compromissados (as) com as lutas sociais e políticas sociais. Nesse sentido, podemos destacar¹: (BRAZ, 2012); (LUSA,2012);

¹ BRAZ (2012): *Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas*: questões e polêmicas na revista Serv. Soc.- Soc. n. 11 apresentou questões e polêmicas relacionadas ao momento atual do desenvolvimento capitalista e da luta de classes; LUSA (2012) em *A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social*: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. Abordou a relação entre o aporte teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social no exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais do meio rural; SILVA (2015): *A Reforma Agrária no Governo Dilma*, que analisa a reforma agrária no primeiro Governo Dilma (2011-2014) à luz do materialismo histórico-dialético; ALVES (2015) em *Serviço Social e Questão Agrária*: apontamentos acerca da Questão Social no Campo Brasileiro. Temporalis n. 30 discutiu a questão agrária como particularidade da questão social;

(TANEZINI, 2014), (ALVES,2015); (SILVA,2015) (ANDRADE DA SILVA, 2017); (RABELO SILVA et. hall (2017); (DUTRA, 2017); (SANT`ANA, 2019); (RAICHELIS, 2020); dentre outras.

No atual cenário mundial e nacional, a espacialização do capital (re)territorializa-se e, ou (des)territorializa-se processando a chamada estrangeirização de terra, assalariamento e precarização do trabalho, descampinização e crescimento de atividades não agrícolas, as pluriatividades. Essas características discutidas por Ramos e Filho (2013) visualizam o processo de apropriação de mais terras, o que Oliveira (1997) denomina territorialização do capital imperialista monopolista concentrador. Nessa dinâmica, a subordinação da matéria-prima pelo capital passa a atender a agroindústria e deixa de lado a necessidade concreta do ser camponês, dessa forma, delineia a monopolização do território camponês pelo capital monopolista (OLIVEIRA, 1997 apud RAMOS FILHO (2013, p.52).

Esses elementos, entre outras questões emergentes na atual conjuntura do capital mundializado, trazem mediações históricas necessárias à releituras que perpassaram a profissão de serviço social ao longo de três décadas, ao tempo que nos levaram a salientar que tais elementos motivadores desta-pesquisa têm uma relação com determinantes sócio-históricos, os quais, direta e indiretamente estão presentes no processo de formação profissional do serviço social brasileiro. Outrossim, na direção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), ainda que perpassado por importante revisão curricular a partir de 2002, não inseriu em sua estrutura curricular disciplinas obrigatórias que apreendam conteúdos acerca da questão agrária, política de reforma agrária e movimentos sociais etc., como particularidade da questão social e suas expressões. Vale ressaltar, a iniciativa de docentes,

ANDRADE DA SILVA (2017) em *Atuação do Assistente Social nas Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural*: elementos para reflexão. Parte da reflexão das políticas de reforma agrária realizadas pela sociedade civil sob o financiamento e direção do Estado; RABELO SILVA et. all (2017) no artigo *Serviço Social e Questão Agrária*: possibilidades e desafios na efetivação do projeto ético-político na FETAEMA. Relacionou o Serviço Social e questão agrária nos processos de trabalho do (a) assistente social; DUTRA (2017) na obra *Decifrando o Enigma: A Pobreza na Raiz da Financeirização e a Mediação do Agroamigo no Rural do Município de Arapiraca-AL*. Dissertação de mestrado que falou do movimento dialético da lógica de financeirização das políticas públicas no Programa Agroamigo; (2014) na tese de doutorado intitulado - *Territórios e Conflitos no Alto Sertão Sergipano* - mostrou a luta camponesa com a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; SANT`ANA (2019) na revista *Temporalis* n. 37 o artigo intitulado *Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Questão Agrária* explanou sobre a questão agrária como particularidade da questão social e sua relação com o projeto ético-político do serviço social brasileiro; RAICHELIS (2020): *Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. Assim, contribuiu para a compreensão das configurações do mundo do trabalho e as novas configurações da questão social advindas das contradições do estágio de desenvolvimento capitalista desigual e combinado, dependente e periférico do Brasil no capitalismo mundializado e financeiro.

frente as suas experiências nas atividades de extensão, acúmulos teóricos nas áreas relacionados à educação popular, movimentos sociais, sujeitos coletivos, lutas feministas, movimento de mulheres e lutas de classes no campo e na cidade introduziram importantes referências para o debate.

Além disso, as disciplinas optativas de política social e questão social têm contribuído para alimentar o debate acerca das lutas em defesa do acesso aos direitos sociais, focalizando, ainda que pontualmente, debates relacionados à questão agrária, questão de gênero, meio ambiente, violência no campo e de gênero, entre outros conteúdos. Nesse sentido, algumas iniciativas têm contribuído para o despertar da necessidade de revisão do Projeto Pedagógico de Curso- PPC do serviço social, inclusive, em 2022 foi realizado o I Semana de Auto Avaliação do Curso de Serviço Social da UFS e estes aspectos foram pontuados recorrentemente por docentes e discentes.

Assim, pensando nesta tímida aproximação com a categoria da questão agrária, reforma agrária e serviço social à luz da realidade concreta em atividades de ensino, pesquisa e extensão, podemos considerar que foram elementos motivadores desta proposta de estudo, os quais provocaram os seguintes questionamentos: *a tímida inserção do teor questão agrária e reforma agrária no debate da formação em serviço social da UFS refletem o tímido envolvimento com estudos, pesquisa e produções sobre a reforma agrária no Serviço Social? Logo, podemos indagar que, se não há disciplinas obrigatórias, bem como, pesquisas que dão ênfase ao debate agrário, compromete a apropriação crítica analítica e mesmo a inserção nas expressões da luta e militância política em defesa da causa?*

Importa considerar, os elementos que motivaram a empreitar esta dissertação, a experiência vivenciada no Programa de Residência Agrária, cujo caráter multidisciplinar aguçou a inquietação em relacionar a questão social e questão agrária, tendo como horizonte o projeto ético-político da profissão de Serviço Social e a articulação das dimensões indissociáveis da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No Programa, foi possível a realização de estudos, pesquisas e reflexões práticas à luz do formato da Educação dono Campo, cuja metodologia apresentava uma sistemática estruturada em tempo escola e tempo comunidade. O Projeto de ensino-aprendizagem propunha diretriz teórico-prática, via a realização de atividades no cotidiano de assentamentos de reforma agrária sob direção dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, desenvolveu-se o exercício da participação das reuniões do Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano, uma instância de controle social formada por técnicos (as), camponeses (as), Via Campesina Brasil (MST, MPA, além do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas- MMC) na discussão das políticas públicas com o poder público governamental.

Entre outros elementos instigantes dessa pesquisa, encontra-se a importância de resgatar as discussões que marcaram a década entre 2011 e 2021, mediante estudos acerca, retomadas de governo ultraconservadores que criminalizam as lutas e movimentos sociais (urbano/rural), os sujeitos políticos e suas agendas de lutas. Nessa conjuntura, verificou-se o crescimento exponencial de retóricas pós-modernas, a-históricas, transclassistas, as quais focalizam as análises no fenômeno micro e episódico em suas lutas identitárias e reformistas, culminando na miséria da razão² (COUTINHO, 2010) e no esvaziamento analítico crítico das lutas políticas.

Outrossim, essas “novas correntes” foram advindas do pensamento da burguesia que paulatinamente tinha a percepção de que os seus valores culturais iam ao encontro ao próprio projeto civilizatório da classe dominante. Dessa maneira, apressava-se em abandonar a categoria razão, sobretudo o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética, a última em seu duplo aspecto de racionalidade objetiva e suas categorias que permitem apreender subjetivamente o real em suas particularidades e correlacioná-las com o singular e o universal, bem como a compreensão Ontológica do ser, conforme assinala Coutinho (2010).

²A decadência da razão, a burguesia passava a ter seus valores ameaçados pelo protagonismo da classe operária após o ano de 1848. Por meio da ideologia, angariava espaço no espaço cotidiano ao enfatizar o indivíduo e o otimismo em relação ao desenvolvimento do capitalista, omitindo a dominação e a intencionalidade de sua própria classe frente aos seus interesses. O pensamento moderno passa pelo empobrecimento e extrema formalização que oculta a essência do real baseado no agnosticismo, na negação da existência da verdade e dos fatos, que culmina na miséria da razão, expressão teórica que dilacera a história e burocratiza as práxis a fim de fragmentar a essência dialética da objetividade, resultando numa amolga do mundo capitalista. A decadência da razão surge para estabelecer limites para o conhecimento, a partir de um agnosticismo que enfatiza o intelecto. Nesse sentido, a Epistemologia é tratada como simples análise formal do conhecimento, a categoria razão perde a legalidade objetiva do real e confunde-se com as regras formais da ciência, que arbitrariamente manipula os dados. Para Carlos Nelson Coutinho (2010) Essas transformações dos racionalistas da metade do século XIX terão o papel relevante de alimentar a pretensão de submeter as categorias que partem da realidade concreta à racionalidade formalista da ciência, surgindo o estruturalismo como nova etapa da miséria da razão que coaduna com as correntes dominantes da burguesia. De acordo com Lukács (1992, p.123) a decadência ideológica da burguesia é um tipo de racionalidade que surge a partir dos acontecimentos de 1830-1948 e busca a mistificação da realidade, a imagem fetichizada e pulverização da mesma (LUKÁCS, 1992 apud MONTAÑO, 2012).

Cabe salientar que foram essas experiências teórico-práticas motivadores centrais à elaboração desta dissertação, a qual se justifica frente à intenção em continuar reatualizando o debate na área temática, cuja manifestação da questão social e suas expressões são configuradoras do objeto de intervenção do serviço social em espaços do exercício profissional. Ao identificar as tendências do debate que o serviço social tem contribuído para repensar a reforma agrária popular e a questão agrária numa conjuntura de desmonte da política, em especial, a política de reforma agrária, de criminalização dos movimentos sociais e a exponencial defesa do agronegócio, do rentismo e da especulação da terra via mercado fundiário, a estrangeirização de terra, assalariamento e precarização do trabalho, descampinização e crescimento de atividades não agrícolas, as pluriatividades disseminando um modelo insustentável economicamente, do meio ambiente e da segurança alimentar com implicações à soberania nacional.

No espaço da militância e luta política das entidades do serviço social, esse estudo também contribuirá para fortalecer a agenda coletiva das lutas de classes, os movimentos sociais e a defesa da reforma agrária popular, enquanto direito social e humano de acesso à terra, meios de produção, bem como a rede de serviços de proteção universal. Daí, retroalimentar os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), colocando todos/as os/as assistentes sociais diante do compromisso com a justiça e equidade, com a luta pelos direitos de cidadania e pela socialização da riqueza socialmente produzida, o que no Brasil pressupõe a socialização da terra numa ampla e massiva política pública de reforma agrária.

A defesa da luta dos/as trabalhadores/as expressa em nossos princípios éticos faz com que nos posicionemos a favor daqueles que lutam por terra e pelo direito de produzir com dignidade, e contrários a todas as formas de discriminação e criminalização dos movimentos sociais. O serviço social se manifesta a favor da reforma agrária e em apoio à luta camponesa, pois como profissão que estuda, pesquisa, produz conhecimento crítico e intervém junto às diversas expressões da questão social, assumir a defesa social aos valores éticos de justiça e igualdade social, quer seja na cidade, quer seja no campo (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO, 1993). Logo, partimos do entendimento de que nas diretrizes do curso de Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa – ABEPSS (1996), pressupomos que o processo de trabalho do (a) assistente social é determinado por configurações estruturais, conjunturais da questão social e que a questão agrária é uma particularidade da mesma,

torna-se condição *sine qua non* a reflexão da questão agrária e da questão social para propor respostas às demandas da realidade brasileira.

Dentre as possíveis respostas às demandas da realidade brasileira está a proposta da Pedagogia da Alternância³, que pode ser delineada a partir do marco legal da LDB 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases para educação nacional, cujo art. 23-A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância e no Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, mas também o Programa Nacional de Educação no Campo-PRONACAMPO (2013), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) este último extinto pelo **Decreto 10.252/2020** que exauriu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania e alterou a estrutura regimental do INCRA a ponto de firmar uma inanição de programas, serviços e projetos para camponeses (as), quilombolas, indígenas e outros *povos do campo* (GOIS, 2019).

Essas medidas vão de encontro a conquista do Movimento Nacional de Educação do Campo, por meio da Lei 12.960/2014, cujo tema afirma *Fechar a escola é crime*, que ratifica a inconstitucionalidade de negar o acesso à educação do e no campo para crianças, jovens e adultos. Em contrapartida aos pacotes para educação de funcionalidade ao capital que busca a domesticação pela ausência de questionamento, a defesa do agronegócio, a estrangeirização, a descampinização, inserção de pluriatividades e formação de mão de obra para o desenvolvimento capitalista, pondo à margem a criação de um (a) sujeito (a) revolucionário, com estratégias e ações de luta da classe revolucionária, bem como o acesso à universalização dos direitos sociais, a exemplo da terra, a democratização da mesma e educação revolucionária através da Educação no e do Campo (GOIS, 2019).

Com base na dimensão da teoria social, o serviço social compreende que é a configuração perversa dada pela luta de classe no Brasil, em seu processo de produção e reprodução capitalista *sui generis*, que o fundamento da questão social e suas expressões particularizam na formação sócio-histórica, a qual impõe aos/às trabalhadores/as uma

³ Marco legal da Educação no e do Campo nos governos FHC, Lula e Dilma pode ser visto a através da criação do Programa Nacional para Reforma Agrária (1998), Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 2/2008, Decreto nº 7.352/2010, Resolução CNE/CEB nº 8/2012, Portaria nº86/2013, Lei nº 12/960/2014 (GOIS, 2019, p.151), essa legislação está acompanhada de recuos, negação, concessão e conquistas de direitos, participação e o controle social da Educação do Campo.

realidade de extrema precarização da vida e do trabalho. Daí, o agravamento das condições vivenciadas pela população atendida pelas políticas públicas, especialmente, as sociais. A questão agrária é uma particularidade da questão social, resultante dos embates travados a partir da configuração do modelo de desenvolvimento agrário e de um sistema econômico que aprofunda a desigualdade social.

Neste sentido, esta proposta de pesquisa problematiza a questão agrária no desenvolvimento capitalista para entender as suas expressões em relação à questão social e dessa forma apreende os fundamentos da questão agrária em debate nas pesquisas e produções do conhecimento do serviços social brasileiro. Daí, procuramos focalizar o debate da defesa da reforma agrária popular nas produções e pesquisas no Brasil e, com base no método dialético, aprender com rigor teórico-metodológico o teor das produções na graduação e pós-graduação na UFS (2011-2021) à luz da teoria marxista/marxiana.

É nessa direção que propusemos a organização desta dissertação de mestrado, construída, a qual está estruturada da seguinte forma: **Introdução**, na qual apresentamos as motivações, justificativas, estruturação do trabalho dissertativo; os elementos teóricos-metodológicos adotados, destacando o método marxiano e a interlocução do Serviço Social no campo da pesquisa à luz do materialismo histórico e dialético, sinalizando *peri passo* as etapas processuais da pesquisa, instrumentos e técnicas de pesquisa.

No Capítulo 1- Contextualização e Problematização: Serviço Social, Questão Social e a Questão Agrária no Brasil, apresentamos o contexto e os aspectos problematizadores, dos quais emergiram o objeto, questões de pesquisa, hipóteses e objetivos geral e específicos. Situamos os fundamentos da sociedade burguesa – “questão social” e particularidade da questão agrária, e concluímos com o subitem que trata do Serviço Social, Questão Agrária e Reforma Agrária à luz dos fundamentos da sociedade capitalista.

No Capítulo 2, intitulado “Pesquisa e Produção do Conhecimento no Serviço Social Brasileiro: Especificidade do tema da reforma agrária popular, tratamos da cultura e das tendências da pesquisa no Serviço Social com recorte na questão social com a particularidade da questão agrária e reforma agrária no Brasil, destacando as questões implícitas no debate da categoria profissional à luz da teoria e método marxista/marxiano. Tratamos o debate acerca dos fundamentos da sociedade capitalista e a reforma agrária a partir da base estruturante da propriedade privada da terra. Por fim, o

subitem “Serviço Social e Reforma Agrária Popular: o caso da escola família agrícola de Ladeirinhas/SE traz para o debate uma experiência de projeto popular, locus de experiência, estudo e extensão acadêmica.

No **Capítulo 3 – “A Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social na UFS - Pesquisa e Produções Científicas sobre Reforma Agrária Popular (2011-2021)”**, discutimos os aspectos peculiares da graduação em Serviço Social na UFS e a Relação com o Tema Questão Agrária e Reforma Agrária. Tratamos, no tocante aos dados e informações obtidas nos Trabalhos de Conclusões de Curso/TCCs da Graduação em Serviço Social/UFS, das pesquisas e produções científicas da pós-graduação em serviço social/UFS com foco na reforma agrária popular sob abordagem marxista/marxiana (2011-2021). Para fecharmos a proposta de debate do referido capítulo, situamos as categorias identificadas na pesquisa e produções do conhecimento no Serviço Social da UFS (2011-2021), mediante a interlocução ao projeto profissional. Por fim, as considerações finais, apresentando resultados apreendidos acerca do objeto da pesquisa.

Do exposto esperamos que esta dissertação de mestrado possa contribuir com o debate junto à sociedade civil, movimento sociais e setores governamentais e não governamentais. Também, esperamos fortalecer o debate dos aportes estratégicos para formulação, elaboração e gestão de políticas públicas que tratem da reforma agrária, especialmente, para o redirecionamento do conjunto das políticas de reforma agrária, a fim de dar efetividade as ações, programas e projetos de acesso aos direitos para uma vida mais digna no campo.

Além disso, desejamos que os elementos resultados deste estudo possam alimentar o debate e fomentar novas pesquisas científicas no serviço social, rumo ao fortalecimento do debate e elementos estratégicos às ações interventivas a uma reforma agrária popular. Em linhas gerais, acreditamos que as informações atualizadas poderão contribuir para novas problematizações que dinamizem o interesse pelo estudo e pesquisa dos grupos e núcleos de estudos da graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Com base na contextualização/problematização do panorama que marcou as duas décadas do século XXI, um tenso movimento de políticas sob a lógica da financeirização nos permitiu visualizar a reconfiguração da resposta de Reforma Agrária Popular presente em estudos, pesquisa e produções de conhecimento na graduação e pós-graduação do serviço social brasileiro à luz da abordagem marxiana/marxista. Daí emergiram indagações fundamentais para nortear o processo preñado de contradições entre a dinâmica

societária agudizada no atual estágio do capitalismo e as disputas de projeto de reforma agrária à luz da abordagem realizada pelo serviço social da UFS.

Nesse sentido, o objeto de estudo configurou-se na tensão entre a dinâmica, disputas de projetos de reforma agrária e a reforma agrária popular, com vista a apreensão a partir do foco dos estudos do curso de graduação e pós-graduação do Serviço Social à luz da tradição marxista/marxiana. Nessa dinâmica perpassaram a conexão entre as categorias Serviço Social, Questão Agrária, Lutas de Classes, Conflitos Agrários, Reforma Agrária etc. Logo, emergiu a questão que norteou este estudo: *A apropriação da abordagem marxista/marxiana nos TCCs e Dissertações do Serviço Social da UFS para a apreensão crítica da reforma agrária popular tem se efetivada dentro do rigor teórico-metodológico?*

Apesar de muitos autores afirmarem que Marx não trata da questão agrária nas suas proposições históricas-materialista, são nas contradições da vida concreta que identificamos os determinantes categoriais e suas mediações transitórias que possibilitaram apreender a realidade em sua complexidade e totalidade. Nesse sentido, o serviço social brasileiro, ao se apropriar de referências da tradição marxista, da teoria e do método marxiano aproxima de uma abordagem estratégica que qualifica a apreensão do sentido e o significado da propriedade privada capitalista da terra e seus determinantes. Assim, a denominação da questão agrária nos leva as seguintes indagações: as pesquisas e as produções científicas em serviço social destacam *as lutas no campo e tensões entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras na disputa pela terra sob um viés crítico reformista e ou revolucionário? Há uma apropriação dos aspectos relacionados a especulação rentista versus reforma agrária popular à luz paradigma marxista/marxiano?*

Assim, o projeto profissional do serviço social brasileiro, na contemporaneidade, tem desenvolvido a cultura da pesquisa à luz do pluralismo teórico-metodológico como imprescindível ao exercício democrático, embora nas lutas cotidianas contra retóricas conservadoras procurou assumir estratégica e hegemonicamente a direção teórico e o método marxiano. Em geral, as pesquisas no serviço social assumem uma perspectiva de estudo na dimensão crítica revolucionária, a qual procura utilizar mecanismos técnicos operativos que permitem aproximações sucessivas com a realidade, em articulação com as três categorias essenciais do método em Marx: a totalidade concreta e articulada ao movimento da sociedade burguesa em sua dinâmica; o movimento da realidade concreta,

a qual resulta do seu caráter contraditório e a identificação dos sistemas de mediações que compõe essa totalidade (NETTO, 2009).

Certamente, a apropriação de várias vertentes marxistas, leituras livrescas e enviesadas apontam as enormes lacunas ao tratar a questão agrária e reforma agrária, especialmente, numa conjuntura de retóricas ecléticas pós-modernas. Nesse sentido, identificamos o **objeto** desta pesquisa, tendo em vista investigar as pesquisas e produções, sinalizando para as análises das contradições à luz da perspectiva da reforma agrária popular e abordagem marxiana, de modo a verificar as contradições implícitas nesse processo de apropriação de elementos determinantes, explicativos da realidade, que traduzem em si mesmo como um movimento complexo, tenso e contraditório. Foi possível identificar a apreensão teórico conceitual confiscada nas produções do serviço social a partir dos Trabalhos de Conclusões de Curso (TCCs) e Dissertações de Mestrado do curso de graduação e pós-graduação no Serviço Social da UFS. Para isso, priorizamos o recorte entre 2011 e 2021, porque trata-se de um período que delimitou os avanços do estado em descentralizar o debate acerca da reforma agrária popular ao tempo que criminalizou os sujeitos políticos trabalhadores (as) em defesa da reforma agrária e dos movimentos sociais, além de fortalecer a aliança com o agronegócio, com madeireiras, mineradoras, etc. na contramão de possibilidades de acesso à terra para justiça social no campo. Nesse sentido, que sinalizamos para a **questão norteadora da pesquisa**: *à luz da teoria e método crítico revolucionário, quais as categorias analíticas sobre a reforma agrária popular e Serviço Social adotadas nos TCCs e Dissertações de mestrado da UFS?* Entre outras questões, podemos indagar:

- Como foi analisada a reforma agrária nos TCCs e dissertações do serviço social da UFS sob a perspectiva marxista/marxiana?
- Quais categorias centrais analisadas sobre a reforma agrária popular nas produções da graduação e pós-graduação do Serviço Social da UFS?
- As pesquisas e produções do conhecimento desenvolvidas na graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFS (2011-2021) que tratam da reforma agrária popular têm realizado em suas análises a articulação ao projeto profissional da categoria?

Com base no objeto deste estudo, lançamos a seguinte **hipótese diretriz**: frente aos avanços de forças ultraconservadoras cuja retórica ideopolítica tem esvaziado os

debates a respeito da reforma agrária popular no Brasil, criminalizando os movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, entre outros ataques à população das águas e florestas, são questões que tencionam concepções e retóricas de afirmação do projeto capitalista no campo versus projeto popular. Entre outras **diretrizes secundárias**, destacamos:

- As pesquisas e produções de conhecimento em relação à questão agrária, reforma agrária e serviço social têm sido diluídas em análises de políticas para o enfrentamento as expressões da questão social na graduação e pós-graduação do serviço social da UFS, desfocando o debate na reforma agrária;
- O serviço social reafirmou-se político-ideologicamente sob a perspectiva da práxis revolucionária, porém, suspeitamos que as pesquisas e produções tanto na graduação, quanto na pós-graduação do Serviço Social da UFS têm abreviado as análises, frente aos tencionamentos teóricos-metodológicos.

Os elementos contextualizados acima possibilitam a problematização cuja tensão entre a dinâmica das tendências do debate referente à reforma agrária popular e à apreensão analítica nos estudos deste tema/objeto pela área do serviço social sob a diretriz analítica marxista/marxiana, foi fundamental para a leitura histórica teórico-metodológica da realidade social. Além disso, foi favorável a compreensão dos desafios profissionais no processo de produção e reprodução da realidade social por meio da teoria social crítica, a fim de “apreender a totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p.06)

Nesse sentido, esta dissertação propôs um estudo biográfico, exploratório quanti-qualitativo com a finalidade de apreender a reforma agrária popular sobre o prisma das pesquisas e produções científicas desenvolvidas pelo Serviço Social da UFS e, conforme objetivos elencados trouxe rebatimentos peculiares na realidade da reforma agrária em sua dinâmica em Sergipe. Cabe sinalizar que alguns aspectos gerais da dinâmica expressaram nos recortes de pesquisa em Serviço Social ao tratar da reforma agrária em Sergipe: quase 22 mil km² de áreas para a reforma agrária, predominando pequenos estabelecimentos com 95,24% do campo sergipano com 50,36% da área, os médios 2,45% de estabelecimentos com 39,35% da área e 0,9% de grandes estabelecimentos com 10,29% da área. A marca da contradição capital x campesinato se apresenta pelos imóveis improdutivos, projetos de modernização conservadora no campo ou contrarreforma agrária com projetos de irrigação voltados para o capital e o rentismo. Por outro lado, a

histórica resistência camponesa, a expulsão do campo e a luta pela terra, pela reforma agrária popular (RAMOS FILHO, 2013) marcou um território de conflitos agrários que, na atual conjuntura tem se configurado de forma fragmentada e desmobilizada.

Sendo assim, a partir a contextualização e problematização o objeto, as questões norteadoras, hipóteses da pesquisa emergiram possibilitando elencarmos os objetivos gerais e específicos desta pesquisa os quais apresentamos a seguir:

Objetivo Geral: investigar a partir da graduação e pós-graduação em Serviço Social na UFS as produções científicas com foco na reforma agrária popular no Brasil (2011-2021).

Objetivos Específicos:

- Mapear os TCCs e Dissertações da graduação e pós-graduação do serviço social da UFS com foco na reforma agrária popular entre 2011-2021;
- Investigar a perspectiva teórico-metodológica adotadas nos TCCs e dissertações do serviço social da UFS sob a perspectiva marxista/marxiana;
- Analisar a concepção das categorias questão agrária, política de reforma agrária, classes sociais apreendendo a práxis revolucionária das produções do serviço social na graduação e pós-graduação.

A partir da identificação e caracterização da pesquisa adotamos a teoria e o método a partir da perspectiva da totalidade da vida social, tendo em vista que, a clareza de que esta abordagem eleva a qualidade da apreensão e análise do objeto mediante a finalidade de apreensão da estrutura e dinâmica do referido objeto. Nesses termos, nossa finalidade foi apreender o objeto “tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”, pois a teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa (NETTO, 2011, p.20 e 21).

Destarte, as categorias elencadas no método de Marx possibilitaram uma análise da sociedade à luz da dimensão ontológicas, reflexivas e histórico-transitórias. Assim, a primeira referiu-se ao ser no contexto da sociedade burguesa; a segunda ao pensamento da abstração do (a) pesquisador (a), apropriação teórica do concreto real e a terceira

referiu-se ao momento histórico que só tem validade na sociedade burguesa que se alimentou e retroalimentou pelo capital, portanto, essas relações sociais não podem ser naturalizadas como etapas.

Assim, foi importante destacar que não houve uma fragmentação entre teoria e método em Marx. A teoria não se reduziu ao estudo sistemático das formas dadas, de maneira que descreveu e construiu modelos explicativos como assinalavam os positivistas. Também não é uma categoria discursiva para construção de enunciados para a comunidade científica que apreciaram conforme a intersubjetividade e consensos de quem ler da maneira propagada pela pós-modernidade. Nesse sentido, na produção de Marx, essas são categorias elementares à totalidade, à contradição e à mediação para entender a sociedade de classes. No subitem a seguir trataremos dos caminhos utilizados nos processos de pesquisa, os quais foram imprescindíveis para a direção deste estudo.

O Serviço Social brasileiro nos últimos anos tendeu à negação de análises tecnocráticas limitadas na eficiência e eficácia, no praticismo a partir da redução da questão social em solução de “problemas sociais”. Assim, equidade e justiça social surgiram a partir da crítica da economia política advinda do método dialético que Marx nos dá lógica da sociedade burguesa e não restringe a lógica de pensar (MARX apud NETTO, 2011). Logo, a questão agrária como particularidade da questão social está inserida numa complexidade e contradição da reforma agrária popular e da reforma de mercado, ou mesmo a destituição da política de reforma agrária com a produção e reprodução do capital numa totalidade concreta da sociedade.

A reflexão de Behring e Boschetti (2011) sinalizou para compreender os fundamentos da política social. Dessa forma, gera um encadeamento de ideias para aprofundar sobre as políticas públicas no contexto do modo de produção capitalista e a importância para a perspectiva para a apreensão dos fundamentos delas, uma vez que

A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos de luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência ou implicações. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.36).

Dessa maneira, os/as assistentes sociais apreenderam os processos históricos da reforma agrária em que estiveram imbuídos o ser camponês, aquela persona que se objetiva na base material da sociabilidade capitalista. Neste sentido, a totalidade requereu

o entendimento das complexas determinações da questão agrária como particularidade da questão social, para a apreensão de um todo estruturado para a análise da reforma agrária no serviço social, por conseguinte, demandou a reflexão e intervenções dos (as) assistentes sociais.

Para Kosik (2002), a dimensão de totalidade exige a destruição da pseudoconcreticidade que, por vezes, está na aparência objetiva dos fenômenos. Por conseguinte, analisou a historicidade e por último conheceu o conteúdo, o significado, a função objetiva e o lugar histórico. Assim, o método dialético permitiu a compreensão da unidade do diverso, investigando as partes para o todo, de maneira que o pensamento reconstrói o objeto, identificando as múltiplas determinações e as categorias gerais.

Tonet (2013), em seus estudos, delineou os fundamentos do Método de Marx e da sua relevância para o método científico, desconstruindo postulados de metodologia científica que caminham para uma sutil “neutralidade do conhecimento científico”. Neste sentido, o caráter ontológico em Marx se configura na historicidade de sua teoria social no decorrer do momento histórico.

Outrossim, não há um estatuto científico, mas a possibilidade concreta dos (as) sujeitos (as) históricos fazerem a sua história no tempo presente, uma vez que Marx nos deu a lógica do capital pela sua raiz. Não houve uma lógica linear de um padrão metodológico científico, mas sem perder o rigor científico evidenciou o caráter histórico do movimento do objeto que está imbuído de complexos em sua universalidade (sociedade), singularidade (indivíduo) e particularidades que emergem do real concreto para a compreensão da sua aparência e essência. Do contrário, se a aparência fenomênica coincidissem com os fatos da realidade social, a ciência seria desnecessária.

Esses elementos são cruciais para a compreensão de dados ontológicos do ser social, que se põe no complexo cujo elemento central é o trabalho que abrange o natural e o social, dá-se origem ao ser social. Dessa forma, o autor apreendeu os paradigmas, compreendendo a dimensão histórica e social para compreender a origem, natureza e função que perpassa na reprodução do ser social (TONET, 2013). Assim,

Voltar-se para o objeto, histórica e socialmente construído a partir da sua matriz fundante, que é o trabalho, para apreender a lógica desse processo de intensificação; trazer para a cabeça a lógica desse objeto; capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social de construção desse objeto é o que caracteriza, segundo Chasin, a impostação marxiana da problemática do conhecimento. (TONET, 2013, p.80).

Destarte, a ontologia marxiana ressalta a objetividade na relação sujeito e objeto, de tal forma que subjetividade jamais pode ser descartada. A partir da perspectiva ontológica de Marx, a reconstrução do objeto é uma tradução da realidade histórico-social, cuja verdade do objeto é sua reprodução teórica integral. Para isso, a questão do método possui categorias fundamentais como a práxis, a totalidade e a historicidade.

Torna-se indispensável à compreensão da gênese histórico-social do método de Marx com a lógica do capital, nas suas funções, desenvolvimento e lógica de alcance no processo de reprodução da produção na sociedade, de maneira que o caráter ontológico de sua objetividade nos permite capturar subjetivamente a racionalidade objetiva, uma vez que o ser humano é livre para fazer a sua história, mas possui condições adquiridas no passado que limitam as suas escolhas.

Nessa acepção, o ponto de partida e seus caminhos veem no indivíduo a ação de necessidade e sobrevivência, impulsionando o ser para além dele mesmo, que se complexifica na divisão sociotécnica de trabalho, com elementos relevantes do cotidiano que perpassam e ultrapassam a relação social do trabalho. Na divisão social do trabalho, o principal elemento é a propriedade privada, que determina relações de poder, imbuída na realidade social com características de alienação e fetichismo das mercadorias caracterizadas pela sociedade burguesa.

O momento histórico pode alçar um padrão cognitivo elevado na produção de conhecimento, que não obstaculiza a tomada de partida na ciência, assumindo uma perspectiva de classe (TONET, 2013). Por isso, o entendimento histórico-social do método de Marx erige e faz arvorar o conhecimento profundo da realidade social, fundando uma concepção nova de conhecimento que busca superar a sociedade capitalista.

De acordo com Triviños (1987), Karl Marx (1818-1883) “revolucionou o pensamento filosófico” (p.49) ao revelar as verdadeiras ideias do pensamento político de sua obra, vinculando a reflexão criativa e intensa prática revolucionária na vida, que por conseguinte foi dada continuidade Friedrich Engels (1820-1895) e Vladimir Ilich Lênin (1870- 1924), que publicaram textos de Marx e desencadearam novas formulações de acordo com o seu momento histórico. Neste sentido, a verdade e a objetividade caminham para o conhecimento verdadeiro da realidade social, à medida que não prejudicam as classes menos favorecidas e sedimentam a teoria vinculada à ação que leva

em consideração os interesses do proletariado dar conta do movimento da realidade e conduzir a revolução (BRAZ; NETTO, 2007).

Os autores, tais como, Braz e Netto (2007) refletem a teoria social de Marx, sua importância e contribuição para ciência com base nas categorias que emergem do real. Logo, torna-se possível a aproximação do objeto, que está entrelaçado a complexidade do ser social e dos complexos que permeiam a realidade social. Dessa maneira, é revolucionário ao perceber as categorias fundamentais da lógica do Capital⁴ no dado momento histórico, que se *fetichizam*, metamorfoseiam, mas não superou na realidade concreta a essência do excedente econômico que se dá pelo trabalho e a constituição da exploração pela mais-valia. Mas também requereu a regulação da divisão de classes pelo Estado que, no decorrer da história social, é funcionalizado para atender os interesses da classe dominante, a saber, burguesa.

Por isso, reconheceram as relações sociais que se dá pela atividade econômica cuja base é o trabalho que gera valores que formam a riqueza social. Sendo assim, o trabalho é categoria central para entender a economia política e interage com as formas e o modo de existência da vida em sociedade. O conjunto do trabalho põe em questão o seu caráter coletivo, uma vez que sujeitos (as) com a sua singularidade participam do sistema de relações sociais, este modo de existência constitui e particulariza o ser social por:

1. Realizar atividades teleologicamente orientadas; 2. Objetivar-se material e idealmente; 3. Comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; 4. Tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5. Escolher entre alternativas concretas; 6. Universalizar-se; e 7. Socializar-se. (BRAZ, NETTO, 2007, p.41);

À vista disso, é possível evidenciar que as relações de trabalho não podem ser naturalizadas ou possam ser tratadas de maneira a-histórica pela nitidez dos seus elementos e/ou ocultamentos, que geram o excedente econômico na diferença do que é produzido pelo custo operacional. Isto posto, foi preciso compreender as forças

⁴ “É uma relação social e as relações sociais são, antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis. Resultantes da ação dos homens, exercem sobre eles pressões e constrangimentos, acarretam efeitos e consequências que independem da sua vontade; mas, igualmente, são alteráveis e alteradas pela vontade coletiva e organizada das classes sociais - nas palavras de Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 1968, p.17 *apud* NETTO; BRAZ, 2007, p.169).

produtivas que intervêm no processo de trabalho pelos meios de produção e resultante desta, a qual trataremos no item a seguir.

Segundo Gil (2002), a abordagem teórica materialista histórico-dialética demandou da realidade três princípios firmados por Engels (1974) para explanar acerca da realidade: a unidade dos opostos, a quantidade e qualidade e negação que resulta em outro conhecimento. Logo, para Netto (2009a), a maneira peculiar de aprofundar o conhecimento em Marx, ocorre por via do processo de amadurecimento das suas formulações teórico-metodológica, na busca de uma verdade que não é absoluta, mas densa sobre a ordem burguesa e do movimento da lógica do capital no fino trato analítico para a direção de uma revolução que camponeses (as), operários (as) lutem e conquistem a equidade social.

No sistema capitalista, a totalidade, a contradição e a mediação são complexas e não se esgotam em si, mas caminham para um devir histórico que suscita vários questionamentos acerca do universal, do singular, da particularidade e da humanidade. Desta forma, a verdade para Marx não se relativizou em paradigmas teórico-metodológicos, pois está no processo de historicidade, cujos determinantes ontológicos advindos do capital não se restringiram a um caráter determinista, uma vez que na pesquisa, nas investigações e no cotidiano somos defrontados a requerer a teoria social para o conhecimento e sensibilidade na imersão diária de alienação que nos atravessa. Sendo assim,

Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d’*O capital*. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica *reais* do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a *sua* (própria, imanente ao capital) *lógica* – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a *reprodução ideal do seu movimento real*. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser *fiel ao objeto*: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO, 2009b, p.686).

Neste sentido, Netto (2009) frisou que teoria para Marx reproduz o ideal, a partir da recomposição das ideias, sendo que esta reprodução não se constitui independente da natureza do objeto. Assim, o conhecimento é dado de maneira fenomênica, mas não esgotou na sua aparência. O pesquisador (a) tem que apreender e ser fiel ao objeto, por meio do acúmulo de conhecimento que está posto, é confrontado e negado para a

produção de um novo conhecimento, fazendo um movimento da aparência, a essência do objeto. “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” (NETTO, 2009, p.673).

A teoria social de Marx orientou o estudo para o entendimento do movimento real do objeto, uma vez que a gênese, engendramento, consubstanciação e crise da ordem capitalista nos proporcionou refletir a totalidade e as contradições que permeiam o Estado, a sociedade no âmbito dos conflitos da reforma agrária popular e lutas de classes no processo de produção e reprodução do capital no campo brasileiro pela reforma agrária de mercado. “De fato, pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista.” (NETTO, 2009, p.672).

O método dialético sinalizou que as condições materiais de vida são historicamente construídas e sobrepõe a perspectiva idealista. Ao falar das condições de acesso à terra, aos direitos sociais, à cultura, os bens da natureza estão submetidos às determinantes que independem da idealização da sujeita pesquisadora. Dessa forma, o método é a relação que proporcionou a dimensão constitutiva do objeto. Considerou-se neste método que estrutura política - econômica ou infraestrutura são pilares para superestrutura jurídica, política e cultural, que atravessou consciência social e ideológica no campo e na cidade numa relação dialética, que não foi mecânica com o todo orgânico, a exemplo do ser camponês, pois a estrutura econômica foi instância última.

Assim, recusou apreensões utilitaristas para uma suposta comprovação técnica ou análises restritas da eficácia e eficiência, que reduziu a questão agrária como particularidade da questão social em problemas sociais, cujo direcionamento possibilitou caminhar ao reformismo ou contrarreformas. Para tanto, tem o horizonte que conduz à revolução e perpassa a conquista da equidade, da justiça social e do acesso e universalização aos direitos nas políticas sociais em meio a correlações de forças sociais em detrimento à barbárie para os (as) trabalhadores(as) diante do sociometabolismo e das disparidades das políticas públicas na sociedade burguesa.

Pode-se afirmar que não houve um determinismo em relação à reforma agrária na produção científica. Haja vista que, no materialismo histórico, os (as) sujeitos (as) fizeram a sua história e estiveram interligados na produção e nas conexões dos produtos, estiveram imbuídos na base da ordem social capitalista, que pode ser subvertida e

transformada para atender a emancipação humana, tendo em vista a dinâmica dos processos sociais.

Em *Glosas Críticas*, Marx (2010) questionou que a miséria dos (as) trabalhadores (as) não foi imparcial, mas universal nas esferas industriais e se estendeu as áreas agrícolas por mais de século e indagou-se como a burguesia, *o governo e imprensa concebem o pauperismo?* Referiu-se que as opiniões dadas sobre pauperismo da burguesia, do governo e da política econômica tinha o reflexo científico da situação econômica do país e descaso por parte da imprensa acerca das expressões da questão social, a exemplo do pauperismo. Assim,

bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria: as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fabricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força! (MARX, 2010, p.49).

A propósito de *Glosas Críticas*, Ivo Tonet (2013) analisou a natureza do Estado a partir do pensamento de Marx (2010), elencou fundamentalmente quatro teses. A primeira há uma dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil, pois a raiz das diferenças de classes esteve na composição da sociedade civil. A segunda, essencialmente, o Estado se expressou e se põe como instrumento da reprodução dos interesses das classes dominantes. A terceira tese, o Estado é inoperante para alterar as relações para com a sociedade civil, pois nela se produz os mecanismos de deterioração da classe trabalhadora; e, por último, a quarta asserção se constituiu como a extinção do Estado, pois este se conecta com a emancipação humana.

Leo Huberman (2011), em *História da Riqueza do Homem*, mostrou os precedentes para alcançar essa situação acirrada da questão social, a partir do século XVI, expulsaram os (as) camponeses (as) das plantações para as estradas, devido ao aumento dos preços das terras e altos arrendamentos, que forçaram camponeses (as) a serem livres e sem propriedade, tornando-os mendigos, vagabundos e ladrões por interferência do capital nas legislações da formação do Estado capitalista. Nesse âmbito,

As considerações acerca da temática abordada serão feitas, tomando como referência, o método dialético porque este possibilita a compreensão da realidade social como uma totalidade constituída por múltiplas determinações. Esta pesquisa possui um caráter exploratório, já que busca propiciar uma maior

familiaridade com o problema proposto e vai se utilizar da pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação (DUARTE, 2015. p.309).

Assim, detém os meios de produção e criou uma classe pauperizada, dependente do trabalho aviltante nas fábricas em troca do assalariamento, que gerou mais-valia por meio do excedente produzido pelo trabalhador (a), restrito ao contrato formal de trabalho através do salário e que serviu de acumulação para o capital. A partir desses elementos explicativos das teorias e métodos que priorizamos na dissertação, passamos a tratar no item a seguir os caminhos *peri passu* que seguimos na construção desta pesquisa.

É importante destacar que esta pesquisa se caracterizou por ser um estudo bibliográfico e documental de natureza exploratória quanti-qualitativo, na qual utilizamos técnicas do roteiro analítico de categorias analíticas identificadas no decorrer da pesquisa. De acordo com Netto,

neste processo, os instrumentos – ou, se se quiser, *técnicas* – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes (NETTO, 2009a, p.675-676).

Ao escolher o tipo de pesquisa exploratória, tinha-se como objetivo proporcionar um panorama aproximativo da reforma agrária e do Serviço Social, a partir do levantamento bibliográfico e documental a partir da utilização de um quadro para análise e técnicas quantitativas de gráficos. A partir da pesquisa bibliográfica dos livros, artigos, teses sobre reforma agrária no serviço social e das categorias de análises evidenciadas no decorrer da pesquisa foram analisadas as contradições do campo brasileiro sobre a reforma agrária e a reforma agrária de mercado, bem como apresentou a alternativa de reforma agrária popular das bandeiras dos (as) camponeses (as).

O estabelecimento de categorias, conforme Gil (2002), passou por um conjunto para ser útil e deve advir de um único princípio de classificação, exaustivas e mutuamente exclusivas. Assim, são tabuladas por agrupamento com categorias, de maneira a conectar os dados, em tabulação simples ou cruzada. Por conseguinte, a análise estatística dos dados que resumiu, estabeleceu relações e conclusões acerca da reforma agrária no serviço social, no contexto de contradição da extinção da reforma agrária, de defesa da reforma agrária de mercado como solução para o crescimento, a exemplo midiático “o

Agro é Pop”; “o Agro é tudo” e das contradições e reivindicações do campo sobre a reforma agrária popular que interagiu com a soberania alimentar, energética e tecnológica, além dos segmentos mais vulneráveis do campo nas questões de gênero, das comunidades tradicionais e juventude.

A intencionalidade do processo metodológico buscou a produção de conhecimento, a partir do momento que se firma na teoria social de Marx tornou-se condição *sine que non* compreender o dado momento histórico, percorreu o caminho das formas e modo de existência e as técnicas de pesquisa comum às ciências sociais. Assim, com base na

concepção marxiana de teoria: a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. [...] Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. Marx, aliás, caracteriza de modo breve e conciso tal processo: na investigação, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16). (NETTO, 2009, p.675).

Neste sentido, na pesquisa de caráter bibliográfico e documental relevantes para saturação do objeto, e tais materiais tem tratamento analítico que pode ser elaborado com objetivo de investigar o movimento contraditório entre o desenho de uma reforma agrária popular versus a retomada da lógica da centralidade do capital financeiro na reforma agrária de mercado, de modo que apreendeu elementos de centrais nos estudos e pesquisa produzidos no curso da graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFS. As categorias em Marx emergiram do real na produção da pesquisa, apresentaram modos de ser e forma de existência no sistema de produção e reprodução capitalista que possuiu um complexo de múltiplas determinações. O objeto foi reprodução ideal do movimento real que cabe ao pesquisador reconstruir, independentemente de suas aspirações. Neste trabalho inicialmente estabelecemos a reforma agrária, questão agrária, questão social, financeirização e serviço social, dentre as principais. Cumpre registrar que, de acordo com o método, as categorias não são estáticas e surgiram novas categorias.

Tendo em vista que foi relativo à pesquisa adotar a perspectiva teórica, foi bom frisar a negação do relativismo neste trabalho e caminhar os processos científicos,

diferenciando a escolha teórica do método científico. Conforme Gil (2002), etimologicamente ciência significou conhecimento. Logo, o “método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (Gil, 2002, p.08).

Assim, para apreendermos o objeto da pesquisa, seguimos *peri passu*, as seguintes etapas processuais: No **1º Momento realizamos um mapeamento**, mediante um **levantamento bibliográfico do Serviço Social** das produções científicas do Serviço Social e da Reforma Agrária de 2011 a 2021; **2º Momento efetuamos a pesquisa bibliográfica** das produções no acervo da UFS. Nessa direção sinalizamos algumas produções: a imbricada relação entre o tema reforma agrária e Serviço Social pode ser discutido em Cariaga (2018); Conselho Federal de Serviço Social (2008-2011; 2010, 2011, 2011-2014, 2012; 2016, 2018); Duarte (2015); Ferreira da Silva (2013), Masson e Sant’ana (2018), Martins, Santos e Vasconcelos (2017), Pereira da Silva (2016); Andrade da Silva (2017); Tanezini (2012). As pesquisas realizadas pelas autoras na graduação e pós-graduação mostraram a complexidade da questão agrária que acumula capital e está nas origens da questão social no Brasil, sobretudo, as particularidades da questão agrária como particularidade da questão social no Serviço Social brasileiro. Dessa forma, procedemos a **3ª etapa - momento de cruzamento das informações e dados**, analisando as produções científicas da graduação e pós-graduação de Serviço Social na UFS à luz da teoria social marxiana. Seguindo com o devido rigor teórico-metodológico adotado nessa pesquisa, passamos a tratar dos fundamentos da sociedade capitalista.

CAPÍTULO 1 –CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Mãos Dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Carlos Drummond de Andrade

Neste capítulo, apresentamos a contextualização e problematização, as quais possibilitaram ao objeto da pesquisa vir à tona, juntamente com questões norteadoras e as hipóteses deste estudo. Elencamos as categorias analíticas Questão Agrária, Reforma Agrária e o Serviço Social relacionando-as com os marcos legais da profissão (Código de Ética, Diretrizes Curriculares, Lei de Regulamentação da Profissão) nos documentos do CFESS e da ABEPSS, tendo em vista, o diálogo com a pesquisa e produção do conhecimento na graduação e pós-graduação. Em seguida, apresentamos a abordagem teórico-metodológica adotada para apropriação e análise do objeto, destacando o método marxiano e sua interlocução com a dimensão da pesquisa e produção no Serviço Social brasileiro.

1.1-Fundamentos da Sociedade Burguesa - questão agrária: expressão ou particularidade da questão social?

A relação questão agrária e questão social possui uma unidade estrutural da relação capital x trabalho, haja vista que a questão agrária se constitui como fundamento e particularidade da questão social. Na questão agrária possui determinação, dos fundamentos do modo de produção capitalista que estão associados à terra como acumulação na apropriação capitalista dos meios de trabalho e lucro, sendo uma

determinação da sociedade burguesa que se apresentou na realidade sócio- histórica brasileira.

Nesse sentido, a questão social de acordo com Iamamoto e Carvalho (2009) foi indissociável das relações de trabalho no processo de reprodução capitalista. O capital se alicerçou no tripé propriedade privada, exploração e mais-valia e por conseguinte no supervalor pela renda da terra que se expressou na desigualdade social através da ausência de acesso à terra onde 1% dos proprietários agrícolas detém mais 50% das terras (OXFAM, 2019).

Assim, a questão agrária não é o “problema do campo”, pois a apropriação fundiária dos bens da natureza, da flora, a fauna, da água que agravaram da questão social se constituiu ao longo da história, fundamentou a expropriação capitalista dos meios de produção nas manifestações das contradições do capital financeiro, da modernização conservadora e da reestruturação produtiva do agronegócio com os pacotes tecnológicos de mecanização agrícola, a exploração da riqueza do solos na mineração e ausência de acesso à terra pelos camponeses e camponesas.

Essas orientações e práticas foram sendo naturalizadas e adquiriram legitimidade política, tendo em vista que requereu do estado a regulação por meio de políticas sociais, que na maioria respondeu seguindo as orientações estratégicas do Banco Mundial por meio de programas focalistas, da privatização da terras públicas do estado e dos bens públicos da natureza, da setorialização das políticas agrícolas e agrárias. Mas também, se delinearam na coerção das respostas policialescas e forjaram as políticas públicas, tendo em vista as grandes repercussões dos conflitos violentos e a necessidade de conter o avanço das lutas camponesas ou dos povos do campo.

Marx (2009) em O Capital ao explicar sobre o desenvolvimento da sociedade burguesa, explanou os pilares da violenta expropriação da terra na chamada Via Inglesa. A marca da expulsão dos/as camponeses e camponesas através das queimadas cercando as pastagens, o roubo de terras pela igreja daquele tempo cuja apropriação de terras formou e deu existência a sociedade burguesa no país.

A discussão teórica-empírica de Marx buscou compreender a realidade concreta do campo e da cidade. Na obra “O Capital”, livro 1, A Assim Chamada Acumulação Primitiva (Originária) mostra que na fase pré-capitalismo, a expropriação e expulsão do campo para as cidades. A partir das massas grandes de capital e força de trabalho para os produtores de mercadoria, o círculo vicioso de acumulação, sendo o

ponto de partida a retirada dos meios de produção dos camponeses e camponesas vindo forçá-los a proletarianização na cidade.

No processo de trabalho do/a assistente social a questão agrária aparece nos diversos espaços sócio-ocupacionais na Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), na educação, na habitação dentre outros. De acordo com ABEPSS (2002) na política de assistência social, os Centro e Referência de Assistência Social apresentaram várias manifestações da questão agrária, sendo uma das políticas públicas que mais empregou o/a assistente social nos municípios de pequeno porte, que possuíram em sua maioria características econômicas, sociais, culturais do campo brasileiro, seja no nordeste no avanço do plantio de commodities agrícolas, a exemplo da cana-de-açúcar, seja no centro-oeste e norte com as commodities de soja e outros. Esse cenário gerou contradições as quais os/as assistentes sociais realizaram a leitura de realidade compreendendo as relações capital, trabalho e estado, que por incipiência de discussão requisitam a formação continuada sobre o campo brasileiro.

Diante do cenário, requereu dos/as assistentes sociais a compreensão das classes sociais camponesa, indígenas, quilombolas e várias composições da classe trabalhadora, que por vezes são tratadas de maneira identitárias, tais como o homem, a mulher, o jovem, a criança, “que um dia vai ser alguém”; dessa maneira, esqueceram do seu protagonismo social e da sua formação sócio-histórica, fez-se necessário o reconhecimento do/da trabalhador e trabalhadora rural, ser camponês, filhos/as da classe trabalhadora como sujeito/a de direitos e cidadania.

A questão social se relacionou ao conflito capital x trabalho, sendo parte do embate da questão agrária o acesso à terra e dos meios de trabalho coadunou a direção política do projeto profissional do/a assistente social que tem como cerne a liberdade, a democracia, a cidadania, a boa qualidade dos serviços prestados à população, a horizontalidade das relações entre estado e sociedade civil, a negação de todas as formas de opressão de gênero, étnico-racial, independentemente do projeto institucional e assim, não abrir mão da relativa autonomia, assinalou a ABEPSS (2002).

Nessa a leitura a formação sócio- histórica brasileira se tornou essencial, a compreensão da questão agrária como particularidade da questão social que se expressou nas violências para “apagar da memória” a extrema concentração e centralização de terras que se expressou no Massacre de Canudos (1897), no Cangaço do fim do século XIX e início do século XX, nas Revoltas do Contestado (1912-1916), nas Ligas Camponesas do

nordeste, em Pernambuco, na Paraíba, o movimento de Formoso (1953-1954) em Goiânia, e no norte do Paraná (1950-1951) e dos/as Seringueiros/as no Sindicato de Trabalhadores Rurais-STR (1975), de Eldorado dos Carajás (1996), nas lutas dos/as trabalhadores e trabalhadoras, dos movimentos sociais e das associações dentre outros que almejavam o acesso aos meios de trabalho.

No Brasil a questão agrária se apresentou nas fases de 1930 a 1945 nos projetos de colonização do capital; de 1945 a 1964/65 na substituição das importações e ilhas de desenvolvimento e de 1966-1990 pela despolitização do campo e criação de padrões técnicos de produtividade (MIRANDA,2010). De acordo com Pereira (2005), a questão agrária está relacionada à estrutura agrária do País que a partir da colonização se configurou pelo latifúndio, a terra como mercadoria ou propriedade e renda.

Tendo se alastrado no decorrer do tempo, a questão agrária foi se constituindo pela ausência do Estado na alteração da histórica estrutura fundiária, baseada na propriedade da terra no modo de produção capitalista, esta relação social envolve um processo de contradições, conflitos, mediações na apropriação da propriedade concentrada na classe burguesa e rural que possui domínio político-econômico de regiões, pessoas, dentre outros. (MARTINS, 2000, 1995 apud MIRANDA,2010)

A partir da reestruturação do sistema capitalista no campo e na cidade com o processo de modernização conservadora, as relações entre Estado e classes sociais passam por rebatimentos diferenciados que se delineiam nos cenários de desigualdade sociais. O capital, relação social e o capitalismo, totalidade histórica formam processos de construção e reconstrução das contradições, dos conflitos na reprodução histórica das relações sociais cuja lógica orgânica está nos processos produtivos e sociais de produção, distribuição e consumo (LUSTOSA, 2012). Do processo de modernização conservadora no meio rural a pluriatividade surgiu como contrarreforma do estado para regular a relação do capital e o trabalho, este passa acumular na família e estimula o abandono de atividades rurais para cuidar da natureza e dedicar-se ao turismo, conforma assinala Cruz (2012)

As expressões da questão social nos espaços rurais apresentam desigualdades sociais e exclusão caracterizadas na formação social brasileira no processo de “refuncionalização do modelo conservador” (LUTOSA, 2012) cujas elites não possuem interesse em alterar os fundamentos da sociedade burguesa: “a concentração da propriedade privada da terra, da renda e de poder.” (LUTOSA, 2012, p.70). A partir desse modelo de reforma agrária

“reformista conservador” é calcado um padrão fundiário, o agrorreformismo, que tem como estratégia pouca terra para a reforma agrária, com ênfase em políticas e no consumo de alimentos e reprodução de marginalizados do processo de expropriação e “subsunção formal e real do trabalho ao capital” (LUSTOSA, 2012, p.71).

O desenvolvimento capitalista no campo acirrou a concentração de terra e originou duas visões distintas da desigualdade social. O primeiro o paradigma do capitalismo agrário, a desigualdade associada à culpa do fracasso das pessoas que não conseguem se inserir no mercado, sendo natural à sobrevivência dos vencedores. Por outro lado, o paradigma da questão agrária, a participação na distribuição das terras é elemento central para eliminar as desigualdades (FERNANDES, 2014).

Tendo em vista que, a questão agrária é uma particularidade da questão social, requer do serviço social como profissão as habilidades teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na compreensão da totalidade social. Neste sentido, a proposta da lógica curricular ratifica o trabalho como elemento central constituinte do ser social, que gera mudanças, padrões de acumulação, regulação e redimensiona a reflexão e ação profissional para dar respostas às demandas apresentadas na inserção profissional. Conforme os princípios das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996),

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p.07).

De acordo com as diretrizes curriculares o Serviço Social contribui no processo de trabalho intervindo na questão social e suas manifestações, cujas raízes estão imbricadas nas contradições inerentes ao capitalismo monopolista, momento em que o Estado assumiu a função essencial à produção e reprodução do capital. Esse panorama nos remete à esfera estatal nos trilhos da modernização “pelo alto”, em que as classes

dominantes mediante a funcionalidade do estado burguês, realizaram mudanças para preservar a ordem hegemônica (FERNANDES, 1976).

Tornou-se ainda mais evidente o pensamento social de Florestan Fernandes (1976) de que é impossível a burguesia brasileira construir uma verdadeira revolução que elimine os pilares das contradições sociais, mas caminham de maneira parasitária do capital internacional e influenciando nas regulamentações do estado por meio das contrarreformas agrária nas políticas sociais, da estrangeirização da terra, do entreguismo dos bens públicos, da criminalização dos/as sujeitos/as políticos, do autoritarismo reacionário como expressão antidemocrática e ultraconservadora contrária a proposta societária democrática, revolucionária e popular advindas da Reforma Agrária Popular.

A prática do serviço social foi socialmente legitimada e institucionalizada à medida em que as expressões do conflito capital versus trabalho passaram a ser reconhecidas como uma questão social pelo estado. Sua trajetória na inserção da divisão sociotécnica do trabalho, na condição de trabalhador assalariado, especialista do trabalho coletivo na sociedade classes, provou tensões próprias das lutas no cotidiano sob a perspectiva de intensões de rupturas, avanços, conquistas, do qual suas raízes iniciais estão no cerne do movimento de reconceituação brasileiro.

Enquanto uma profissão sócio-histórica traz em sua natureza a pesquisa como um instrumento de construção do conhecimento, importante para o comprometimento com as demandas específicas da profissão, coloca-se a função de investigação e intervenção mediante possibilidades objetivas à formação e ao exercício profissional no serviço social. Logo, uma das diretrizes do serviço social contemporâneo tem sido apreender a pesquisa – sob a perspectiva da totalidade da vida social, num movimento de produção e reprodução material e espiritual do ser social.

Estudos mostraram que, ao longo de décadas, dada a maturidade intelectual alcançada em 1980, considera-se que o serviço social brasileiro conquistou um legado de avanços importantes, ao qual culminou no reconhecimento enquanto área de conhecimento pelos órgãos de pesquisa e fomentos, destacando-se em vários campos do saber. Assim, importou situar os rumos progressistas da pesquisa no âmbito das políticas públicas e sociais, da questão social e do enfrentamento às expressões da questão social, na construção da revisão curricular, definição e redefinições de seus fundamentos teóricos e metodológicos, entre outros elementos, na consolidação do projeto ético-político profissional crítico.

A cultura da pesquisa formatada ao longo da dinâmica instrumental da profissão de Serviço Social no Brasil, dentre as várias contribuições, tem construído possibilidades perante a luta contra as retóricas conservadoras e ditas pós-modernas, contribuindo para o reconhecimento do pluralismo teórico-metodológico mediante o fortalecimento da orientação marxista/marxiana como direção hegemônica do projeto ético-político da profissão. Nesse sentido, o serviço social é situado na condição de apreender a pesquisa na perspectiva de instrumentalidade engajada aos valores éticos que perpassam pelos princípios de liberdade, democracia, justiça social e dignidade humana, assim assinalados no Código de Ética de 1993.

Coube reforçar que nos marcos dos anos 1980 e 1990 do século XX, o Serviço Social brasileiro destacou-se frente aos avanços e conquistas em diferentes campos de ação, mantendo a interlocução com outras áreas do saber, enquanto espaço de produção do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa tem sido privilegiada em alguns contextos no interior da profissão, via estímulos a posturas e perfis investigativos na academia e no exercício profissional, num compromisso ético-político crítico, atento às manifestações da questão social e as suas emergentes expressões, originadas das mazelas estruturais do capital em tempo de crises e retrocessos nos direitos sociais e humanos.

Os processos de inserção na pesquisa intensificados na área de Serviço Social no Brasil a partir de 1980 do século XX ao século XXI, vê-se que essa não apenas se dedicou a compreender as expressões e as questões estruturais, mas à luz da perspectiva de complexidade, no complexo de complexos, segundo Lukács (1990 apud 1997) o processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Tendo em vista as particularidades que revestem a profissão do Serviço Social no Brasil, está entrelaçada suas análises às diversas expressões da questão social, entre estas, a questão agrária, uma vez que atravessa o uso, a posse, a propriedade, a distribuição e organização da sociedade própria das relações de classes, a qual se configuram como elementos que podem ser problematizados enquanto área do conhecimento científico.

Ao tratar da questão agrária no campo da pesquisa, há várias configurações que estão postas ao longo do desenvolvimento da sociedade para chegar à expressão mais complexa da ordem burguesa no campo, que hoje se destaca pelo agronegócio e o regime de *commodities*. Nessa direção, passa a ser incorporada não somente como categoria interventiva, mas como tema e/ou objeto de estudo e pesquisa, apropriados por muitos

grupos e linhas de pesquisas de diversas áreas, e no caso específico do serviço social brasileiro⁵, ao longo dos anos 80, do século XX.

Em linhas gerais, as configurações que o tema/objeto reforma agrária tem alcançado nos estudos e pesquisas do serviço social, encontram sentido e significado conforme as correlações de forças mediadas pelos antagonismos de classes sociais. Logo, da luta e conflitos agrários, territórios de conflitos no campo, os quais desdobram em várias recortes e focos de investigação relacionados à agricultura popular camponesa, familiar, empreendedorismo, que atendam às inclinações da população brasileira no campo e na cidade, aglutinando forças para essas transformações. Para tanto, a reforma agrária enquanto objeto de estudo foi o cerne para atenuar as diferentes formas das expressões da questão agrária, por entender que a modificação da estrutura fundiária extremamente desigual, de maneira a alterar as relações de poder na sociedade, tem como consequência a geração de desenvolvimento e organização social (RAMOS FILHO *et al*, 2012).

Entretanto, no cenário atual do modo de produção capitalista, tendeu a reduzir a reforma agrária, a propriedade privada, sem ao menos por parte do Estado ter a possibilidade de discutir a reforma agrária estrutural, a reforma agrária convencional e/ou a reforma agrária marginal mais designada pela literatura como Reforma Agrária de Mercado (RAM). Neste sentido, criou-se um abismo entre o País real e o formal, o distanciamento da realidade do campo, sendo este mais fragmentado da cidade, além da padronização da produção centrada na exportação e com disparidades nas condições de apropriação da segurança alimentar e nutricional entre os países importadores e exportadores do mundo.

No contexto de inserção no mercado de trabalho, o/a assistente social tem um sujeito político-social que não é esvaziado de história e possui as suas raízes e vinculações com o campo brasileiro. Nesse seguimento, a instrumentalidade tem a dimensão ética como mediadora da dimensão técnica e política, cuja finalidade é evitar práticas tecnicistas e politicistas. Esta redimensionou o trabalho para o processo da melhor escolha

⁵ É importante destacar o relatório do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social da Gestão 2017-2018 “Quem é de luta, resiste” (2018). O documento vislumbra como desafio contribuir para a “continuidade da visibilidade do que o Serviço Social brasileiro vem produzindo sobre questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” (p.06)e avalia a necessidades do levantamento quantitativo do ENPESS 2018 para analisar as lacuna e a transversalidade dessas temáticas na formação profissional. Mas, também o levantamento dos temas do GTP nos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil

das técnicas *no modus operandi* orientadas pelo projeto ético-político profissional, tão bem ressaltado por Santos (2006). Nas circunstâncias das expressões da questão agrária como particularidade da questão social, o serviço social apresentou um projeto profissional cuja autoimagem elegeu valores emancipatórios que coadunam com a reforma agrária popular demandada pelos povos do campo, das flores, das águas.

No pluralismo de ideias sobre a consciência da vida social e profissional, podem ser respeitadas as diversas condições sociais que se apresentam nas demandas das políticas públicas pelos povos do campo. Cumpre registrar que, esse pluralismo não se confunde com um ecletismo, que mistura ideias incoerentes e inibi a luta de ideias (NETTO, 2006b). Haja vista que a luta pela efetividade do emergente do projeto profissional, no qual perpassa a perspectiva ético-político acerca da defesa da reforma agrária pelo serviço social, requer valores democráticos e ruptura com o conservadorismo profissional, o qual se caracterizou desde a ditadura civil-militar. Assim, os elementos do projeto profissional para reforma agrária no serviço social requerem esforços da formação profissional, da categoria para a defesa da democracia no enfrentamento das expressões da questão agrária como particularidade da questão social.

Essas propensões são um processo contínuo, que são flexíveis, mas não se descaracterizaram em meio aos desafios profissionais para a efetivação do projeto ético-político e sua relação com a reforma agrária. O projeto ético-político do serviço social tem historicamente a liberdade como valor ético central, compreendida como a possibilidade de escolher dentre às sucessões de coisas que se tecem na realidade social. Para tanto, requereu o compromisso com a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais, como ratifica o Código de Ética Profissional de 1993. Destaca-se Netto (1999) ao sedimentar o “projeto profissional vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (NETTO, 1999, p. 104.5).

O projeto ético-político do serviço social coaduna com o projeto de reforma agrária popular, uma vez que, para os camponeses e camponesas a reforma agrária popular está indissociada de um projeto societário, um tema para a luta de classes na reivindicação de acesso à terra, ocupação da terra para forçar a sua democratização, redistribuição dos meios de produção dentre outros (MATEL, 2013).

Essa dinâmica perpassa a lógica de apreensão crítica do tema de estudo, desvelando as contradições do objeto da pesquisa à luz do marxismo e a apreensão crítica

entre serviço social e reforma agrária popular, passamos a contextualizarmos alguns elementos centrais na apreensão de elementos estruturais e conjunturais, implícitos na dinâmica societária do capitalismo cuja base material foram parte da engrenagem do modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, o qual associa os interesses do capital financeiro, industrial e rural. Esse modelo de País capitalista tardio e dependente, cuja formação sócio-histórica agrária, exportadora, latifundiária, monocultora sem romper a aliança com a burguesia agrária industrial, o Estado fomentou políticas públicas a serviço das classes dominantes, e hoje, sob o signo do agronegócio e dos grandes capitais rentistas e especulativos, encontram-se subjugados ao capitalismo imperialista financeiro internacional.

Os determinantes da conjuntura que marcam os avanços das forças produtivas sob o estágio do capitalismo imperialista global mundializado submeteram as economias periféricas aos interesses da acumulação do grande capital, cuja agenda alternativa às crises de acumulação encontra as fontes de abstrações de montantes nos fundos públicos das economias dos estados-nação. É fato que, a modernidade dos negócios no campo brasileiro se desfaz ao desvendar as relações arcaicas de trabalho a que estão submetidos/as os/as trabalhadores/as das diversas cadeias produtivas e os graves problemas ambientais resultantes do uso abusivo e, por vezes indiscriminado, de agrotóxicos, o desrespeito ao meio ambiente e, ainda, o comprometimento da segurança alimentar do País, devido ao uso de sementes transgênicas e da vinculação da produção ao mercado internacional de *commodities*.

De acordo com Stédile (2012), o índice de concentração da terra demonstra que 1% possui 46% de todas as terras e 8% dos estabelecimentos agrícolas controla 80% das *commodities agrícolas exportadas* na produção de soja, milho e cana de açúcar. Enquanto, a pecuária extensiva está submetida à dependência econômica de empresas transnacionais. O Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais arcaicas do mundo, sendo um dos únicos países que nunca fez reforma agrária, limitando a políticas de assentamentos. O índice de *Gini*, que mede a concentração fundiária, mantém-se, ao longo da história brasileira, próximo a 1, ou seja, perto da concentração absoluta.

No último censo agropecuário realizado em 2006/7, o índice de *Gini* ficou em 0.854, alguns décimos abaixo do censo anterior, que era de 0.856. Isto significa que a reforma agrária ainda não aconteceu no Brasil; o que temos são políticas de assentamento para amenizar os conflitos advindos da luta pela terra. Outra grande luta dos/as

trabalhadores/as rurais refere-se à garantia dos direitos da seguridade social (saúde, assistência social e previdência) e destacamos a urgente e necessária ampliação do acesso aos direitos da previdência social, que, mesmo com avanços legais, esbarra cotidianamente na atualidade frente a chamada Nova Previdência, cuja reforma no governo Bolsonaro, aprofundou o total desmonte (GRANEMMAN, 2019).

As históricas demandas de políticas para os trabalhadores (as) do campo no Brasil têm sido cada vez mais residuais, especialmente, têm exponencializado as estatísticas da pobreza e da miséria que voltam a ser parte do cenário das diversas regiões. Esse panorama explicita através de dados, aqui sinalizamos o recente Censo Agropecuário do IBGE (2017a) que apontam que os grandes proprietários de terra controlam 116 mil dos 350 mil hectares cultivados no Brasil (IBGE, 2017a).

A concentração continua centrada, na qual 45% da área rural brasileira encontram-se em 0,91% das propriedades rurais. Já as áreas menores de 10 hectares, apesar de representarem 47,9% do total de propriedades rurais, abarcaram apenas 2,3% da área total cultivada. Frente à lógica de expansão do cultivo de monoculturas pelo agronegócio, o capital no campo segue seu processo metabólico de extração de mais-valor via o aumento do uso de agrotóxicos em 2006 e 2017 para 20,4%.

A economia agroexportadora segue crescendo, em que os 80% da produção do agronegócio são destinados ao mercado de *commodities* agrícolas, portanto, é o capital financeiro o real beneficiário do agro. Enquanto as riquezas concentraram-se nas mãos do agronegócio, os antagonismos entre as classes sociais expressaram as intensas desigualdades em nosso País. Propaga-se a ideia de que a política social é a de um país sem miséria, no entanto, os dados apresentados pelo IBGE (2017) revelam que 50% da população brasileira vivem com muito menos que um salário-mínimo, e segundo dados do Banco Mundial, cerca de 24% dos brasileiros vivem com US\$ 5,5 por dia ou 348 reais/mês, sendo que 43,5% dessa população em situação de pobreza estão concentradas no Nordeste e 43, 1%, no Norte (IBGE,2017).

Essas desigualdades sociais são frequentes nas regiões norte e nordestes e se aprofundam quando se trata das questões de raça e etnia, que engessam o País, que bate recordes de exportação de alimentos da agricultura e até aviões. Enquanto, uma grande parte da população brasileira não tem como se alimentar, não possui moradia, para investir na educação dos filhos criá-los, desprovidos de condições dignas de vida e de expectativa de ascensão social ou de ruptura com ciclo de miséria.

Em 2021, conforme a Oxfam Brasil (2021) 12,8% da população brasileira sobrevivia com renda per capita menor que R\$246 por mês, de acordo com o critério do Banco Mundial o valor aproximado de R\$8,20 por pessoa/dia. O desgoverno no Brasil avançou a partir da desregulamentação das políticas agrárias, atacou o fundo público e se voltou para atender as estratégias das políticas públicas do Banco Mundial, a de privatização das terras públicas de ênfase na agricultura de exportação e aumento dos insumos agrícolas, sobretudo, agrotóxicos, que acarretaram custos para as políticas sociais, a exemplo, de saúde devido a contaminação das pessoas que trabalharam na lavoura, bem como trabalhista, que se agravou com a precarização do trabalho e perda dos postos de trabalhos da agricultura camponesa e expulsão do campesinato para as cidades e na tentativa de “passar a boiada” na legislação ambiental, trouxe prejuízos para os bens da natureza meio de vida e trabalho no campo.

No sentido de reduzir o abismo social, 74% dos/as brasileiros/as que ganharam até 01 salário mínimo no ano de 2017 apoiaram o aumento da tributação para as pessoas mais ricas, tendo como objetivo financiar as políticas sociais de saúde, moradia e educação. Já em 2020 esse percentual aumentou 85% na faixa salarial citada acima. Enquanto, na faixa salarial de até 5 salários-mínimos esse percentual chegou a 56% em 2017, 76% em 2019 e 74% no ano de 2020. Assim, é possível identificar uma retração de 2% das pessoas que apoiaram o aumento da tributação sobre as pessoas muito ricas no país (OXFAM, 2021). Mesmo assim, 85% da população brasileira no ano de 2020, concordou totalmente ou parcialmente que é obrigação dos governos do país reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, sendo de 84% em 2019 e 79% em 2017. Tornou-se visível que a cobrança de impostos abocanhou boa parte da renda das famílias mais pobres, à medida que, a taxa decresce na cobrança dos mais ricos, além, da isenção dos lucros e dividendos, gerou uma desigualdade social e tributária onde a conta pesa do lado dos mais pobres. A reforma tributária seria uma das formas para tentar equilibrar a balança mais uma vez desfavorável aos mais pobres no Brasil. Porém, tem forte resistência das bancadas do Congresso Nacional e baixa adesão de parlamentares.

Na contramão a pandemia mostrou as desigualdades sociais, a fragilidade do mais vulneráveis, que almejam serem considerados como cidadãos de direitos e obterem condições dignas de vida no campo e na cidade. Diferentemente dos países Suíça, Noruega, Espanha, Bélgica, Holanda, Islândia e dos países latinos, a exemplo da Argentina, Uruguai, Colômbia e Bolívia, que adotaram a taxação maior aos mais ricos o

Brasil possui uma alta carga tributária para os mais pobres. No país, a campanha “Tributar os Super-Ricos”, defendeu o projeto de lei de taxaço dos mais ricos, que pagam menos impostos que os mais pobres. A campanha incluiu também, as vítimas de Covid-19 e de agrotóxicos foi liderada por entidades sindicais, auditores cujo objetivo é acabar com a injustiça tributária indo para além dos programas focalizados de transferência de renda, sem degradá-los.

Tendo a defesa da cobrança de maiores tributos aos que possuem maiores dividendos explanada pelo presidente Joe Biden dos EUA que falou do imposto global para as grandes empresas na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, e até o Fundo Monetário Internacional –FMI do “aumento” da taxa sobre os mais ricos e fim dos “subsídios” aos mais ricos, um discurso temporário durante a pandemia de Coronavírus.

Dentre as políticas públicas mais relevantes, o auxílio emergencial destacou-se pela mobilização da sociedade civil e oposição ao congresso nacional frente ao projeto do ente federal que limitava o benefício em R\$200,00 durante o período pandêmico de coronavírus em 2020. Assim, foi possível a aprovação de R\$ 600,00 mensais e 300 reais em setembro e dezembro tendo como público alvo trabalhadores e trabalhadoras autônomos e informais, alcançando a marca de 67,8 milhões de beneficiários em 2020, de modo a diminuir a pobreza extrema no Brasil e abrandar a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em meio à crise econômica do capital e crise sanitária. A organização da sociedade civil para aprovação e continuidade do auxílio emergencial pressionando líderes do congresso e ministros foi evidente no contexto da pandemia de Coronavírus, além das referências internacionais de enfrentamento da situação de calamidade a nível mundial. Dessa forma, a dignidade humana, a equidade e justiça social são pilares frente o retrocesso, desmonte de direitos e sucateamento das instituições públicas. Os movimentos populares, as organizações da sociedade civil buscam a aprovação da renda básica permanente e do plano emergencial da reforma agrária diante do acirramento da questão agrária, da questão social devido à crise do capital agravada na pandemia.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra- CPT (2021), o maior número de conflitos por terra ocorreu no ano de 2020, seguido de 2019 e em terceiro lugar o ano 2016. No período de 2011 a 2020, sendo o total de 1.029.653 famílias camponesas, indígenas e quilombolas passaram por conflitos no campo, tendo o maior quantitativo maior de 426.401 na região Norte; 426.401; o Nordeste, 353.231; o Centro-Oeste,

127.864; o Sudeste, 71.379; e Sul, 50.778. (CPT, 2020, p.26). No cerne dos conflitos pela terra na região norte está o acesso à maior reserva de água doce do mundo e da apropriação de outros bens da natureza, uma arena de disputas que os agentes privados a exemplo dos pistoleiros, agromilícias, fazendeiros, garimpeiros, mineradores, avançaram em direção às áreas de conservação ambiental e terras de comunidades indígenas.

O centro das disputas por terras na Amazônia atingiu as famílias rurais, dos povos indígenas Yanomamis provocadas pelo avanço dos garimpos e ausência de demarcação das terras indígenas pela União, na contramão da proposta de reforma agrária popular. Essa arena de embates foi configurada por ameaças, invasões, grilagens, expulsões da terra, desmatamentos ilegais e contaminação por agrotóxicos que se agravaram a partir do golpe de 2016 e do desfinanciamento da política de reforma agrária.

A omissão do governo federal para com as ilegalidades, impunidades por parte da classe burguesa e ruralista do Brasil contribui para o aumento os massacres no campo. Mas também, o aparato legal dos decretos 10.627/21 concede o uso de armas; 10.628/21, isentou imposto sobre armamentos e 10.629/21 e 10.630/21 que amplia o acesso ao porte de armas para as propriedades rurais. O Projeto de Lei (PL) 191/2020 em como objetivo regulamentar o acesso ao território indígena para exploração de minérios e outros, concessões, sendo uma ameaça aos direitos das populações nativas e ao meio ambiente, pois muitas vezes a utilização dos produtos químicos, a exemplo do mercúrio contamina os bens públicos como a água e gera doenças prejuízos aos ecossistemas e até abortos nas mulheres. Outra ameaça que se agrega a proposta anterior é o PL 5.518/2020 que dá concessões à iniciativa privada para exploração das florestas.

A MP 884/2019 extinguiu o prazo de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) nenhum produtor rural é punido caso não realize o cadastro. Mesmo descumprindo critérios de acesso à terra, a União pode conceder a propriedade da terra a particulares nos estados de Amapá e Roraima por meio da Lei 14.004/2020 e contraditoriamente se opõe a Lei 10.304/2001 que dá preferência a ações de conservação ambiental (CPT,2020). Esses aportes judiciais tornam negociáveis as terras e os bens públicos da natureza passando à condição de mercadoria e deixa de mãos atadas as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas dentre outros do campo e da floresta que tem a partir dos diversos biomas o seu meio de vida e trabalho, enquanto o planeta, tende a escassez de água gerada pelo desmatamento, poluição e outras formas prejudiciais as gerações presentes e futuras.

A partir dos fundamentos do papel do Estado Napoleônico na obra 18 Brumário, Marx (2011) demonstrou a posição de Bonaparte que destituiu o último ministério parlamentar em novembro após a convocação de uma Assembleia Nacional em outubro de 1849. Além de ter usado o próprio ministério para dissolver a Assembleia Constituinte Republicana e declarou-se “independente” e construiu a ideia mítica de que Bonaparte seria vocacionado e constituinte de um Império, enquanto, o povo francês caminhou para a vocação de pagar as suas dívidas. Ao mesmo tempo em que, a burguesia manteve seus interesses materiais e políticos e conservou a máquina estatal e, paralisou órgãos autônomos da sociedade ou dissolveram. Mas também, estabeleceu limites às classes sociais, às suas condições de vida, o exercício político parlamentar e assegurou os privilégios. O representante ministerial de Bonaparte, o Judeu Fould, pertencia às altas finanças da França, de classes abastadas, Fould esteve no ministério das Finanças, então as cotações da Bolsa de Paris em 1849, subiram e desceram em sintonia com as ações Bonapartistas. Para garantir não somente os interesses financeiros foi preciso garantir a segurança pública contra qualquer forma de manifestação contrária aos interesses do Estado, a saber o executivo da burguesia. Bonaparte nomeou Carlier chefe de polícia de Paris. Dessa forma, assegurou a economia e segurança pública nomeando ministérios para os interesses burgueses e posteriormente, destituiu-os no mito Bonapartista.

Os indicadores do crescimento econômico do agronegócio tentaram mascarar a realidade do campo sob a retórica de que os negócios no campo vem salvando o País da crise de insegurança alimentar. Contudo, a intensificação da miséria, da fome e das desigualdades são explícitos nos relatórios de instituições sociais nacionais e internacionais. Verificaram-se a agudização de conflitos que atingem quilombolas, indígenas, ribeirinhos, indianistas e ambientalistas que, segregados pela violência, incêndios criminosos, destruição das matas por madeireiras, contaminação dos rios por grandes mineradoras, assassinatos de lideranças de movimentos sociais, repressão policial, flexibilização de legislações, emendas constitucionais que subtraem recursos de políticas públicas etc., têm marcado o cenário do meio rural na atual conjuntura.

As classes devoradoras da natureza, da terra e do trabalho intensificam ações cujas consequências aprofundam a dialética do modo de produção capitalista, configurando a chamada crise ambiental, frente à expansão capitalista do espaço. A expropriação da terra e do trabalho decorrentes desse perverso processo sociometabólico do capital no campo produziu uma paisagem em que convivem desertos verdes de

monoculturas e tecnologias, as quais esterilizaram e condenaram todas as formas de vida humana, animal e vegetal, qualidade dos solos, mananciais e florestas.

A pobreza extrema tem o seu lugar de concentração no Nordeste com 7,9% e no Norte, 6,2%, cujas tendências foram projetadas por estudiosos com fatores de preocupação, principalmente, com a crise política instaurada após o golpe de 2016, cujo balanço visualiza o fechamento de diversas indústrias nacionais, a alta do desemprego e a desertificação crescente. O papel do Estado na redução das desigualdades regionais, conforme o princípio constitucional, art. 3º, “III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” (CF,1988). Os dados referentes as regiões brasileiras apresentaram as discrepâncias regionais que assolaram o País no que diz respeito às condições de vida da população que vive no campo e na cidade marcados por aspectos socioeconômicos, a exemplo ao analfabetismo, o trabalho, a renda per capita. Essas características históricas e geográficas de um país desde a sua origem cresceram para atender o capital estrangeiro, do litoral desertificado à densidade concentrada no continente com formação de mão-de-obra assalariada e regiões predominantes de uma oligarquia que baseou a produção conforme a matéria-prima tais como o ciclo do café, da cana-de-açúcar, da mineração necessária ao capital competitivo.

Essas assimetrias podem ser fundamentais para a compreensão de que 89% da população em 2020, concordava total ou parcialmente que cabe ao Estado diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e mais pobres, enquanto, eram 88%, em 2019 e 81% em 2017. Compreende-se que boa parte da população tendeu a responsabilização do Estado por meio de políticas sociais e a sua universalização na redução dos impactos da questão social. (OXFAM, 2021). As desigualdades regionais persistiram basta vermos os indicadores de pobreza que assolaram a região nordeste, que possui o maior número de estados brasileiros e a região centro-sul com melhores remunerações e possuem os estados e cidades com melhores remunerações, boa qualidade de vida e serviços de educação, saúde, transporte e outras políticas públicas, por conseguinte, menor pobreza ou extrema pobreza.

Elementos que se tornaram imprescindíveis para afirmar a eliminação da desigualdade social como horizonte societário no planejamento, formulação, execução das políticas sociais frente as contradições do modo de produção capitalista. Segundo estudos do Observatório do Terceiro Setor produzidos por Garcia (2019), estima-se que, em 2016, 52,8 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza, em 2017, esse

número subiu para 54,8 milhões de pessoas, ou seja, cerca 2 milhões de brasileiros passaram a viver na pobreza em apenas 1 ano. Em 2019 há retrocessos nas conquistas dos direitos, a exemplo do controle social das políticas sociais e do direito ao trabalho. Fez necessário, indagar como teria boa qualidade de vida se qualidade muitas vezes foi restrita a qualidade de produção no campo ou na cidade, sendo o Estado o regulador que atendeu a essa visão de política pública? Esse questionamento remeteu à velha equação entre desenvolvimento econômico e políticas públicas que permeou polarizações durante a pandemia de Covid-19 e as políticas de distanciamento, isolamento e flexibilização das medidas sanitárias e nas políticas sociais para atenuar os impactos da pandemia de Coronavírus.

Uma “equação” que para o capital financeiro foi muito prática, reduzir as políticas a ponto de agonizá-las e propagandear que os serviços públicos são ineficazes, ineficientes, sob o discurso da qualidade acompanhado da redução e eliminação de servidores/as públicos, afirmou que é preciso qualificar e por meio do Estado realizar mais uma “contrarreforma administrativa”, por conseguinte, redução/eliminação de postos de trabalhos, de setores, de dotações orçamentárias para os serviços, programas e projetos econômicos, sociais e culturais e outros que se direcionam ao campo e cidade. À medida que, a pressão popular requeria segurança dos postos de trabalho, acesso à direitos sociais e políticas sanitárias e hospitalares emergenciais.

No cenário da Pandemia da Covid-19, a partir de 2020, e nos primeiros meses de 2021, verificam-se avanço galopante de contaminação e letalidade em todas as regiões do Brasil, alcançando dimensões catastróficas, mediante repercussões socioeconômicas, cujas estatísticas destacam a elevação do desemprego, subocupação, informalidade, entre outras expressões da questão social no atual cenário brasileiro. No campo há um desmonte de políticas para a agricultura familiar camponesa, a partir do fim da regulação de preços do governo com fechamento dos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB em 2020, sendo um fator para ampliar as exportações de alimentos em 2021, enquanto a população brasileira esteve e continua à mercê da fome, da miséria e de uma crise econômica e sanitária que atinge os pequenos e médios produtores(as) e prestadores(as) de serviços no país. Por outro lado, a Conab (2021) realizou um levantamento da safra brasileira de grãos e identificou um crescimento de 291,1 milhões de toneladas, 15,1% entre 2020/2021 e 2021/2022. Tonou-se evidente que a miséria no país cresce à medida que há um crescimento econômico voltado apenas para

o mercado externo, aumento do preço dos alimentos destoante a realidade brasileira de concentração de renda, de terra e aumento do desemprego, ratifica o Observatório das Desigualdades, em 2022.

O abastecimento de alimentos se tornou ainda mais difícil com o desmonte das políticas públicas de agricultura familiar, particularmente, os desafios de logística da produção relacionados a cadeia produtiva desde a preparação, estoque e distribuição de alimentos através do transporte rodoviário, que apresentou mais dificuldades por causa da pandemia do Coronavírus e do comportamento do consumidores angustiados que foram as prateleiras dos supermercados e as esvaziaram de produtos básico devido às medidas de isolamento ou distanciamento social.

De fato, o atual cenário escancarou o crescente desmonte das políticas sociais sob o receituário da agenda ultraneoliberal, bem como as condições precárias de vida da população, aumentando a desigualdade social, que estrutura a sociedade brasileira. Conforme Yazbek, Raichelis e Sant'ana (2020), “cenário que as contrarreformas neoliberais, principalmente a Emenda Constitucional (EC) 95, só fizeram agravar o quadro panorâmico, fragilizando o já precário funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de seguridade social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas sem prover, contudo, aos seus milhares de trabalhadores (as).

No período de 2020 o Brasil ingressou novamente no mapa da fome atingindo a marca de 9%, quase o dobro de 5% estipulado pela Organização das Nações Unidas – ONU, de acordo com Oxfam (2021). A fome se alastrou no país e atingiu 27,6% da população no período de 2018 a 2020, conforme a VigiSAN, 10,3 milhões de pessoas involuíram da situação de insegurança alimentar grave para a fome alcançando um percentual de 19,1 milhões de pessoas. Esses fenômenos múltiplos da pobreza no país como uma das expressões da questão social e sua particularidade a questão agrária desvelam a contradição de um Estado funcional ao capital que agudiza as desigualdades sociais, regionais provocando um cenário de violência econômica, social e cultural no campo e na cidade.

A pandemia de Coronavírus em 2020, destacou a desigualdade latente e o desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e outras políticas

sociais que a atravessam. Porém, muito se falou “o desemprego com a pandemia”, a fome com a pandemia”, o saneamento básico e água na pandemia” e focalizou a questão social e suas expressões geradas a partir do nascimento do vírus e sua expansão comunitária, esquecendo-se que no Brasil nunca houve segurança ou soberania alimentar e muitos brasileiros não saberão se irão comer as próximas refeições de hoje ou de amanhã.

A fome, a ausência de trabalho ou sequer de meios para sua provisão, se alastraram e se aprofundaram na sociedade brasileira, nas palavras de Marx (2009) “tudo que parece sólido se desmanchava no ar”, a crise do capital, a chamada incerteza da economia ou a personificação “o mercado está nervoso”, que geraram preocupações com a economia. Enquanto isso, a naturalização do social se esvaecia na latência das filas das pessoas nas ruas recebendo doações, boa parte destas, vindas dos movimentos sociais e organizações não governamentais.

No Alto Sertão Sergipano, por exemplo, as doações do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA e parcerias com as instituições federais na produção de álcool em gel e equipamentos de proteção facial, dentre outros projetos sociais do MST em parceria com Periferia Viva, Central Única das Favelas - CUFA para elaboração de máscaras, e até filas para receber restos de ossos de carne do frigorífico.

À medida que os movimentos sociais do campo reivindicavam um plano emergencial de reforma agrária popular (MST, 2020) com quatro eixos de: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteger a natureza, a água e a biodiversidade; e condições de vida digna no campo para todo povo, no sentido de atenuar os impactos da crise do capital que agravaram a situação dos mais pobres do campo. Porém, nunca saiu do papel, pois o ente federal aboliu o financiamento para a pasta da política de reforma agrária e somente abre as portas para o agronegócio fincar seus privilégios.

Logo, a política social, seus programas e serviços assegurados às populações empobrecidas foram sempre limitados e isolados das possibilidades de um projeto de desenvolvimento nacional capaz de inserir no sistema de proteção social todos os brasileiros. Engendrou-se o chamado “ovo da serpente”, cuja direção de negação de pactos societários às camadas populares assume historicamente a direção única de governos que colocam as políticas estatais à total expansão do capital, ou seja, as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional.

Esse modelo modernizante se revestiu sob o organismo oficial de Estado, como um membro estendido do capital, produzindo um número significativo de programas de

reordenamento do campo com as mesmas características e objetivos: manter a garantia da acumulação ampliada de capital. Nesse panorama que aviltaram as mazelas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, distanciando ainda de possibilidades de projetos e políticas populares, com extinção de secreta fusão, cortes e inserção de gestores que não compartilham de um projeto de nação popular.

1.2 - Questão Agrária e Reforma Agrária no Serviço Social à luz dos Fundamentos da Sociedade Capitalista

Para situar o tema no debate do Serviço Social brasileiro em sua direção teórica analítica, partimos dos fundamentos da ordem capitalista. Logo, para adentrar nos fundamentos da reforma agrária, a base teórica tem raízes fincadas em determinantes teóricos e sócio-históricos em que na obra ‘O Capital’ - A chamada Acumulação Capitalista, tomamos como ponto de partida de que

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas [MARX, s/d, 341-342) [...]].

A partir daí, apreendemos determinantes que fizeram presentes nas teses que trataram os fundamentos teóricos da reforma agrária, na qual podemos encontrar em sua natureza a propriedade da terra no modo de produção capitalista. Logo, a natureza, fonte de riqueza, não produz valor em si mesmo, sendo então necessário o capital apropriar-se da referida riqueza, a fim de criar outro capital a partir da renda da terra. Tal capital é a expressão econômica da apropriação privada da terra no sistema capitalista.

Assim, esta contrarreação de produção é a propriedade capitalista da terra, ou seja, esta é a forma de propriedade criada pelo capital na agricultura a fim de acumular e reproduzir riqueza, portanto, a reforma agrária, à luz dessa abordagem analítica, somente poderá ocorrer se alterar os fundamentos do sistema capitalista, uma vez que está na raiz das estruturas da ordem burguesa.

Coube destacar que as formas de uso e apropriação da terra foram mutáveis, não são eternas, porém, históricas, configurando-se, portanto, conforme a característica de cada modo de produção. Em seus estudos, Karl Marx trouxe importantes contribuições a tratar a propriedade da terra nas formas econômicas pré-capitalistas e capitalista, daí apreender que a propriedade privada dos meios de produção constituiu o fundamento da sociedade capitalista. Logo, a terra é um meio de produção, fonte de riqueza na qual, no processo de expansão do capital, submete-se às leis da acumulação e reprodução capitalista.

No interior desse debate, a categoria questão agrária está ligada ao processo de desenvolvimento brasileiro desde as capitanias hereditárias, nos ciclos econômicos exemplo, do açúcar, café e mineração até os dias atuais, pois o conflito social nas áreas rurais está enraizado na concentração da terra, exclusão social dos camponeses e camponesas e pequenos agricultores/as (MATTEI, 2013). Embora a categoria teórica não está explicitada na obra de Marx, porém o debate emerge quando o referido autor analisa a propriedade capitalista da terra na formação da moderna sociedade burguesa e buscou de eliminar os pilares do feudalismo na França por meio da “exploração da propriedade fundiária parcelada” (MARX, 2011, p.26), da competitividade e liberação das forças produtivas para além das esferas nacionais e gerou o desenvolvimento capitalista no campo pela sua expressão econômica, que é renda fundiária, ou seja,

O processo peculiar da lei do valor na agricultura em que a mais-valia gerada na exploração da terra depois de sucessivas transformações se divide em lucro em renda fundiária. O ponto crucial de sua análise é a propriedade capitalista da terra. Para Marx a exploração capitalista da agricultura está referida à totalidade das relações sociais e nesta totalidade a compreensão da forma e do conteúdo da propriedade privada desse meio de produção – a terra – na sociedade capitalista é fundamental...[...] sem essa análise fica difícil compreender como a reforma agrária [...] transferência massiva da propriedade da terra de uma classe social para outra. (ACUÑA, 2009, p.17.)

Destarte, questão agrária em Marx (2011) referiu-se a campo das lutas de classes, com suas peculiaridades no espaço e no tempo. Em linhas gerais, tratou-se da oposição entre latifundiários e capitalistas industriais e financeiros pela apropriação ou diminuição da renda da terra, sendo em outro momento apreendida como o processo de expropriação da pequena produção e de outro contexto, a reprodução da propriedade familiar.

Certamente, estes momentos fizeram parte de uma totalidade na qual foi preciso indissociar do Estado e as particularidades no confronto de classes.

No quadro panorâmico do capitalismo contemporâneo, à luz das categorias analíticas da economia política e suas mediações históricas, trouxeram importantes elementos analíticos para entender o estágio atual do capitalismo sob a ótica financeira. No desdobramento da atual conjuntura, retomamos características vislumbradas por Lenin, bem como as leis básicas do movimento do capital anunciadas por Karl Marx, em que a busca por superlucros tem se configurado em mecanismos de estímulos a exponencialização da produção de mais-valor. Logo, as constantes flutuações das taxas de lucros reproduziram ondas longas expansivas ou estagnantes num movimento de tensão que imbricaram a tríade superacumulação, ondas de crises e depressão. Esses elementos são fundamentais para mediar a dinâmica atual em que estão imbricadas a questão social e suas particularidades, entre elas a questão agrária, as quais situaremos no panorama do marco da mundialização do capitalismo imperialista sob a hegemonia das finanças (FONTES, 2010).

O debate acerca da questão agrária passou por rebatimentos em decorrência dos ajustes da agenda ofensiva ultraneoliberal e de outro lado, a frutificação do pensamento pós-moderno nas ciências humanas que redimensionou as análises para uma discussão pontual, com fragmentação e subjetivismos. Logo, a tendência de pesquisas baseadas em estudos de fenômenos isolados tem secundarizado a categoria questão agrária e reforma agrária, por não verem a pertinência relativa ao conflito de envergadura no “campo brasileiro”, sobressaindo o termo Novo Mundo Rural.

Nessa diretriz analítica, a ideia de um Novo Mundo Rural, das pluriatividades, da participação social, caracterizou-se por uma nova realidade do campo na qual foram superados os conflitos de classes, os pequenos velhos camponeses versus grandes proprietários em conflitos, agora traduz-se por parceiros. Na contramão da análise da aparência em si, apreendemos que pensar a partir da complexidade do real, luz do pensamento da tradição marxista e do próprio marxianismo, buscamos na sua célebre obra, n’O Capital, que foi possível identificar uma interpretação de quais sejam a questão social e suas expressões centrais, a fim de entender os determinantes do desenvolvimento do capitalismo no campo sob a lógica da lei da acumulação. Daí, entendemos que pesquisas e produções orientadas pela abordagem materialista histórico-dialético traduziram a complexidade do objeto ao tempo que reafirmaram a necessidade do debate

acerca dos antagonismos de classes no campo. Além disso, resgatou importantes determinações cujas raízes expressaram as peculiaridades a partir da formação social do Brasil.

Contudo, entendemos que mesmo diante de novas configurações do capitalismo imperialista financeiro, a velha questão agrária trouxe novas expressões, a qual encontrou resposta na lógica da geração de valor que gera mais-valor. Conforme Stédile (2011, p. 15 e 16), questão agrária pode ser entendida por várias perspectivas, entre estas, “Sociologia”, “Geografia”, “História” e mesmo por outras perspectivas como a da Economia Política – porém apreendemos como: “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Somou-se a essa concepção o conjunto de interpretações que se articulam a análise acerca da formação sócio-histórica, bem como do modo de produção dominante.

Sendo assim, norteamos o debate da questão agrária a partir dos pressupostos teóricos e a “aplicação da teoria do valor”, sob os quais Marx (2011) entendeu a questão agrária em geral, e a Renda da Terra, em particular para demonstrar que, no Brasil e nos países de economia dependente, a questão agrária apresentou especificidades. Logo, entre os anos 1960/1970 travaram-se intensas discussões entre o “debate clássico” da questão agrária no Brasil, a qual apresentou um fio condutor em que, de um lado, os pensadores alinhados ao pensamento crítico de matriz marxista/marxiana e, em contrapartida, os pensadores que incorporaram análises anteriores.

A questão recorrente foi que a Questão Agrária no Brasil de ontem e de hoje permanece com seus contornos próprios da dinâmica da sociedade capitalista em seu estágio monopolista financeiro. Assim, a Renda da Terra explicita n’O Capital, constituiu-se um dos aportes teóricos para o aprofundamento da questão agrária; reside, portanto, no campo crítico e, em especial, na tradição marxista e marxianismo. Karl Marx trata a Questão Agrária com grande propriedade no final do livro 3 de sua principal obra: O Capital, a qual configura uma parte dedicada a entender o processo pelo qual o capitalismo se desenvolveu no campo, destruindo o antigo modo de produção.

Outrossim, no desenvolvimento teórico realizado por Marx no referido livro, verifica-se um nível mais concreto de abstração e novas determinações. Logo, a articulação dos diversos níveis de abstração e a exposição desta totalidade só é feita no livro 3 de “O Capital”, pois é nesta obra Marx desenvolveu a categoria “renda da terra”.

Nesse sentido, o debate sobre a Renda da Terra em Marx traduziu-se no movimento de produção e reprodução do desenvolvimento do capitalismo no campo, em que

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro [...] o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas [...] A propriedade fundiária supõe o monopólio de porções do globo terrestre como esferas primitivas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades, isto é, a valorização desse monopólio na base da produção capitalista (MARX, 2008, p. 823-826).

Ao tratar de outros modos de produção, Marx situou que no modo feudal em seu processo de esgotamento para a eminência do capitalismo no campo, alguns fatores ocorreram, tais como: a separação do produtor direto de sua propriedade – que para ele era um dos elementos de seus meios de produção –, submetendo-o, assim, a um capitalista que explorou a “agricultura para conseguir lucro” (como outro ramo qualquer). Outros aspectos dizem respeito à existência do monopólio da terra – como de fato existia sob o feudalismo e em todos “os modos anteriores de produção que se fundamentaram de uma forma ou de outra na exploração das massas”, além disso, para que esse monopólio tornasse passível de valorização (parte da forma que a mais-valia adquiriu no capitalismo), que orientou o sentido e a lógica da produção capitalista.

À medida que avançava a dissolução das relações feudais, a produção agrícola inseria-se sob a lógica do capitalismo subordinando à agricultura tradicional, baseada em conhecimentos empíricos, em uma agricultura “moderna”. A base da apropriação do conhecimento científico possibilitou a ampliação e o controle sobre a natureza, determinando o processo produtivo, a finalidade de ampliar mediante a capacidade produtividade, resultante do valor que gera valor, o lucro fim último. Nessa direção, a propriedade adquire forma puramente econômica,

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao

dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca floresta etc. (MARX, 2008, p. 827).

Assim, a Renda Fundiária ou Renda da Terra constituiu-se num dos elementos centrais sob os quais girou a acumulação capitalista no campo, daí emergiu a nova classe dos capitalistas que se inseriu no campo sob a forma de arrendatário. O desenvolvimento desta classe, no campo, acompanhou o avanço das relações capitalistas sobre a agricultura “o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra (MARX, 2008, p. 828).

Deste fenômeno, também decorreu a manutenção dos salários urbanos no “mínimo necessário à reprodução da força de trabalho”, mas também para a viabilização da acumulação capitalista nas cidades. Outrossim, à medida que cresceu a população urbana, mais se reduziu o nível da remuneração dos trabalhadores do campo. Desse modo, à medida que o aumento da renda influi sobre o preço da terra, ocorre a desvalorização do trabalho agrícola, pois “A renda fundiária alta se identifica aí diretamente com salário baixo” (MARX, 2008, p. 839).

Esse processo de expansão do capitalismo no campo levou à pressão pela expulsão do trabalhador rural para as cidades à medida que cresce a produção social e avança o desenvolvimento das forças produtivas. À proporção que avançam as forças produtivas, aumenta a produção extensiva no campo, ou seja, aumenta a procura por novas terras. Essa é uma tendência do capitalismo, que povo expropriação da terra.

Nas particularidades da formação sócio-histórica do Brasil, desde a colonização, o campo brasileiro apresentava uma contradição latente entre dois tipos de agriculturas. Uma voltada para a produção diversificada de alimentos para o abastecimento interno, realizada com mãos de obra escrava e livre, em pequenas porções de terra. E outra agricultura baseada na monocultura para exportação, no latifúndio como unidade produtiva e no trabalho escravo. Essa organização da produção agrícola perpassou o pretérito e o presente do campo brasileiro e nos diz sobre a origem da formação social do campesinato, que nasceu em deságio da agricultura capitalista.

Sob o tripé monocultura, escravidão e os quatros séculos de latifúndios, conforme Guimarães Passos (1977), a Coroa Portuguesa era pressionada a manter seu monopólio sobre a terra, a transição do trabalho escravo para trabalho livre estabeleceu a propriedade privada da terra para a constituição das relações capitalistas de produção. Ao suprimir o trabalho escravo, foi necessário maior controle sobre a terra, transformando-a em mercadoria a fim de impedir a sua posse pelos escravos libertos. Tendo por desígnio o controle da terra, o impedimento à livre organização do trabalho e, por conseguinte, a apropriação coletiva da produção (MARTINS, 1979).

A plantagem entrou em declínio em meados do século XIX com a falência do sistema escravista no Brasil. Com o fim do modo de produção escravista colonial, a Coroa Portuguesa promulga, em 1850, a Lei nº601 que ficou conhecida como Lei de Terras, com o intuito de impossibilitar aos ex-escravos a posse e/ou a propriedade da terra. Dessa maneira, se regulamentou o latifúndio como a base da estrutura fundiária do País. Sob essa ótica, Martins cunhou sua célebre tese de que se o trabalho é escravo, a terra pode ser livre, se a força de trabalho for livre, a terra precisa ser cativa (MARTINS, 1979).

Não obstante, na formação sócio- histórica do Brasil a Lei de Terras somou-se à Lei Áurea, para transformar a escravidão do negro em si para a escravidão da força de trabalho e terra em mercadorias. A Lei de Terras estabeleceu minifúndios cujos direitos passaram a ser somente de “homens livre e brancos”. Ao mesmo tempo em que, uma iminente revolta dos/as negros/as escravizados no Brasil estava posta e vários negros/as libertos/as. “Os quilombos, como organização social própria, livre e autônoma, constituíam-se de todos aqueles em conflito com a ordem social escravista. Os negros escravizados reencontravam nos quilombos a sua condição humana.” (ALMEIDA, 2019, p.97)

A Lei Áurea foi um marco na luta abolicionista. Entretanto, sua lógica era formação de um mercado que requereu a proletarização capitalista, transformou os escravos em mão-de-obra, mas não em proprietários de terras camponesas, por conseguinte, em conjunto com a Lei de Terras fundamentou a existência e forma do racismo estrutural na sociedade brasileira (ABEPSS, 2022).

Assim, as análises “clássicas” para a elucidação da questão agrária no Brasil são balizadoras para os intérpretes da formação social brasileira. E, nesse sentido, ganha maior relevo estudar Marx e, no particular, o que nos diz sobre a questão agrária, pois em um país de estrutura colonial e exportadora como o Brasil, compreender a questão

agrária significou dar um grande salto para a compreensão da sociedade brasileira a partir das características *sus generis* do capitalismo na particularidade da formação sócio-histórica do Brasil.

CAPÍTULO 2 - A PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A ESPECIFICIDADE DO TEMA DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Asa Branca

Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração

Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga.

Este capítulo tem como objetivo trazer para o debate importantes reflexões da reforma agrária no Serviço Social que sinalizaram para os subitens que trataram do projeto profissional e da cultura da pesquisa na produção do conhecimento; em seguida do Serviço Social e das pesquisas à luz da tradição marxista; as pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social com foco na reforma agrária. Nele discutimos o Serviço Social, a apropriação ontológica do marxismo, em três documentos legais (Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996) e Serviço Social e Proposta de Reforma Agrária Popular.

2.1- Projeto Profissional do Serviço Social e a Cultura da Pesquisa e Produção do Conhecimento no Serviço Social.

Conforme já sinalizamos em linhas atrás, este estudo teve como objetivo investigar produções do conhecimento desenvolvidas com foco na categoria reforma agrária popular e o serviço social, a partir da graduação e pós-graduação da UFS, no marco de uma década compreendida entre (2011-2021). Para isso, propomos apreender o arcabouço da área a nível de graduação de pós-graduação que, à luz da tradição marxista/marxiana, apreendeu importantes categorias analíticas relacionadas aos estudos que tiveram como objeto de investigação a reforma agrária no salto que extrapola a aparência do real concreto, ao tempo que se verifica tensões na apropriação da teoria e método revolucionário.

Nos rumos de mais de 80 anos de existência, o serviço social brasileiro tem revisado seu currículo e investido nas pesquisa e produção do conhecimento numa interlocução entre graduação e pós-graduação orientada pela direção da teoria crítica da totalidade da vida social. Importa frisar que na referida década vivenciou-se o

protagonismo da classe trabalhadora e a reascensão dos movimentos sociais e sindicais, que novas exigências teórico-práticas são demandadas à profissão requisitando-lhe análises e posturas cada vez mais críticas e radicais. A partir daí, passaram a ser exigidos aportes teóricos que capacitassem os assistentes sociais para a interlocução com outras áreas de produção (GUERRA, 2011). As atuais Diretrizes Curriculares (DCs- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS/1996) têm norteado a formação e qualificação profissional, afirmando a “autoimagem renovada” cujo projeto ético-político assumiu direção social na defesa de um projeto societário emancipado da ordem hegemônica burguesa. Logo, a lógica curricular trouxe como centralidade e transversalidade da questão social e a categoria trabalho; a indissociabilidade entre os aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo; teoria-prática; investigação-intervenção. Além disso, estruturou as novas configurações de abordagem do conteúdo no formato de seminários, oficinas e componentes curriculares. Com base numa lógica curricular articulada que evita fragmentação, os projetos pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmica (UFs) foram organizados a partir de três núcleos fundamentais a efetivação de um projeto de formação profissional:

1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996, p.8).

Salientamos ainda que a incorporação das atividades complementares, além da indissociabilidade entre a teoria-prática, com vista a superar a fragmentação entre os elementos históricos, teóricos e a abordagem metodológica. Estes itens ou aspectos definiram importantes avanços para a profissão, apresentando orientações da nova lógica curricular responsável por orientar, em nível nacional, os projetos pedagógicos dos cursos. Nesse debate destacou-se a discussão da dimensão investigativa no serviço social, ao tempo que se apresentou como um princípio formativo, devendo articular-se com a dimensão interventiva com vista à construção de um perfil profissional capaz de desvelar

a realidade. “A partir dessa proposta de formação profissional, a dimensão investigativa se apresenta, portanto, como uma lógica curricular e não como uma disciplina específica; devendo estar presente em toda a formação.” (CHAVES, 2012, p.146, grifos originais *apud* COSTA, 2018).

Frente à maturidade intelectual dos profissionais de serviço social houve profundas mudanças na direção ético-político do projeto profissional que resultaram na “apreensão crítica do processo histórico como totalidade” (ABEPSS, 1996, p.07), que certamente, teve um papel de destaque na graduação e pós-graduação, que possibilitou aprofundar e qualificar o debate. Nesse sentido, foi incorporado ao perfil profissional,

Radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001). Os (as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 04 e 05).

Logo, a pesquisa foi uma ferramenta que requalificou o perfil profissional crítico, vindo a ser instituída a cultura da pesquisa, a qual, nos dias atuais, o serviço social incorporou como uma estratégia profissional, pilar da formação e eixo importante da instrumentalidade do trabalho do assistente social. Na formação profissional, a nível de graduação, a pesquisa acadêmico-científica junto aos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBICs, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação-PROBICs, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIBITs, etc, colocaram os discentes na dinâmica de iniciação científica, no contato direto com grupos de pesquisa, comunidades científicas. A nível de pós-graduação, considerou-se um espaço privilegiado, *latu senso* e *stricto sensu*, que tem possibilitado um arcabouço de produções de dissertações, teses, produções de capítulos de livros, artigos etc. Essa relação orgânica entre graduação e pós-graduação e a

indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão foram eixos estruturantes da graduação e pós-graduação, tornando fundamentais para consolidar a formação e a produção do conhecimento no serviço social (GUERRA, 2011). O Editorial dos Cadernos ABESS número 8, de 1998, marco da transição da entidade, que portou a nova concepção de pesquisa como transversal à formação de graduação e pós-graduação e consolidou o tripé ensino, pesquisa e extensão, como já indicado, reflete o espírito da época:

Criando um novo veículo de divulgação inscrito num projeto editorial mais moderno e ágil, que venha a favorecer maior penetração da produção de conhecimento em Serviço Social nos meios acadêmicos da nossa profissão e fora dela, inclusive em âmbito nacional e internacional. Para isso, deve redefinir seu projeto (objetivos, periodicidade, conselhos editoriais, etc) buscando estar compatível com as exigências e desafios que se colocam à nova entidade (EDITORIAL, 1998 s/p apud GUERRA, 2011).

Acerca do reconhecimento e avanços do Serviço Social como área de pesquisa, Simionatto (2014) sinalizou que a produção de conhecimentos tem alcançado saltos quanti-qualitativos e avançado em escala internacional, inclusive, em toda a América Latina. Nesse ritmo, as pesquisas produções do serviço social têm ampliado a interlocução com as ciências sociais com outras áreas e temas em geral, em que

[...] os processos de globalização e mundialização do capital, as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista objetivo, com a flexibilização e a precarização do trabalho, o crescimento do desemprego, o aumento do exército industrial de reserva, bem como do ponto de vista subjetivo, mediante a cooptação da classe trabalhadora por meio de um intenso processo de transformismo (IASI, 2012, p. 286), especialmente em seus institutos de representação coletiva. No âmbito das relações Estado e sociedade, as produções captam e debatem as ‘contrarreformas’ e sua incidência no campo dos direitos sociais e das conquistas históricas das lutas dos trabalhadores. Temas como políticas sociais e suas interfaces com os direitos, a cidadania, a democracia, a sociedade civil, os movimentos sociais, a participação popular, aparecem em produções e pesquisas mediante análises críticas, desvendam a dinâmica do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, oferecem subsídios à investigação de um vasto campo de expressões da questão social, tais como pobreza, violência, fome, desemprego, relações de gênero, carências materiais e existenciais, vinculadas às complexas determinações sociais das novas condições históricas. (SIMIONATTO, 2014, p. 17-18).

Desde os anos de 1980, sobretudo, ao longo dos anos 1990 do século XX, a pesquisa tem sido compreendida como constitutiva do trabalho profissional no serviço social, visto que assumiu papel importante para o posicionamento ético e estratégico na construção de ações profissionais críticas e qualificadas na prestação dos serviços pautados nos debates dos processos sociais fomentados na agenda das políticas sociais e do trabalho profissional. Assim, desde década de 90 do século XX e atualmente, século XXI, vem se ampliando os núcleos e grupos de estudos, pesquisas e linhas de pesquisas, o que tem possibilitado uma rica interlocução com centros de pesquisa. Nesse ínterim, o Serviço Social passou a ser reconhecido como área de conhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Ministério da Educação - MEC, instituições financiadoras que avaliavam os projetos de pesquisa, e aquelas que apreciavam e recomendavam os cursos de graduação e pós-graduação. Outrossim, nesse marco temporal contemporâneo, a pesquisa passou a ser compreendida como constitutiva do trabalho profissional do serviço social, assumindo papel importante para o posicionamento ético e estratégico na construção de ações profissionais críticas e qualificadas na prestação dos serviços à população, na retroalimentação do debate das agendas de políticas sociais.

Sabemos que é de fundamental importância tomar o processo de produção de conhecimentos como elemento de transformação da realidade social, reconhecendo este enquanto uma das expressões da práxis, como uma das objetivações possíveis do trabalho humano. Contudo, não basta a cultura da pesquisa, entendemos que foi preciso assumir o compromisso com uma abordagem teórico-metodológica, produtora de conhecimentos críticos capaz de ler, interpretar e transformar a realidade e especialmente numa conjuntura de crescimento de retóricas paradigmáticas alimentadas a partir de epistemológicas irracionais e subjetivistas. Segundo Valente (2020, p. 63),

Conjuntura em que vivemos no Brasil tem havido, por parte dos setores conservadores, uma desqualificação da produção do conhecimento que se oriente à defesa dos valores humanos e à defesa da natureza. Como parte desse mesmo movimento, tem ocorrido uma apologia à ignorância e um convite ao total irracionalismo no modo de interpretação da realidade, processos que são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica, política e sanitária.

O irracionalismo conforme Barroco (2015) penetrou nas universidades mediante dogmatismo e pensamento pós-moderno, o qual, ao lado do neopositivismo tem provocado um empobrecimento da crítica, tendenciado a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades. Ressaltou-se que a incorporação do irracionalismo não decorreu somente de opções ideológicas, mas também foram oriundas da reprodução do senso comum, da situação de precarização das condições objetivas de trabalho, do aprendizado, etc. Logo, a contramão desse horizonte ultraconservador, refirmamos a cultura da resistência ao pragmatismo, assumindo a perspectiva teórico-histórica nas pesquisas e produções do conhecimento fundamentos na complexidade da vida social e teoria da totalidade.

O Serviço Social trouxe desde os marcos de sua gênese, enquanto profissão, orientada por arranjos doutrinários cristãos e teóricos, vindo a apropriar-se de matizes das ciências positivistas, fenomenológicas, funcionalistas e estruturais, ao que formatava uma profissão de cunho conservador. Somente nos anos 1960, com o processo de reconceituação, que passou a contestar o teor do tradicionalismo enraizado em práticas empiristas, cujo contato com o marxismo ocorreu pela militância política com a tradição marxista, entre estas se destacam os pensadores: Che Guevara (líder da Revolução Cubana, 1959), Mao Tse Tung (líder da Revolução comunista na China em 1949), Lenin (revolucionário comunista da URSS de 1917), Trotsky (teórico comunista da URSS), Althusser (marxista estruturalista) e mais recentemente Antonio Gramsci (década de 1980) e György Lukács (1990).

Logo, conforme Netto (2009, p. 09), esse movimento tenso de contradições marcaram os avanços, impasses e equívocos os quais caminharam na direção da interlocução crítica com as ciências sociais, “[...] abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social crítico contemporâneo [...]”. Certamente que esse contato com a dimensão teórico-analítico da categoria profissional com a tradição marxista que passou a beber na própria fonte, o marxianismo, influenciaram a posição ideopolítico do Serviço Social no Brasil, frente ao peso da teoria revolucionária marxiana. Ressaltou-se que Movimento de Reconceituação foi um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social na América Latina, o qual possibilitou a aproximação inicial à tradição marxista, tornando-se fundamental a análise do debate na atualidade do nosso País (IAMAMOTO, 2009).

No segundo momento de aproximação ao pensamento marxista, o serviço social brasileiro foi denominado de “apropriação epistemológica” (CAVALHO e SILVA, 2018). Tal aproximação absorveu da tradição marxista o empirismo, reduzindo o marxismo “[...] ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e

“Materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica” etc.” (NETTO, 2011, p. 268 *apud* CAVALHO e SILVA, 2018, p.05). Nesse âmbito, formatou um momento histórico peculiar ao serviço social brasileiro contemporâneo,

[...] na cena social no processo de transição democrática com um novo perfil profissional e acadêmico. [Um novo] elenco de problemáticas passou a constar da pauta do debate, submetidas a tratamento teórico-metodológico e prático-político distintos.” (IAMAMOTO, 2006, p. 204, grifos originais).

Entre os anos de 1980 a 1990, uma parcela intelectual aproximou-se da teoria social de Marx, vindo na década de 1990 ser alavancada pela vanguarda que avançou na apropriação ontológica do marxismo, momento que há uma “[...] incorporação totalizante da obra marxiana, mas também marxista de autores como Gramsci e, mais recentemente, Lukács [...]” (SANTOS, 2007, p. 80). Mediante apropriação ontológica da teoria social de Marx, pôde-se discutir outras dimensões do cotidiano e dar um trato diferenciado a entraves da profissão. Essa apropriação ontológica do marxismo é perceptível em três documentos legais (Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996), as quais dão um “salto” teórico-metodológico e ético, frutos do acúmulo das décadas precedentes e amadurecimento propiciado pela conjuntura de década de 1990. A categoria profissional do Serviço Social realizou uma

[...] inversão necessária ao processo de constituição do “concreto pensado” extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão [...] vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes do momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político-profissional”. (SANTOS, 2007, p. 78- 79).

Cabe assinalar que neste momento histórico a presença de fontes marxiana (obras escritas por Marx, como O Capital: crítica à econômica política) e

marxistas “seguras” (por exemplo, obras de Gramsci e Lukács), deu início ao processo de apropriação ontológica da teoria social de Marx. Logo, iniciou-se o encontro das obras de Karl Marx com o Serviço Social brasileiro, o que possibilitou um salto crítico à luz da ontologia materialista,

mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heller, entre outros, além dos clássicos). (IAMAMOTO, 2006, p. 234-235)

Também destacamos o papel que tem sido determinante na constituição da pós-graduação no amadurecimento e difusão da tradição marxista e do pensamento marxiano no que se referiu a imprimir a preocupação com a busca dos fundamentos e do questionamento da visão tecnicista e instrumental da profissão. Conforme considera Iamamoto (1992, *apud* Netto 2009, p. 9-19):

A mais ampla e profunda renovação que o Serviço Social vinha experimentando no Brasil, do ponto de vista da sua auto representação, nos últimos vinte anos, ganhou ritmo e significado inéditos a partir de finais da década de 70 [...]. Trata-se de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista. Sem prejuízo das modificações que já estavam em andamento, apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual (IAMAMOTO, 1992, *apud* NETTO, 2009, p. 9-19).

Por outro lado, no processo transitório entre as décadas de 1980 a 1990, notou-se que uma parcela intelectual significativa começou uma aproximação mais consequente com a teoria social de Marx. Assim, mediante a apropriação ontológica da teoria social de Marx, pôde-se discutir outras dimensões do cotidiano e dar um trato diferenciado aos entraves da profissão. No Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, pudemos constatar a aproximação ontológica, a qual tornou possível o “salto” teórico-metodológico e ético, certamente deve-se ao acúmulo das décadas precedentes e amadurecimento no quadro conjuntural dos anos de 1990. Do exposto, pode-se afirmar que

A categoria profissional realizou uma “[...] inversão necessária ao processo de constituição do concreto pensado “extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão [...] vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes do momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político-profissional”. (SANTOS, 2007, p. 78- 79).

A partir desse quadro de tensões, rupturas e avanços que emergiu o projeto profissional do serviço social, assumiu-se a direção marxiana, então considerada hegemônica, primando pelo respeito ao exercício democrático do pluralismo teórico-metodológico, e repulsa ao ecletismo. De fato, a adoção da teoria social de Marx no serviço social tem nos possibilitado análises metodológicas complexas mediante aprofundamento da realidade e redirecionamento político, cujo compromisso profissional articula-se aos interesses da classe trabalhadora e suas lutas sociais emancipatórias, ao que vislumbrou no campo da pesquisa e produção do conhecimento uma clara direção teórico-metodológica e ético-política.

Assim, a direção hegemônica das pesquisas e produção do conhecimento encontraram no materialismo histórico-dialético a teoria, o método de análise e interpretação, os quais são capazes de estabelecer mediações da realidade em sua totalidade, cuja positividade do real perpassou da aparência à essência. A partir dessa perspectiva histórica, o ser humano passou a ser visto na produção, nas relações sociais e no desenvolvimento da produção a qual a dialética buscou apreender o movimento da realidade concreta em seus aspectos complexos. Logo,

A teoria da mais-valia de Marx resolve o mistério de como o trabalho é explorado na sociedade capitalista. Vamos resumir todo o processo em frases curtas: O sistema capitalista se ocupa da produção de artigos para a venda, ou de mercadorias. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário encerrado na sua produção. O trabalhador não possui os meios de produção (terra, ferramentas, fábricas etc.). Para viver, ele tem de vender a única mercadoria de que é dono, sua força de trabalho. O valor de sua força de trabalho, como o de qualquer mercadoria, é o total necessário à sua reprodução – no caso, a soma necessária para mantê-lo vivo. Os salários que lhe são pagos, portanto, serão iguais apenas ao que é necessário à sua manutenção. Mas esse total que recebe, o trabalhador pode produzir em parte de um dia de trabalho. Isso significa que apenas parte do tempo estará trabalhando para si. O resto do tempo estará trabalhando para o patrão. A diferença entre o que o trabalhador recebe de salário e o valor da mercadoria que produz, é a mais-valia. (HUBERMAN, 2011, p.177).

Neste sentido, fez uma relação geral e particular do objeto, de maneira que o método articulou a relação singular, particular e universal na dimensão de totalidade da vida social. Um movimento que se permitiu afirmar a tese, suprimir, negar culminar uma

antítese, elevou-se e superou de modo a gerar uma síntese. Assim, a práxis se deu não pelo movimento circular ou linear. Mas na relação teoria e prática que originou uma nova teoria e nova prática.

A partir daí, passamos a apreender que há elementos peculiares em relação à abordagem marxista/marxiana cujas mediações teóricas e sócio-históricas trouxeram características que singularizam e particularizam o objeto de estudo. A partir dessa compreensão, entendemos que a relação entre serviço social, abordagem marxista/marxiana e reforma agrária imbricadas na análise da teoria crítica social possibilitou situar a dimensão política que o objeto revelou, conforme trataremos a seguir.

2.2- As Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social – A reforma agrária em foco

A evidência de que existe uma lacuna na produção de conhecimento, ou mesmo da inserção dos profissionais de serviço social nos problemas relacionados ao meio rural, não são novos. O texto de Garcia (1999) publicado no Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais denunciou com veemência esse vazio, apontando a ausência do debate sobre uma das expressões da questão rural de nosso tempo, os assentamentos rurais: A ausência do tema questão agrária no âmbito profissional do Serviço Social é flagrante. Um giro na produção acadêmica, incluindo os Anais dos Congressos e a Revista Serviço Social e Sociedade relativa ao período compreendido entre finais da década de 1970 até meados dos anos 90 do século XX, pode ser ilustrativo.

No pequeno espaço no debate do Serviço Social contrastou com a centralidade sócio-histórica que assumiu a luta pela terra no País entre a situação encontrada e a assinalada pela pesquisadora, em comparação com os dias atuais, percebeu-se que a atenção dada ao tema continua lacunar, carente de trabalhos investigativos que possibilitem compreender a dinâmica dos elementos que lhes são constitutivos, como é o caso da ação dos movimentos sociais no campo. Não ficou, por sua vez, a compreensão das possibilidades de inserção e atuação do Serviço Social nesta área⁶. Esta observação nos possibilitou afirmar que a defesa da reforma agrária no âmbito da profissão se

⁶ O levantamento das produções científicas do Repositório Institucional (RI) e do acervo da Biblioteca Central (Bicen) da UFS de 2010 a 2020 quantificou 01 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 01 livro publicado pela editora UFS, 04 dissertações que abordam o Serviço Social e reforma agrária.

expressou de forma latente quando são discutidas as especificidades da questão social no Brasil. Apesar, da defesa de uma equitativa e verdadeira distribuição de terras tem sua opção ratificada no Código de Ética dos Assistentes Sociais por compreender uma associação entre os princípios de justiça, norteadores do Código, e os caminhos emancipatórios que conduzirão a classe trabalhadora a uma sociedade igualitária.

A questão agrária é central para a acumulação de capital e no debate do Serviço Social ela está na gênese (NASCIMENTO, 2015) e particularidade da questão social⁷ no Brasil. A questão agrária é refletida por Mendonça e Stédile (2006, p.78) como:

Conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como “mais adequada” para o desenvolvimento nacional.

Este conceito foi polêmico e passível de crítica da economia política, tendo em vista que a propriedade privada da terra impulsiona novas transformações societárias. Todavia, o termo foi reduzido durante um bom tempo a “problema agrário” ou havia confusão da questão agrária com a reforma agrária, mesmo com antes da Revolução Industrial de 1848.

É importante destacar o papel da universidade brasileira, que deveria se preocupar mais com o conhecimento da questão agrária. A primeira universidade a falar sobre a questão agrária tivera fundação por um latifundiário, a Universidade Cândido Mendes, em 1903, sendo da rede privada, numa tentativa que a elite brasileira estudasse na localidade ao invés de se direcionar a Europa, vindo à rede pública se instaurar em 1930 no processo de industrialização.

A primeira publicação no Brasil sobre a questão agrária foi a tese de Rio Bonito (1940-1950), elaborada por Cândido Mendes, enquanto no mundo Kautsky havia publicado A questão Agrária (1899), vindo a influenciar autores como Jacob Gorender (1978) que em 1926 buscou explicar a questão agrária no capitalismo mercantil. Logo, a

⁷ Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982:21 apud NETTO, 2007).

origem do termo vem dos pensadores clássicos do século XVIII e XX com o advento do modo de produção capitalista. Observa-se que à medida que o modo de produção capitalista cresce, a concentração de terra aumenta e reduz ao menor número de pessoas,

Embora sempre haja interpretações específicas ou divergentes, a maioria dos pesquisadores considera ter predominado, no período colonial, a *plantation* como forma de organização capitalista na agricultura brasileira do período. Com a entrada da economia na etapa do capitalismo industrial, a partir da década de 1930 e durante todo século XX, a agricultura brasileira se modernizou, intensificando-se os investimentos capitalistas. Esse período foi resumido na tese de José Graziano da Silva (1982) como de “modernização dolorosa”, porque desenvolveu as forças produtivas do capital na produção agrícola, porém, excluiu milhões de trabalhadores rurais, que foram expulsos para a cidade ou tiveram de migrar para fronteiras agrícolas em busca de novas terras (STÈDILLE, 2012, p.644).

Na formação social, a humanidade passou pelo comunismo primitivo, o escravismo por disputa de territórios, o modo de produção asiático e o capitalismo, o latifúndio, a globalização, a padronização de mercadorias no mundo inteiro pelas commodities sob regime de exportação, a exemplo da agroindústria do leite em pó e encurralou a agricultura familiar para a base de alimentos na localidade. No movimento sócio-histórico, podemos localizar a questão agrária advinda do processo de acumulação primitiva de capital por meio da expansão ultramarina e das contradições da mercantilização da terra com a detenção dos meios de produção e propriedade privada voltada para exportação. Também da concentração fundiária nas plantations ou *haciendas*, do rendismo e acumulação de riqueza que está intrinsecamente vinculada, à miséria, o pauperismo das massas dos (as) trabalhadores/as do campo. Neste sentido, a questão agrária é uma particularidade da questão social do capitalismo⁸. Sendo assim,

Uma primeira premissa a ser apontada é que a apropriação do debate da questão agrária como resultado das relações entre capital e trabalho, que está na raiz da questão social, é uma necessidade colocada na ordem do dia para os assistentes sociais que têm, nas suas diversas expressões, a matéria para a execução do seu trabalho cotidiano esteja situada no campo ou na cidade. (ALVES, 2015, p.330).

⁸ A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992). Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.17).

O surgimento do Serviço Social está imbricado ao desenvolvimento capitalista sendo área inserida dentro da divisão sociotécnica do trabalho, que tem como objetivo atender as particularidades da questão social, entre elas a questão agrária. Dentre as características da questão agrária está a renda terra, que a exemplo do Brasil foi um bem público que se tornou mercadoria por meio do título e do trabalho que gera mais-valia e está em renda da terra, cujo preço da terra foi determinado pela taxa média de lucro. A gênese histórica capitalista, de acordo com Marx,

no que concerne à renda em trabalho, é evidente que sendo todas as outras circunstâncias iguais, a extensão do sobretrabalho, da corveia que decide até onde o produtor imediato será capaz de melhorar a sua própria situação, enrique se produzir um excedente sobre seus meios de subsistência indispensáveis, ou se queremos empregar a linguagem capitalista, produzir lucro para si mesmo. (MARX, 2017, p.06).

Na agricultura, o desenvolvimento capitalista tem formas diversificadas de acordo com a formação sócio-histórica de cada país, a relação entre o capital e o Estado, que se inclinou para as demandas do capital. Dentre as principais formas de desenvolvimento capitalista estão a Via Inglesa, Via Prussiana, Via Farmer e Via Suíça ou “Migrante-Camponês”.

No desenvolvimento do capitalismo na agricultura pela Via Inglesa, o valor expressou-se na relação entre o tempo de trabalho individualmente despendido e o trabalho total. Mas também, na naturalização das relações econômicas que têm como característica o capital estrangeiro e formação de propriedades, expulsando os (as) camponeses (as) para implementação da agricultura em larga escala, concentração de terra e dos meios de produção com ênfase na mecanização da agricultura, monocultura, estimulou o proletariado rural para a produção industrial com o apoio do Estado através das legislações de expropriação baseadas em critérios morais dos camponeses (as) que poderiam ser presos por vadiagem etc. Essa forma violenta de expropriação do capital na Inglaterra com auxílio da lei foram estudos desenvolvidos por Karl Marx (2017), que o denominou de Via Inglesa.

Enquanto o desenvolvimento do capitalismo na agricultura pela Via Prussiana é marcado pela burguesia industrial, com títulos para os (as) camponeses (as) e a

propriedade privada, que transformara a terra em mercadoria, um comércio de terras explorado por bancos ligados ao capital industrial com estímulo aos créditos, os insumos e as produções de bens de consumo para o campesinato, que vendia matéria-prima e era explorado pelo contrato de trabalho através do assalariamento. Outro ponto relevante se deu pelo conhecimento científico voltado para a agronomia “moderna.” Essa denominação de Via prussiana com referência ao antigo império prussiano foi estudada por Karl Kautsky (2017) em relação à Alemanha do século XIX ao XX.

Com relação ao desenvolvimento do capitalismo da Agricultura pela Via Farmer ou Via Americana se deu pela produção dos colonos somente para o mercado, diferentemente do (a) camponês (a). Tendia a eliminar o escravismo para proletarizar a mão de obra, na produção das plantations, monocultura e concentração da propriedade. O estudo de Vladimir Ilitch Lênin (2017, p.09) “faz referência ao predomínio da agricultura familiar-capitalista decorrente da colonização democrática, pela qual todas as famílias de agricultores tiveram o direito de acesso à mesma quantidade” nos Estados Unidos do século XIX-XX. Outro estudo realizado na Rússia foi denominado por Via Junker (fazendeiro rico) “numa referência à forma como o latifundiário local havia se transformado em fazendeiro capitalista” (LÊNIN, 2017, p.09).

A Via Suíça ou “Migrante-Camponês” marcou o desenvolvimento do capitalismo na Suíça, as terras eram divididas em lotes e alugadas pelos (as) camponeses (as) para cultivá-las, formando uma mão de obra assalariada em pequenos espaços, de maneira que, a mão de obra (familiar) era vendida para mercados distantes, sendo a renda voltada para subsistência, uma vez que tinham que adquirir terras e meios de produção, conforme as pesquisas desenvolvidas por Giovanni Arrighi e Fortunata Piselli (1975 e 1984) em três povoados da Calábria, região sul da Itália (STÉDILE, 2020).

Para atenuar os impactos da questão agrária, a reforma agrária no capitalismo obteve várias tipologias elencadas, as quais foram organizadas por Stédile (2020), e se desenvolveram tendo em vista o contexto da Revolução Cubana e receio dessa propagação versus a expansão capitalista norte-americana sobre os países latino-americanos. Assim, dividiram-se em Reformas Agrárias Clássicas as experiências históricas ocorridas a exemplo na França, EUA, que se basearam na estrutura, no território e nos princípios da Revolução Francesa de 1789 de democratizar a terra; As Reformas Agrárias Reformistas, as experiências, a exemplo no Chile, na Coreia e na Itália, que a

burguesia e o Estado distribuíram terras de maneira limitada; As Reformas Agrárias Radicais, a exemplo no México e de liberação nacional: Etiópia, Moçambique, cujas leis adviriam da ação incisiva dos movimentos sociais organizados; Reformas Agrárias Populares, os processos históricos, a exemplo na China, Cuba, Nicarágua, Portugal/Região do Alentejo, que o governo popular com movimento camponês ultrapassou a burguesia industrial e por último as Reformas Agrárias Socialistas, a exemplo na Rússia e Alemanha Oriental, consistindo numa revolução social e posteriormente a abolição da propriedade privada.

Alguns estudos declarados por Marx, O Capital e Manuscrito Econômico-Filosóficos, abordaram sobre a relação capital x trabalho e suas implicações no meio industrial e rural, de modo que faz uma crítica à neutralidade de classe social que trata o direito de propriedade da minoria da população como direito natural, este que mantém a exploração do trabalho sobre outrem. “Se a conquista constituiu um direito natural por parte da minoria, a maioria tem apenas de reunir a força suficiente para adquirir o direito natural de reconquistar aquilo que lhe foi tirado.” (MARX, 2018, p.190). Esse pensamento fez uma relação sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura nos países como França e Inglaterra, com formações sociais diferentes. A primeira tendência, o camponês na França há de se conciliar com interesses da burguesia industrial, seja na produção ou no consumo.

A segunda forma evidenciou a força da expulsão do camponês do campo sob alegação do direito natural de propriedade pela burguesia, forçando o (a) trabalhador (a) a deixar o campo e a trabalhar na indústria. Para Marx, a nacionalização da terra tornou-se um elemento essencial para o seu tempo, a fim de ampliar o direito à terra e aos meios de produção pela maioria, sendo que acabar com o direito de propriedade requereu extinguir o Estado e formar ramos de produção mais adequados.

Hoje, pode-se ver a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos e a luta dos movimentos sociais pela nacionalização da terra, a soberania nacional, tão bem elencado por Marx o pensamento de buscar a própria nacionalização da terra e dos ramos de produção na mineração, manufatura, agricultura, dentre outros, ao invés de se reduzir a “associados (as)” que atendem ao capital. Tão visível essa tendência na cidade é funcionário assalariado com a foto na entrada dos estabelecimentos como “associados” do mês e/ou “colaborador” do mês, muitos vindos do campo e originados de camponeses e camponesas que se instalaram nas áreas periféricas da cidade segregadas de condições

dignas de vida, tais como saneamento básico, acesso à água, transporte e poder de consumo ou subconsumo das condições materiais de vida e trabalho.

Tão vívida é exploração do trabalho pelo capital, como a relação campo e cidade e afirmação de uma teoria social de Marx que não se mostra superada, o que eleva a reflexão sobre a reforma agrária no Serviço Social como forma de enfrentamento das expressões da questão social e da questão agrária como particularidade da mesma e o horizonte societário sem exploração de classes. Para focalizar e aprofundar este debate, trataremos no item a seguir a pesquisa no Serviço Social e a reforma agrária no interior dos fundamentos da sociedade capitalista.

2.2.1 – Serviço Social e Reforma Agrária Popular

No que concerne à reforma agrária popular no Serviço Social podemos ver as discussões no Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de ; Lima (2002) ao discutir o Pronera e seu impacto no assentamento Jacaré – Curitiba; Passos e Freire Martins (2002) sobre atuação profissional no Pronera; Ribeiro e Oliveira (2002) questionaram a participação social nos Conselhos Municipais ; Santos; Araújo e Jesus (2000) realizaram a crítica da conjuntura neoliberal dos anos 90 no campo brasileiro e Souza (2001) explanou acerca do projeto de assentamento modelo e Sá (2020) debateu sobre a questão agrária na produção científica da categoria. Coube salientar a contribuição da extensão universitária com o Projeto de Formação do Educador Popular, no Ensino Normal em Nível Médio, em Áreas de Reforma Agrária – Sergipe que incentivou a abordagem da educação no campo com o Pronera, a UFS e formação de cadernos de aprendizagem por Santos Alves e Tanezini (2001).

Percebemos que no período de (2011 a 2021) obtivemos apenas 01 TCC na temática da área agrária e do Serviço Social se apresentou um desinteresse, enquanto, questões latentes da questão agrária como particularidade da questão social se expressou nas questões urbanas, meio ambiente, indigenista, étnico-racial, gênero e a violência no campo caminhou para um verdadeiro “faroeste” com morte de servidores públicos e ambientalistas, a exemplo de Chico Mendes (1988), Bruno Pereira, Dom Philips (2022) dentre outros

As vidas dos (as) trabalhadores (as) que são silenciadas todos os dias no meio rural, seja, nos conflitos de terras, seja nos abortos provocados pela contaminação de

mercúrio com a mineração clandestina, das nascentes e dos rios do nordeste pela pulverização aérea de agrotóxicos. Á medida que, o Estado sempre criminalizou os/as sujeitos/as políticos que lutaram pela Reforma Agrária Popular ao longo dos tempos, forçando os povos do campo a cederem suas moradias, as terras como meio de trabalho e sofrerem violências como o Massacre de Eldorados do Carajás.

E mesmos diante dos cenários de obstaculização dos direitos sociais, os/as camponeses/as, indígenas e outros resistem na luta pela dignidade no campo brasileiro e inspiram as resistências nas universidades, extensões, no trabalho do/a assistente social, na militância e ocupações de terras pelo Brasil. O Estado que deliberou pela legislação a conformatação da política de reforma agrária para um esvaziamento e sujeição do/a camponês a proletarização do trabalho. Mas que, criminalizou a denúncia e contestação dos/as trabalhadores sem-terra sobre a concentração de terras e a negativa de acesso aos direitos sociais na Carta Magna de 1988.

Nos livros de Duarte; Silva; Santos; Vasconcelos, Martins Santos (2017) que refletiu sobre a pobreza na raiz da financeirização, Santos; Vasconcelos, Martins Santos (2017) que fizeram a análise da questão social e do discurso de desenvolvimento rural, elencadas sobre o campo brasileiro e as repostas as expressões da questão social como particularidade da questão agrária, cada vez mais latente no contexto político, econômico, social e cultural.

Na conjuntura em que se avançou a articulação das transnacionais, das grandes corporações europeias e norte- americanas que através de organismos internacionais direcionaram a políticas sociais de modo contrário à redistribuição, sendo reguladas pelo Estado Funcional ao capital, forças políticas buscaram barganhas e manutenção de privilégios nas questões ambientais, agrárias e acirraram a separação campo-cidade. Essa inserção das transnacionais também redimensionou as pesquisas nas ciências agrárias, sendo os estudos citados acima contrários a essas inserções que manipulam os resultados nas pesquisas que propagandeiam os alimentos transgênicos e a defesa da política públicas como “salvação” da questão social e econômica.

No horizonte de democratização da terra e desenvolvimento econômico do país, a proposta de Reforma Agrária Popular do MST parte dos anseios da classe trabalhadora que visou a construção de uma nova sociedade igualitária e ecologicamente sustentável dentre outros valores em por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no campo;
- b) Combater a desigualdade social, todas as formas exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que tem suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo;
- c) Garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e) Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas;
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude. (STÉDILE, 2013, p.150).

As propostas de Reforma Agrária Popular almejam a alteração da “estrutura de organização da produção e da relação ser humano com a natureza” (STÉDILE, 2013, p.149) a partir das mudanças necessárias nos seguintes eixos: 1.A Terra; 2.Água como um bem para todos;3. A organização da produção no campo brasileiro; 4. Um novo modelo tecnológico; 5. Um novo modelo tecnológico; 6. Um novo modelo tecnológico; 7. A educação no campo;8. A Industrialização; 9. O desenvolvimento da infraestrutura social e 10. A estrutura administrativa do Estado.

No primeiro eixo: “a terra e os bens da natureza são, acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território, e que deve estar a serviço do desenvolvimento da humanidade.” (STÉDILE, 2013, p.150). Neste sentido democratizar o acesso à terra e os meios de produção na agricultura para os que dela vivem e trabalham, de maneira a adotar medidas fundamentais, a exemplo do estabelecimento de um tamanho máximo de propriedade para a família de agricultor/a e desapropriar fazendas acima desse módulo, garantindo o acesso à terra a todos que quiserem morar e trabalhar na terra.

De modo a desapropriar as grandes propriedades rurais estrangeiras, de bancos e outras que não tiverem a agricultura como atividade principal e que não cumprirem a função social da terra em respeito ao meio ambiente e as leis trabalhistas. Por último, e

não menor ou superior às outras, a expropriação sem nenhum pagamento as fazendas onde existe trabalho escravo e/ou não pago, cultivo de psicotrópicos e contrabando.

As medidas complementares e também não menos relevantes, se relacionam a demarcação das terras indígenas, quilombolas e outras como propriedade coletiva, de acordo com as características regionais. Em relação as terras para a reformas agrária deverão ser terras agricultáveis, férteis e viabilizar a maneira mais fácil de abastecimento, infraestrutura social e econômica e social, por isso a cidade colhe os bons frutos da reforma agrária popular.

Aos camponeses e camponesas que vivem como posseiros a proposta de reforma agrária popular prevê a concessão de uso com direito à herança. Ao Estado cabe garantir a administração das riquezas naturais como patrimônio da sociedade e que beneficiem o povo brasileiro. O arrendamento da terra e cobrança da renda da terra será proibida a qualquer proprietário. Dentre as medidas dessa proposta no eixo a terra está em assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária possa vender a terra, essa infração acarretará na exclusão do comprador e do vendedor do lote.

Para alcançar os fins da reforma agrária popular, a proposta sinaliza para o cadastramento das terras públicas estaduais, federais e recuperação das terras griladas, sem indenização para os grileiros. Mas também, aplicar um imposto rural progressivo de acordo com o tamanho da propriedade para inibir a concentração de terras e obter recursos para a reforma agrária.

No segundo eixo, “a posse e o uso da água deverão estar subordinados aos interesses de todo o povo. Será proibida a propriedade privada da água, seja para consumo humano, agricultura, comércio ou indústria.” (STÉDILE, 2013, p.152), de modo que reservatórios de água e barragens serão de domínio público, com proteção ao aquífero Guarani, as nascentes do cerrado, as bacias hidrográficas, e ao bioma do pantanal.

Assim, água potável para as comunidades rurais e nas cidades é dever do Estado, que pode organizar por meio de empresas públicas, garantir para o/a camponês/a recursos subsidiados para o acesso, manejo das fontes e mananciais, bem como o reflorestamento com árvores nativas. É dever também do Estado um plano de educação ambiental abrangente para a sociedade brasileira, fiscalizar e punir rigorosamente as empresas que poluem o lençol freático.

O terceiro eixo, a organização da produção no campo tem como medidas fundamentais orientar a produção agrícola tendo como prioridade absoluta a produção de

alimentos saudáveis, a partir do princípio da soberania alimentar. De modo a organizar a produção e agroindústrias locais com cooperação agrícola, associações, cooperativas sob controle dos camponeses e camponesas. Vindo a

Romper com a monocultura e promover uma agricultura diversificada, sustentada em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis. O novo modelo produtivo deve gerar uma nova base alimentar com novas formas de consumo, equilibrada, de acordo com o ecossistema local e culturalmente adequada. (STÉDILE, 2013, p.153)

As medidas complementares ao terceiro eixo incluem a organização de trabalhadores e trabalhadoras assalariados em associações, conselhos, movimentos, comitês, de acordo com a cultura, experiência e realidade local. Também, está inserida a proibição de empresas estrangeiras no controle da produção e comércio de sementes. Tendo no País o desenvolvimento da biotecnologia para o aumento da produtividade do trabalho, plantas e animais, de forma que, preserve o meio ambiente, a saúde dos produtores/as e consumidores/as de alimentos. Para fluir a produção serão estimuladas a realização de feiras livres permanentes de agroecológicos nos municípios brasileiros.

Em relação ao novo modelo tecnológico consiste na reorganização da produção agrícola deve ser acompanhada de um novo sistema de planejamento e tecnologias com o foco ecológico e participativo, vinda a buscar o aumento da produtividade equilibrado ao meio ambiente. Para isso, é preciso programas abrangentes para a juventude e camponeses/as da formação da educação básica às universidades em todas as regiões do país. Assim, fomentar a diversificação e massificação da agroecologia implementada por meio da pesquisa participativa, o intercâmbio entre agricultores e agricultoras, a inserção de um programa popular de agrobiodiversidade, florestal e criar um organismo público de controle, certificação, e fiscalização dos alimentos agroecológicos, sem propriedade intelectual ou patentes de sementes e outros bens da natureza.

Nesse sentido, a proposta explana sobre o desenvolvimento das pesquisas e as tecnologias agroecológicas que promovam a sustentabilidade nos diversos aspectos, cultural, social, econômico e ambiental. Mas também, a pesquisa agrícola, assessoria, educação no campo gratuita e de boa qualidade sendo um dever do Estado. Na produção de um novo modelo tecnológico, de máquinas e equipamentos agrícolas adequadas à realidade regional. Outro elemento relevante, consiste em desenvolver um programa

nacional de reflorestamento de árvores nativas, frutíferas em assentamentos e áreas degradadas pelo agronegócio.

No quinto eixo da Proposta de Reforma Agrária Popular consiste no manejo sustentável da água e irrigação levando em conta que a agricultura brasileira enfrenta dificuldades e instabilidade climática em todas as regiões que inviabiliza a produção e a renda dos pequenos agricultores.

A proposta se baseia implementar um amplo programa de manejo sustentável da água, a conservação natural e infraestrutura, e por conseguinte, garantir recursos de investimentos recursos para todas as famílias assentadas e pequenos/as agricultores/as e implementar um programa de irrigação acessível e com uso de energias alternativas.

No sexto eixo, ratifica o dever do Estado em usar os instrumentos política agrícola pública, na garantia preços rentáveis, crédito e seguro rural, assistência técnica dentre outros o fomento a transição agroecológica, de modo a desenvolver condições de autonomia energética, a exemplo do biodiesel, de óleo vegetal e outras fontes agroindústrias com vistas a transição agroecológica, a reestruturar da produção, agroindústrias, sistemas de irrigação que chegue aos agricultores e agricultoras de maneira desburocratizada e combatendo desvios.

O sétimo eixo, discute “o acesso à educação, tanto no sentido da escolarização ampla quanto no de bens e valores culturais, é condição necessária para a reforma agrária e para a democratização de nossa sociedade.” (STÉDILE, 2013, p.160). No horizonte de educação associada ao novo projeto de desenvolvimento para o campo, que abrange o contexto econômico, social e ecológico. O direito fundamental que o Estado deve garantir com boa qualidade e de maneira pública e gratuita no campo, sem que as famílias camponesas tenham que sair de onde vivem e trabalham.

Assim, requer a construção de escolas em assentamentos, comunidades rurais, agrovilas dentre outras de áreas de reforma agrária, realizar uma campanha nacional para alfabetizar todos os jovens e adultos, educação profissional, formação licenciatura para atuar nas áreas de reforma agrária, infraestrutura básica de boa qualidade com biblioteca, videoteca, laboratórios e outros, projetos culturais e artísticos com atividades comunitárias, além do cultivo em hortas e pomares coletivos com base na produção agroecológica.

Na educação do campo, os materiais didáticos e pedagógicos “devem contemplar a realidade no campo” em relação aos princípios agroecológicos, a cultura

diferenças regionais, de gênero, etnia, crença e a gestão nas escolas devem ser democráticas e participação comunitária, os/as professores/as serão indicados pelos assentamentos com critérios de boa qualificação e residência local. A organização dos sistemas de residência agrária e estágios com remuneração, formandos/as das universidades públicas de várias áreas do conhecimento como uma condição para obtenção de diploma.

O oitavo eixo traz debate sobre a industrialização do Cadernos de Preparação para o VI Congresso Nacional do MST (2013) tendo em vista um processo de desenvolvimento com vistas eliminação das desigualdades socioeconômicas, por meio de instalação agroindústrias nos municípios do interior, comercialização prioritária nas respectivas regiões através de compras governamentais que atendam às necessidades públicas. A elaboração de plantas industriais e processos tecnológicos de produção ecologicamente sustentável, vindo adequar a legislação e as normas para o funcionamento das agroindústrias a realidade e condições do campo.

O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres. (STÉDILE, 2013, p.160).

No que se refere ao desenvolvimento da infraestrutura social, o nono eixo explana um programa de reforma agrária por parte do Estado advindo do novo projeto de agricultura popular amplo para jovens e mulheres, de melhorias no meio rural acerca da moradia, da energia elétrica de fontes sustentáveis, água potável, informática, transporte público e orientação para as moradias em povoados, agrovilas para o acesso aos serviços citados, dando ao campo o direito à cidade ao invés de transferir o campo para a cidade.

Outro ponto relevante da infraestrutura social situa-se na democratização da comunicação através de TV's comunitárias e o acesso às 162 rádios comunitárias, observando a cultura do campo, sem preconceito ou destima. Além do desenvolvimento da cultura popular e, da educação popular no incentivo da prática de esportes em todas as modalidades e expressão corporal em todas as fases da vida.

A geração de renda para mulheres do campo, é um elemento central na construção social coletiva na igualdade de participação social em todas as atividades,

sendo a construídas estruturas sociais coletivas, a exemplo das cirandas infantis, refeitórios e lavanderias.

Para o atendimento da saúde coletiva no campo, se torna essencial a implementação do SUS e do Programa Saúde da Família (PSF) com agentes comunitários de saúde e multiprofissionais qualificados para a prática da política de saúde integral e preventiva, com agentes populares de saúde na política permanente de educação sanitária, ambiental e outras, a implementação da política de fitoterápicos e de terapias tradicionais nos serviço dos SUS, o que se agrega na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) **no Sistema Único de Saúde (SUS)**, Portaria GM/MS nº 971, 2006. Para isso, o Estado deve proibir o patenteamento de plantas medicinais e estimular o cultivo dos saberes populares e científicos.

Por conseguinte, a estrutura administrativa do Estado no décimo eixo da Proposta de Reforma Agrária Popular dilucida o entendimento de que o programa de reforma agrária deve passar por mudanças no funcionamento das instituições públicas em todas as pastas ministeriais que se transversalizem com o campo brasileiro, sendo relevante o fortalecimento do INCRA, as portarias, a contratação de funcionários/as e diligência nos no procedimentos administrativos tendo como comando central a União.

A reestruturação da Conab também se apresenta como primordial para a mudança como empresa pública da agricultura popular, no abastecimento, na compra de produtos da agricultura camponesa, no fornecimento de insumos para a reforma agrária, além da criação de uma instituição pública e gratuita de assessoria tecnológica com metodologia, capacitação, fomento de programas do novo modelo de agricultura camponesa sob a coordenação da Embrapa estabelecerá linhas de pesquisas em conexão com o programa de reforma agrária popular,

Além disso, a legislação, a tributação, o ordenamento fundiário, as agroindústrias e meio ambiente devem ser adequados à nova proposta do programa de reforma agrária e realizando a capacitação de servidores públicos que atuam na reforma agrária, de forma que entendam a sua natureza e entrem em parceria com os/as camponeses/as.

Cabe destacar que, a proposta reforma agrária popular ainda está em curso e deve ser objeto de discussão no Congresso do MST em 2023 e obteve um esforço dos estudos e pesquisas sobre o processo de trabalho do assistente social no meio agrário, de maneira embrionária. Na graduação o tripé ensino, pesquisa e extensão contribuíram para a

disseminação da proposta de reforma agrária no Serviço Social, a exemplo da experiência da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas- EFAL na educação no campo são agregadoras da proposta popular do campo brasileiro.

A Escola Família Agrícola de Ladeirinhas- EFAL está localizada no município de Japoatã, Sergipe, se dedicou ao ensino integral e adotou a Pedagogia da Alternância, que “baseia-se na dinâmica de formação sócio-político-educacional e ecológica de jovens filhos/as de agricultores” (BORGES, ROCHA, ROCHA ,2020, p. 102333) propiciando aos discentes o tempo escola e o tempo comunidade atrelado a agropecuária na primeira e segunda série (SEED, 2022).

A organização se deu pela Rede das escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido – REFAISA, que realizou a promoção da assessoria, a formação continuada, os materiais didáticos e intercâmbio da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola da Ladeirinhas – EMEFAL e abrangeu a Microrregião de Baixo São Francisco que compõe os municípios de Japoatã, Pacatuba, Brejo Grande, Ilha das Flores, Própria, Santana do São Francisco, Japaratuba, Pirambu, Capela, Carmópolis, N. Sr.^a das Dores no Estado de Sergipe.

O surgimento da **EFAL é pioneiro em Sergipe** e se deu pelo esforço de agricultores/as, sindicatos, missionários, a Diocese de Propriá, Visão Mundial dentre outros para atender as necessidades e condições regionais através da escuta e da metodologia da Pedagogia da Alternância de aulas de teóricas e práticas das culturas tradicionais, a exemplo da plantação de hortaliças, da fruticulturas, da criações de aves, de porcos, de gado, de abelhas, da irrigação e outras.

Para isso, a Pedagogia da Alternância com a Educação do Campo contribuiu para fortalecer a identidade camponesa e sua relação com natureza foi materializada na EFA, mesmo com percalços da educação brasileira tem para a formação humana e integral para sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental (SOUZA, 2018). Dessa forma, agregar os saber popular e científico, uniu a educação a escola, a cultura da vida cotidiana e apreendida com o reconhecimento e estima do trabalho no campo.

Assim, a Pedagogia da Alternância, articulada à Educação do Campo, cuidam, em especial, do resgate do conceito de camponês, considerando-o histórica e politicamente, por conceberem o trabalho como princípio educativo, propondo-se uma educação de formação integral (SOUZA, 2018, p.35).

Essa unidade de ensino está vinculada as Diretoria Regionais de Educação- DRE 06 da Secretaria de Estado da Educação, ofertou a modalidade de educação profissional alcançou o quantitativo maior de 68 em 2017 e menor quantitativo em 2022 com 38 matrículas. A redução pode ser expressa em número pelo Índice de Desenvolvimento da **Educação** Básica (IDEB) por 4,2 de registros na Ouvidoria da educação, único registro entre (2015-2019), o que demonstra o reconhecimento desse canal de controle social.

A proposta de educação que possa abranger os temas do campo brasileiro, poder vista na educação básica, no ensino profissionalizante, nas universidades, instituto federais. “Este modo de ensino-aprendizagem se apresenta como um “forte”, resistindo aos ataques do modo de reprodução social da educação à serviço do capitalismo” (BORGES, ROCHA, ROCHA, 2020, p. 102337). Os estudos, produções de conhecimento e nas pesquisas acadêmicas discutiram a questão agrária, questão social e proposta de reforma agrária popular no Serviço Social como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3 - A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFS - PESQUISA E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE REFORMA AGRÁRIA POPULAR (2011-2021)

O Cordel da Reforma Agrária

Como disse Bertold Brecht
Em lições claras, atentas:
As águas que fazem o rio
Não são em si turbulentas,
Mas, as margens que comprimem
É que tornam violentas.

Se feita a reforma agrária
Se sela um acordo de paz,
Se acaba a briga no campo
Contra multinacionais, Latifúndios ociosos
Com seus crimes sociais.

Medeiros Braga

Neste capítulo apresentamos elementos investigados a partir das pesquisas e produções científicas desenvolvidas na graduação e pós-graduação do serviço social da UFS entre (2011-2021), cuja centralidade do estudo foi a reforma agrária popular no Brasil. Para tanto, o mapeamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações de mestrado em serviço social na UFS e analisamos aspectos teóricos e políticos com base na estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em do Serviço Social da UFS, as alterações⁹ da Resolução Nº 22/2010/CONEPE, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, do Código de Ética de 1993 e da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão de Serviço Social nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica- operativa apreendidas quanti-qualitativamente.

⁹ Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, noturno, adaptação do curso 351 cujo objetivo geral de “formar profissionais com sólido embasamento teórico-metodológico e ético-político, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas.” (p.01).

3.1 – Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social na UFS e a Relação com o Tema Questão Agrária e Reforma Agrária

O surgimento do Serviço Social está vinculado à questão social como manifestações contraditórias do capitalismo monopolista. A sua prática está socialmente legitimada e institucionalizada pelas expressões do conflito capital x trabalho. Tendo em vista, as particularidades que revestem a profissão estão entrelaçadas com a questão agrária e suas expressões, uma vez que, atravessa o uso, a posse, a propriedade, a distribuição e organização da sociedade, área de estudo e produção de conhecimento científico.

A relação do Serviço Social com a pesquisa emerge a partir de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de ampliação das demandas sociais, o qual [...] “vai revelando uma profissão capaz de gestar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico-metodológicos, coerentes com sua natureza e com as exigências societárias” (BOURGUIGNON, 2007, p.49). É, especialmente no locus acadêmico que a pesquisa tem se revela um potencializador para o Serviço Social brasileiro, fortalecendo enquanto área de produção conhecimento que efetivam articulações orgânicas, com a prática profissional. Potyara Pereira (2005), ratifica a importância de torná-la uma atividade integral e intrínseca à profissão, contribuindo assim, para evitar a persistência da dicotomia entre teoria e prática nos meios profissionais, pois “[...]a pesquisa longe de ser um luxo intelectual é uma necessidade de realização consequente da profissão e condição de possibilidades de rupturas com atitudes e práticas voluntaristas, tópicas e impensadas” (POTYARA PEREIRA, 2005, p. 18).

Ainda que pensada como inerente ao espaço acadêmico, a pesquisa estimula, via pós-graduação, a reflexão sobre o fazer profissional, o que leva cada vez mais profissionais a inserir-se na pós-graduação stricto sensu como possibilidade de debruçar-se de forma qualificada no cotidiano da profissão, de maneira a melhor compreender e dar respostas para a atuação. Com isso, há que se considerar a particularidade da pesquisa na área de Serviço Social na visão de totalidade do concreto real.

A cultura da pesquisa no Serviço Social tem estimulado a participação de docentes e discentes criarem e, ou participarem de grupos de pesquisa, articulando a comunidades de pesquisadores de IES locais, nacionais e internacionais, além de participar de editais estaduais (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica

do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE) ou nacionais (CAPES, CNPq). Pretende-se fomentar a produção bibliográfica em periódicos e não periódicos, submeter seus estudos a eventos nacionais e internacionais, e publicação em livros, organizados por docentes do Programa ou em outras instituições. Com essa proposição adensar-se-á a produção teórica, com estímulo à formação na graduação e pós-graduação.

A pesquisa e a produção de conhecimento ganharam espaço na formação profissional dos assistentes sociais, com a finalidade de apreender as novas demandas trazidas à profissão dentro do movimento real da sociedade, visando subsidiar a intervenção profissional. Assim, o ensino dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, no plano da formação profissional do Serviço Social, deve incorporar a perspectiva analítica da centralidade da produção social dos espaços urbano e agrário e do ambiente como chave interpretativa e perspectiva analítica da vida social, da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho profissional.

Neste contexto, a pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social têm se fortalecido em etapas em que ocorre: a criação e expansão dos cursos de pós-graduação na área de Serviço Social a partir da década de 1970; e a consolidação de uma nova identidade social da profissão, através da aproximação com o referencial teórico marxista, na década de 1980. O desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social teve uma importante contribuição no processo de renovação da profissão, ao passo que “significou, por si só, a convalidação [...] do campo do Serviço Social como área de estudo e pesquisa” (SPOSATI, 2007, p. 17).

Os primeiros cursos de mestrado surgiram na década de 1970, mais precisamente, nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1972. Somente em 1981 surgiu o primeiro curso de doutorado no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo o primeiro da América Latina. A partir disso, o Serviço Social inicia uma etapa significativa no alcance da sua maturidade intelectual, superando a condição de mero consumidor do conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanas. É no âmbito da pós-graduação que ocorre a alavancagem da produção de conhecimento no interior do Serviço Social, alimentado pela própria produção acadêmica.

Nesse âmbito, permitiu-se o reconhecimento como área de pesquisa pelas agências de fomento à pesquisa, como, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq). Outrossim, foi a partir de 1980 que a produção teórica profissional do Serviço Social tornou expressiva, destacando a interlocução com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Ainda nessa década, a categoria intensificou um processo de reflexão e de debate para a reestruturação da formação profissional com a finalidade de romper com as suas bases teórico-metodológicas tradicionais. Destarte, efetivou-se uma apropriação qualificada do marxismo pelo Serviço Social brasileiro, propiciada pelo espaço acadêmico, como também, pelo contexto político daquele momento. A partir disso, embora não seja hegemônica no campo profissional, “a perspectiva teórica de inspiração marxista irá orientar o debate da maioria das produções teóricas” (MATHIS et al., 2017, p. 217).

A pesquisa no Serviço Social tem aprimorado o intelecto profissional, além de possibilitar compreender a constituição da realidade social baseada em seu caráter qualitativo que fundamenta a práxis. Esse aspecto é relevante haja visto, que o Serviço Social está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, devendo intervir na realidade social de forma crítica e reflexiva ao lidar diretamente com as expressões da questão social. Em relação ao sujeito e objeto de pesquisa, Netto (2011, p. 25) enfatiza que “para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para, apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica”. A pesquisa contribui para desmistificar conceitos e atos conservadores, dando mais autonomia aos profissionais e elementos para sair da aparência e apreender a essência do fato/fenômeno estudado.

Barroco e Terra (2012, p.101) apontam que: A formação profissional e a pesquisa supõem o trabalho criativo, a autonomia intelectual, a competência teórico-metodológica fundada em conhecimento críticos, visando à capacidade de desvelar objetivamente a realidade social em sua essência sócio-histórica. Segundo os pressupostos do Código de Ética, o ensino e a pesquisa devem estar dirigidos por um compromisso ético-político com a objetivação de conhecimento e de valores que possam contribuir para a ampliação dos direitos, da liberdade, da justiça social, da democracia, pretendendo dar visibilidade às particularidades e às possibilidades de intervenção profissional nessa direção.

Ao tratar da questão agrária, enquanto tema e, ou objeto de estudo e pesquisa é importante considerar que houve várias configurações analíticas que estão postas ao longo do desenvolvimento da sociedade para chegar à expressão mais complexa da

sociedade burguesa no campo, que hoje se destaca pelo agronegócio e o regime de *commodities cuja mediações aprofundam o debate na atualidade*. A reforma agrária foi o cerne para atenuar as diferentes formas das expressões da questão agrária, por entender que a modificação da estrutura fundiária extremamente desigual, de maneira a alterar as relações de poder na sociedade tem como consequência a geração de desenvolvimento e organização social, portanto, várias expressões da questão social podem emergir deste tema (RAMOS FILHO *et al*, 2012).

Entretanto, o cenário atual do modo de produção capitalista, tende a reduzir a reforma agrária, a propriedade privada, sem ao menos, por parte do Estado ter a possibilidade de discutir a reforma agrária estrutural, a reforma agrária convencional e/ou a reforma agrária marginal mais designada pela literatura como Reforma Agrária de Mercado (RMA). Neste sentido, criou-se um abismo entre o país real e formal, o distanciamento da realidade do campo, sendo este mais fragmentado da cidade, além da padronização da produção centrada na exportação e com disparidades nas condições de apropriação da segurança alimentar e nutricional entre os países importadores e exportadores nas regiões do mundo.

Logo, frente a complexidade da realidade, tornou-se pertinente o aporte teórico crítico-dialético para a leitura de realidade das manifestações da questão social e sua relação originária da questão agrária, delimitando a condição ontológica do ser camponês. De forma que, mediante reflexões que articulem às dimensões teóricas- metodológicas, ético-política, técnica- operativa e investigativa, sem hierarquizações ou unicidade fim de abarcar respostas substantivas às demandas profissionais. Para tanto, é primordial a dimensão ético-política pelo teor de compromisso, uma vez que, está associada às escolhas, dentre estas, as técnicas, as quais serão utilizadas na ação do processo de trabalho, de modo a evitar práticas politicistas e tecnicistas (SANTOS, 2006).

No contexto de inserção no mercado de trabalho o/a assistente social tem um sujeito político-social que não é esvaziado de história e possui as suas raízes e vinculações com o campo brasileiro. Nessa direção, a instrumentalidade tem a dimensão ética como mediadora da dimensão técnica e política, cuja intenção é evitar práticas tecnicistas, politicistas e, portanto, redimensiona o trabalho para o processo da melhor escolha das técnicas *no modus operandi* orientadas pelo projeto ético-político profissional, tão bem ressaltado por Santos (2006).

O projeto ético-político do Serviço Social tem historicamente a liberdade como valor ético central, compreendida como a possibilidade de escolher dentre às sucessões de coisas que se tecem na realidade social. Para tanto, requer o compromisso com a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais como ratifica o Código de Ética Profissional de 1993. Destaca-se Netto (1999, p. 104-105) ao sedimentar o “projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.”

A relação do projeto ético-político com a reforma agrária se dá pela justiça social, a socialização dos meios de trabalho que tem como elemento básico o acesso à terra, de modo que, articulou as lutas sociais pela reforma agrária como política redistributiva e da classe trabalhadora, dos movimentos sociais do campo e da cidade. Elementos que ratificaram o arcabouço jurídico-formal da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Código de Ética Profissional de 1993, Capítulo IV, Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil, Art.12 Constituem direitos do/a assistente social: “b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. (p.34)”

Do ponto de vista do conhecimento, da compreensão do Serviço Social e da reforma agrária, torna-se nítida a necessidade de interlocução da questão agrária como particularidade da questão social e dessa forma potencializar a reflexão do trabalho profissional que apreende o projeto ético político do Serviço Social e reforma agrária como proposta emancipadora dos sujeitos coletivos na defesa de direitos e da cidadania que esta imbricada na relação campo-cidade, que cotidianamente foi fracionada pelo modo de produção capitalista que excluiu e fetichizou a raiz da origem das particularidades da questão social.

Por conseguinte, refletir o Serviço Social e reforma agrária, remete a uma amplitude de conscientização crítica e prática cidadã que desconstrói por exemplo, o campo como lugar do atraso e prescinde a ideia de que o atraso é necessário para manutenção do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista que caracteriza a questão social (LOWY, 1995).

Logo, nas protoformas mediante o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, então, vinculada ao posicionamento Igreja Católica no Século XX em relação à questão social, com base em documentos eclesiais, a exemplo da Encíclica *Rerum*

Novarum (1891), da Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), da Encíclica de Pio XI *Divini Redemptoris* (1937), que mais se direcionavam as respostas dos problemas da Europa, ressaltando a ameaça do comunismo e do liberalismo diante da latência da questão social que verifica aproximações práticas com a questão do campo.

Diante do cenário, a igreja buscava a construção de quadros dos (as) assistentes sociais para lutar contra a situação dos agricultores (as), operários (as) por meio *da formação científica, da formação técnica, da formação prática e da formação pessoal* para compor a Ação Católica, surgindo em 1936 à primeira escola de Serviço Social em São Paulo no Brasil, com base na doutrina de Tomismo nas chamadas protoformas do Serviço Social brasileiro (AGUIAR, 1995).

Não obstante, não há um evolucionismo das protoformas do Serviço Social, mas uma descontinuidade, conforme Netto (1992), delineado pelo estágio do desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista que determina o significado social da profissão. Haja vista, o significado sócio-histórico da profissão Serviço Social em atenuar as expressões da questão social e participar no processo de reprodução das relações sociais que abrange o cotidiano de vida em sociedade cujo resultado global se dá pelo modo de produção capitalista, tão bem polido na obra *Relações Sociais e Serviço Social* de Iamamoto (2009) e Netto (2007) trouxe à baila o aprofundamento do significado social da profissão no estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista. O Serviço Social é inserido dentro da divisão técnica e social do trabalho para contribuir com o processo de reprodução e produção do modo de produção capitalista. Logo,

Quanto ao modo de reprodução (capitalista) este conceito designa em Marx o resultado global das relações de antagonismos: “salário/Capital”, “proletariado/burguesia”. Estas relações sociais não entram na prática da sociedade, e da sociedade burguesa, a não ser através de formas que sustentam e a mascaram; por exemplo, a forma contratual (a do contrato de trabalho”, ficticiamente livre que liga os membros da classe trabalhadora e os da burguesia, e que pretensamente os associa) (IAMAMOTO, 2009, p.73).

Esse estágio do desenvolvimento capitalista desigual e combinado (LOWY, 1995) entre campo e cidade, países pilares do capitalismo e países espoliados para acumulação de riqueza, funcionais ao capital e gera particularidades da questão social na formação social histórica brasileira. Outrossim,

Ainda quanto à legislação social, é notável que sua implantação se dê de forma ampla. Se, por um lado, a fase de transição (1930-1937) é presidida por um

Estado fortemente ligado às oligarquias de base agrária, o que garantirá a intocabilidade da estrutura fundiária- das relações sociais de produção vigentes, que só terão alteradas pela capitalização progressiva da grande lavoura- por outro, a intervenção estatal na regulamentação do mercado de trabalho urbano terá caráter generalizante. (IAMAMOTO, 2009, p.154).

É importante destacar que, desde os anos 1970 o Serviço Social brasileiro constrói o seu projeto profissional cujo compromisso ético esteja associado aos interesses das classes trabalhadoras, a partir da influência dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação na América Latina que se interligou ao movimento de redemocratização brasileira da década de 1980, vindo a firmar os alicerces com o processo de ruptura por meio de um decurso histórico de explanação de princípios e valores éticos-políticos; da ancoragem numa matriz teórico-metodológica e por último, da “crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009), além de manifestar as lutas e posicionamentos da categoria profissional. Nos anos 1990 este projeto encontrou-se fortemente tensionado pelo neoliberalismo e a reação conservadora de modo a constituir entraves e desafios na concretização.

Os elementos que objetivamente ratificam e dão visibilidade social ao projeto profissional construído pela categoria são consubstanciados na produção do conhecimento no interior da categoria, nas instâncias políticas e organizativas da categoria ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das Unidades de Ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) e, por conseguinte, o arcabouço jurídico político da profissão, assinala, que

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético- político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Outrossim, a questão agrária está intrinsecamente vinculada à origem da questão social, assinala-se manifestações adversas do desenvolvimento agrário que ressaltou o agronegócio suprimindo o modo de trabalho e vida camponês, de modo que imprimiu

uma modernidade que gera uma violência simbólica e cultural. Sem condições de vida no campo os camponeses (as), ribeirinhos (as), pescadores (as), quilombolas e indígenas foram obrigados (as), a buscar por melhores condições de vida na cidade agravando as expressões da questão social, tais como: o desemprego, a fome, ausência de educação, a saúde, a habitação, o saneamento básico, além de estar à mercê da violência cultural e simbólica de sua origem rural; de gênero, a exemplo da violência contra mulher e de etnia-racial, que se encontrou arraigada no racismo-estrutural, elementos historicamente problematizados que configuram em objetos e recortes de estudos e pesquisa no Serviço Social.

Nessa acepção, o Projeto Ético Político do Serviço Social sinaliza para a questão agrária como particularidade da questão social, vindo a se configurar como tema de relevância no debate implícito na dinâmica de produção e reprodução social do capital em seu processo de acumulação. Ressalta-se as discrepâncias ao “entocar” a propriedade privada e valorizar o agronegócio como agricultura de exportação em detrimento da produção camponesa, o que visibiliza a complexidade e importância dos estudos e pesquisas ao estabelecer uma relação de estudo imbricando serviço social e reforma agrária.

A realidade em sua dinâmica contemporânea sinaliza elementos que complexifica as pesquisas frente as disparidades na sociedade brasileira são confirmadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2014, atingiu a marca de 0,755, de modo que ocupou o 75º no *ranking* global, que demonstrou ausência estrutural de distribuição de renda e acesso a bens e serviços pela população, dentre esta, o (a) camponês (a) que possuiu uma relação cultural, de trabalho e social com a terra e se encontrou em condições precárias.

Segundo o relatório intitulado *Panorama De La Seguridad Alimentaria Y Nutricional En América Latina Y El Caribe (2020)*, a insegurança alimentar e nutricional em estado grave atinge um percentual maior de mulheres em 3,7% em relação a 1,7% de homens, enquanto, no estágio moderado e grave as mulheres alcançam um percentual de 15,2% e homens 11,2%, segundo o documento da FAO em parceria com FIDA; OPS; WFP; UNICEF do ano de 2020, além da obstaculização de inserção na esfera produtiva que as mulheres do campo possuem a partir do momento que seu trabalho é considerado meramente “ajuda”.

Um dos temas que sobressai na elaboração das organizações internacionais mencionadas é o “atraso” pelo fato do Brasil possuir ausência de um acordo ou legalidade com relação a limites e fronteiras de terras, além de territórios “atrasados pela desnutrição” (FAO, 2020, p.53), a exemplo da região amazônica dentre os Estados da zona norte e da zona leste do país. Contudo, há projetos de desenvolvimento sustentável no semiárido Piauí da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) com o apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tais iniciativas buscam reduzir os impactos da pobreza e extrema pobreza da população rural, melhorar as receitas agrícolas e não agrícolas, gerar empregos nas áreas rurais e estimulou o potencial econômico. É importante destacar que, as iniciativas buscar reduzir os impactos das contradições da questão agrária, mas não toca no cerne do conflito da concentração de terra e inoperância da legalidade brasileira.

Na América Latina os programas de proteção social têm sido usados por alguns países Brasil, Chile, Colômbia, Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Peru e República Dominicana para responder as emergências. Destacam-se os programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família que tem impacto positivo no que tange à saúde nutricional das crianças ao possibilitar mais disponibilidade de alimentos, salienta as exposições observadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 2019 e 2020 e, esta informação também ressaltou a importância dos projetos para a produção camponesa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no campo brasileiro requer sistemas de proteção forte que abarque a cidadania delineada pela Constituição Federal de 1988 e, orçamentos bem consolidados para gerir os conjuntos de instituições que viabilizam os direitos sociais. Conquanto, os planos alimentares, os (as) camponeses que fazem a agricultura familiar são mais sensíveis à nutrição, sendo o público-alvo das políticas sociais para o aumento da produção e armazenamento de alimentos (FAO, FIDA; OPS; WFP; UNICEF, 2020).

Existem discrepâncias sociais que agravaram as expressões da questão social, sobretudo no Estado ultraneoliberal, que reduz o cofinanciamento das políticas sociais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), que passaram por desmonte, de modo a gerar insegurança alimentar e nutricional, destacando as mazelas da fome, que durante muitos anos é um tabu na sociedade brasileira. No meio de uma conjuntura de decomposição da Assistência Técnica em Extensão Rural, do Programa Nacional para Reforma Agrária, da

privatização da Eletrobrás, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e a exemplo de Sergipe o fechamento de sedes da Petrobrás e de empresas interligadas como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen- SE), a hibernação do Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo), de maneira a deixar trabalhadores (as) desempregados (as) no campo e na cidade, ratificando uma política neocolonial.

Tal cenário se agravou ainda mais pelos crimes ambientais, as barragens e mineradoras irregulares, as queimadas, sobretudo nas áreas indígenas, mas também a invasões de terras demarcadas ou em processo de legalização, as ameaças de mortes e conflitos terra. Além dos desmatamentos como principal fator da escassez de água, a contaminação por uso exacerbado de agrotóxicos e pulverização irregular ameaça a disponibilidade deste alimento, bem como a saúde da população.

De acordo com o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2019) o Índice *Gini* que mede coeficiente de concentração de renda no Brasil está em 0,86, um dado significativo de profundou assimetria social tendo em vista que considerou a variação de 0 de simetria social e 1 altamente assimétrico em termos econômicos e sociais. Outro elemento relevante se mostrou no quantitativo de estabelecimentos agrários de 102.312 entre reduzidos entre os anos de 2006 e 2017, no mesmo período que o número de pessoas ocupadas na agricultura reduziu em 1.463.080, por conseguinte um número maior de pessoas sem trabalho ou desempregadas vindo tornar ainda mais latente as manifestações da questão agrária no país.

A origem dos rendimentos e patrimônio dos (as) brasileiros (as) em sua maioria se deu pelo trabalho sendo o quantitativo de 57,5%, em seguida 19,5% por transferência, 14,5% rendimento não monetário, 6,2% da variação patrimonial, 1,6% do rendimento de aluguel e 0,7% de outras rendas. Estes dados da pesquisa de orçamentos familiares do IBGE (2017-2018) ressaltaram a importância do trabalho no contexto atual e a necessidade de entendê-lo nas diversas relações sociais no campo e na cidade em suas dimensões políticas, culturais, econômicas e sociais.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT,2011), a reforma agrária, as políticas e os programas da agricultura familiar seriam as respostas do poder público para defrontar o trabalho escravo rural no Brasil. A pesquisa realizada composta pela instituição observou que dentre os (as) trabalhadores (as) escravizados (as) no Brasil 46,10% queria terra para plantar, seja aqueles viveram no campo ou na cidade, 26,90% teria um comércio, 13,50% teria um emprego rural registrado e 13,50% teria um emprego

na cidade. Os dados também desvelam que 73% prefeririam trabalhar por conta própria e 27% trabalho assalariado (OIT, 2011). Para enfrentar o trabalho escravo e trabalho infantil no país em regiões específicas do território brasileiro foi lançado em 2020 o Plano de Ação Cacau 2030 em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) tendo em vista a promoção o trabalho decente e da cadeia produtiva do Cacau. Todavia, é imprescindível a reforma agrária que atenda aos anseios da população de modo a impulsionar as condições dignas de vida e trabalho no campo brasileiro e, assim estimular o desenvolvimento social e econômico.

Diante do cenário exposto acima, Masson e Sant'Ana (2018) evidenciaram a relevância da apreensão da questão agrária no cotidiano de trabalho do Serviço Social na perspectiva de totalidade e alinhada ao projeto ético-político. Para tanto, requereu um horizonte societário que coadune com liberdade humana e nitidez dos caminhos que deseja percorrer nos diversos meandros do cotidiano da realidade social, a fim de tornar a objetivação do trabalho dos (as) assistente sociais afinada com a dimensão ética do Serviço Social e da proposta da reforma agrária popular.

Sendo assim, a trajetória do Serviço Social brasileiro esteve imbricada de várias contradições do conflito capital x trabalho que originou a questão social e possui particularidades históricas com a lei geral de acumulação capitalista, de maneira que gerou profundas transformações e desigualdades sociais (MASSON, SANT'ANA, 2018). Estes elementos quando contextualizados e problematizados tem provocados questionamentos e delimitado objeto de estudos, sob os quais, podemos verificar recortes de estudos, ora transversalizam nas pesquisas em serviço social no Brasil

No sentido, ao estudar a dimensão ética- política do Serviço Social na história percebeu-se um conflito entre as concepções tradicionais do Serviço Social como profissão, a exemplo do voluntarismo e messianismo, que divergiram da autoimagem do projeto ético- político vigente delineado pela categoria profissional e da negação de valores advindos da modernidade por meio da pós-modernidade. Outros pensamentos fecundantes da imagem socialmente construída da profissão se rotulam na defesa dos direitos e/ou profissão feminina, conforme resgata Ortiz (2007).

Esses elementos não se apresentaram no cotidiano de maneira linear, etapista e tão pouco cronológica a fim de que a apreensão do real pelos (as) assistentes sociais seja realizada no movimento da complexidade da vida social. Nos estudos e pesquisas nos diversos espaços sócio-ocupacionais, a dicotomia entre teoria e método, ainda é um

percalço para compreensão das características tradicionais do Serviço Social no tempo presente, muitas vezes conferindo um estatuto científico ou na separação entre teoria e prática, sendo necessário diluir o endogenismo profissional.

Cumprir registrar que, nesse contexto esteve o projeto ético-político do Serviço Social indissociável das lutas coletivas que buscaram os interesses majoritários das classes populares, a exemplo da proposta de reforma agrária popular. A inserção do Serviço Social na divisão sócio- técnica do trabalho gerou várias particularidades sócio-profissionais na condição de trabalhador (a) assalariado (a) e limitações na garantia de direitos que são fundamentais para a proposição supracitada Ortiz (2007). Dessa forma, os documentos jurídico-formais possuem contribuições valiosas nos princípios do Código de Ética de 1993, nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFS, Resolução nº 22/2010/CONEPE e Lei 8.662/93 que regulamentou a profissão de Assistente Social e avigoram o projeto ético-político profissional no compromisso com a cidadania, a proteção dos direitos sociais que coadunaram um horizonte da garantia da liberdade fundamental proposta pela reforma agrária popular.

Neste sentido, requereu desvelar o processo de constituição das determinações da autoimagem profissional, por meio da reflexão teórica acerca do Serviço Social e das idiossincrasias de sua inserção profissional na divisão sócio- técnica do trabalho. (ORTIZ, 2007). Assim, de acordo com Ortiz (2007) a imagem do Serviço Social e sua autoimagem possuem elementos que se intercalaram na construção do Serviço Social no Brasil, o que requereu reflexão teórica acerca do Serviço Social na divisão do trabalho, bem como suas peculiaridades nos diversos espaços sócio-ocupacionais, a exemplo nas equipes de trabalho nas instituições educacionais, agrárias, nas atividades docente e outras. Logo, a

a imagem da profissão atualmente é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde o surgimento da profissão no Brasil) e outros considerados novos e advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão no Brasil nas últimas décadas, observa-se a existência de uma tensão entre tais elementos constituintes da imagem social da profissão, bem como da autoimagem profissional.” (ORTIZ, 2007, p.08).

Neste sentido, a autora explanou acerca de imagens que ainda forjam a profissão a exemplo do messianismo e do voluntarismo. Por essa lógica, inquieta-nos saber *qual a*

relação entre o projeto – ético político do Serviço social, a dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica e da proposta de reforma agrária popular no contexto ultraneoliberal de contrarreformas das políticas sociais?

As manifestações da questão agrária emergem de diferentes espaços sócio-ocupacionais do (a) assistente social, uma vez que, surgiu como aspectos da questão social em diversas mediações que requereram apreensão pelos os (as) assistentes sociais do aporte teórico crítico das categorias que emergem da realidade humana.

Em resposta as expressões da questão agrária os (as) assistentes tem sido demandados (as) a ocuparem os espaços sócio-ocupacionais nas instituições de desenvolvimento agrário seja no Instituto de Colonização para a Reforma Agrária (INCRA), as equipes de Assessoria e Extensão Social e Ambiental (ATES), nas empresas públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural e secretarias estaduais e municipais de agricultura dentre outros órgãos que trabalham essa política agrária, que requisitaram estudos, pesquisas, sistematizações acerca dos amplos vieses que envolvem as expressões da questão agrária e as políticas agrárias de Estado mais incisivamente em relação Serviço Social e reforma agrária.

Em linhas gerais, os estudos mostraram que o Serviço Social e sua relação com o tema da reforma agrária está implícito no decorrer da profissão, seja no campo interventivo, seja no campo formação, da pesquisa e produção do conhecimento científico. No que se refere a pesquisa, o levantamento das produções científicas do Repositório Institucional (RI) e do acervo da Biblioteca Central (Bicen) da UFS de 2010 a 2020 pudemos quantificar 01 Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) e 01 livro publicado pela editora UFS, 03 dissertações que abordam o Serviço Social e reforma agrária, conforme tabela 01:

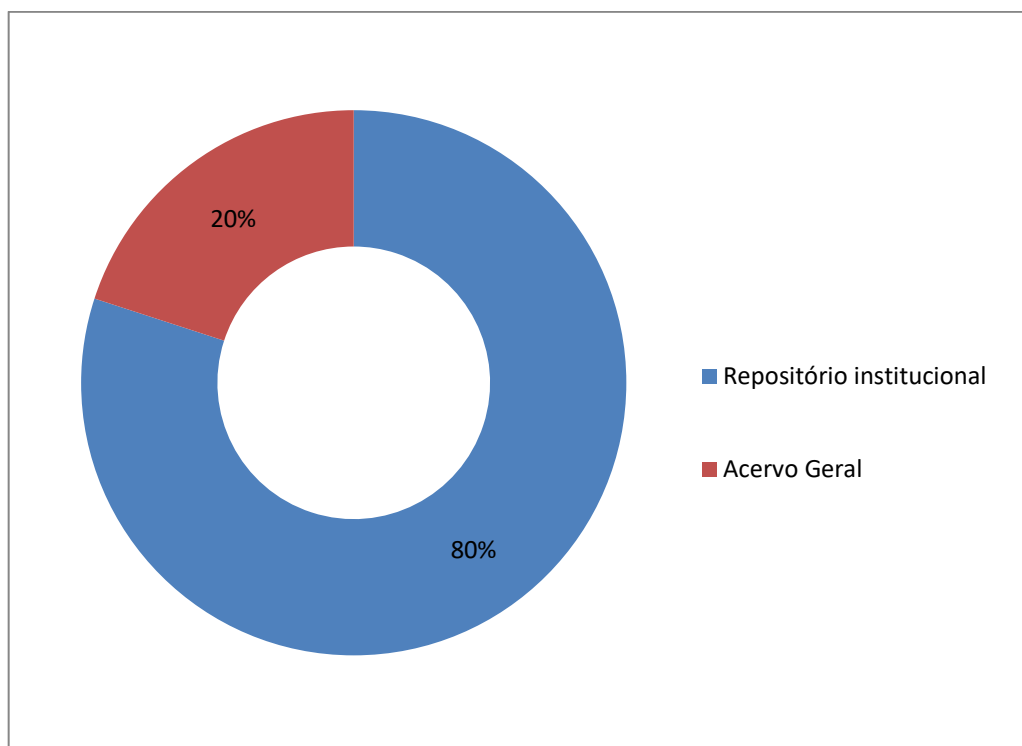
Tabela 01 –Trabalhos sobre Serviço Social e Reforma Agrária (UFS)

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
SERV. SOCIAL					1		1	3				5

Fonte: Repositório Institucional da UFS/Bicen,2021.

Os trabalhos relacionados a pesquisa do Serviço Social e a reforma agrária, 1 foi do acervo geral da biblioteca central e 03 do Repositório Institucional (RI) da UFS, sem repetições de títulos embora algumas categorias foram mais utilizadas. Coube destacar que, verificamos a ausência de pesquisa e produções entre 2001 a 2013, saltando para 2018 a 2021, o que nos remete, ao governo dos trabalhadores, momento de expectativa de pactuação e políticas para o campo e no recorte mais atual, um cenário de retrocessos, em que o diálogo é substituído pela retórica da criminalização dos movimentos sociais, de certo, períodos que trazem elementos que poderiam problematizar no debate e nas pesquisas em serviço social, mas que, não foi focalizando nos estudos. Na sequência, o gráfico ao seguir reforça essa análise, porém aponta para a incorporação de importantes categorias de estudo, conforme sinalizadas no gráfico 02.

No gráfico 01 podemos visualizar que a reforma agrária no Serviço Social nas dissertações de pós-graduação ainda é um tema incipiente. Porém, há uma discussão sobre o campo brasileiro que põe em cheque as contradições das propostas da modernização conservadora no campo e das estratégias de contrarreformas da política agrária, consoante ao pensamento de Almeida (2019), que após a modernização e conquistas de direitos sociais pareceram que os/as trabalhadores/as permaneceram “mais ou menos iguais” com os problemas que em longo do tempo se agravaram com a concentração fundiária, o patrimonialismo, a dependência aos países estrangeiros e imperialistas. Além da superexploração dos/as trabalhadores/as subordinados ao agronegócio e funcionalidade do Estado neoliberal.



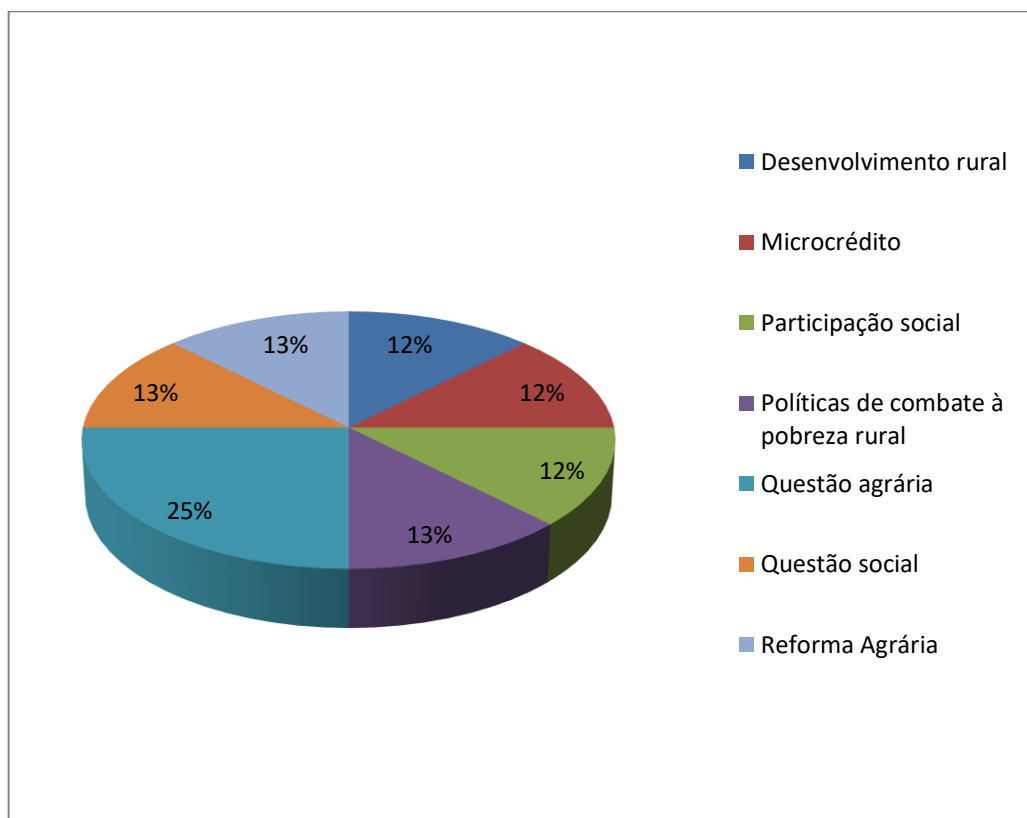
Fonte: Plataformas Digitais, 2021.

No que se refere às categorias mais intituladas dos trabalhos do Serviço Social, consideraram que “a fonte de toda produção material é o trabalho e que, sob o modo de produção capitalista, o trabalho adquire a forma e a substância da mercadoria” (ALMEIDA, 2019, p.102). Entretanto, a categoria renda da terra ainda foi citada de maneira escassa. Tendo em vista que, o superlucro se deu pela capitalização das relações de trabalho e ramos de produção geraram lucro e superlucro por meio da renda fundiária.

O capital financeiro se apossou da agricultura por meio do agronegócio exigiu padrões de acumulação através de patamares tecnológicos e científicos conduziu uma reestruturação no campo brasileiro na chamada acumulação flexível, Harvey (2011). O Estado e o fundo público se direcionaram para as privatizações, a financeirização das políticas públicas de crédito e desregulamentação das leis trabalhistas (ALMEIDA, 2019), sobretudo, com o redimensionou das políticas sociais com as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias que seguiram a lógica de proletarização do camponês, de subordinação do trabalho no campo ao trabalho proletário da cidade, 25% dos (as) pesquisadores (as) elencaram a categoria relevante à questão agrária na sua relação com a questão social, na produção científica; já 13% evidenciaram a questão social, o objeto de intervenção do Serviço Social, enquanto 13% explanam sobre a reforma agrária no bojo do capitalismo brasileiro. Já 13% buscaram compreender a intrínseca relação das

políticas de combate à pobreza rural e o território e 12% fizeram a reflexão do desenvolvimento rural e sua relação contraditória com a territorialidade. Enquanto, 12% buscaram entender o microcrédito e a financeirização nas políticas sociais e 12% pensaram na participação dos movimentos sociais nos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CTDRS).

Algumas categorias foram recorrentes nos estudos, conforme o gráfico a seguir apresenta,



No que tange aos objetos de estudos, 02 trabalhos em 2014 e 2017 tiveram como pesquisa a categoria questão agrária, sendo o primeiro na relação com a questão social e o segundo como demanda do Serviço Social, o que aponta uma intencionalidade em pensar nas características dessa relação. Cumpre registrar que, somente em 2014 a questão social foi diretamente focada e 2017 compreendida a importância de apreender as demandas institucionais vinda do campo brasileiro, como um requisito para o entendimento do Serviço Social na contemporaneidade, o que nos faz questionar acerca dos fundamentos da profissão inserida na divisão sócio- técnica do trabalho, ainda com ausência de outras categorias que vem ultimamente sendo explorada como divisão social, racial e de gênero (RAICHELIS, 2011).

O controle social e a participação social dos usuários, a criminalização dos movimentos sociais foi uma preocupação elencada 2016, que se relaciona com as políticas dos territórios da cidadania estimulada pelos entes federais e estaduais. Essa inquietação territorial também surge com a financeirização da economia rural pelo microcrédito em 2017. Ainda, nos marcos de 2014, mostra-se a ideia de reforma agrária no cerne do capitalismo brasileiro.

QUADRO 01- Objetos de Estudo sobre o Serviço Social e a Reforma Agrária.

NO	A	PLA TAFORMA DIFITAL	OBJETO
2014		RI	Relações entre questão agrária e questão social no caso brasileiro
2016		RI	A participação social no Colegiado do Alto Sertão Sergipano
2017		Acer vo	Questão agrária enquanto demanda do Serviço Social
2017		RI	A reforma Agrária no capitalismo brasileiro
2017		RI	Programas de microcrédito e das políticas territoriais de combate à pobreza rural

Fonte: Plataformas Digitais, 2021.

A partir dos elementos elencados é possível afirmar que o Serviço Social brasileiro está intrinsecamente vinculado ao surgimento da questão social e sua relação conflituosa com a relação capital x trabalho, sobretudo nos estágios de desenvolvimento capitalista e gerou especificidades de formas e modo de existência da sociedade. Percebeu-se esta relação que a questão agrária é originária da questão social. Conforme Masson e Sant`ana (2018, p.213) “a lei geral de acumulação capitalista, produtora e reprodutora da questão social, é mitigada por meio de políticas públicas que não inferem na estrutura de sociedade atual marcada por profundas desigualdades”.

Dessa forma, é fundamental conhecer a respeito das relações universais, singulares e particularidades que estão imbricadas no real concreto. Os resultados das

pesquisas desvelam que a produção científica ainda é muito incipiente, sendo um desafio qualitativo, quantitativo os estudos sobre a questão agrária e questão social. Além de apontar que as pesquisas científicas sobre “reforma agrária” foram postas à margem em funcionalidade aos subsídios do agronegócio, evidenciando os mecanismos compensatórios, e por vezes, é diferenciada pelo diálogo entre Estado e os movimentos sociais. Nesse aspecto, a reforma agrária no contexto neoliberal do Estado adquiriu as funções gerenciais da lógica capitalista e transformou a reforma agrária em ações de caráter minimalista e “ineficiente” (MARTINS; SANTOS; VASCONCELOS, 2017) para as contradições geradas pela questão agrária sob o signo do agronegócio.

Essa relação entre poder público, estado e movimentos sociais, embora seja centrais no serviço social, há contradições de classe nos territórios rurais. Haja vista que, o Estado é interlocutor e funcional ao agronegócio.

Os estudos sobre o Serviço Social e reforma agrária são um desafio para os (as) profissionais nas políticas sociais e pesquisadores (as) da área, tendo em vista que são escassos e requerem mais aprofundamento para compreensão das configurações complexas do capitalismo na contemporaneidade e das facetas da questão social e da questão agrária.

Em relação às produções científicas levantadas pretendeu-se dar continuidade acerca das produções nacionais, além dos estudos regionais na UFS. O que nos inquieta-nos saber: *qual a relação entre o Serviço social e a reforma agrária no que se refere as suas pesquisas científicas? Se se há relação entre o projeto ético-político e a proposta de reforma agrária popular? Destarte,*

o Projeto Ético Político do Serviço Social, é resultante deste processo e que está em permanente construção e reconstrução dialética. Suas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, avigoradas nas teorias social- crítica. (MASSON; SANT’ANA, 2018, p. 205).

Portanto, desvelar nas pesquisas no âmago da categoria profissional a relação com a proposta de reforma agrária popular nos faz questionar: *Quais as concepções reforma agrária das produções científicas do Serviço Social brasileiro? Como os (as) assistentes sociais que atuaram nas expressões da questão agrária veem essa relação entre Serviço Social e reforma agrária?* É importante destacar, que o assunto não

pretendeu se limitar nesta reflexão, mas suscitar ainda outras discussões latentes da realidade social, a qual trataremos no subitem a seguir.

3.2- Pesquisa e Produções do Conhecimento no Serviço Social da UFS (2011-2021) com foco na reforma agrária popular

A questão agrária é uma particularidade da questão social que se manifesta nas contradições advindas do capitalismo financeiro, que operou no regime de *commodities*, da renda da terra, precarizou e retirou os direitos sociais e os levou para a inércia das políticas públicas no campo e na cidade em benefício dos interesses dos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional- FMI, Organização Mundial do Comércio- OMC e dos *lobbys* políticos no Congresso Nacional, tais como as bancadas Ruralistas, da Bala e dos Biomédicos que defenderam incessantemente os interesses da “elite do atraso”, como afirma Jessé de Souza (2019), aliada a burguesia internacional.

Essa relação social da questão agrária como particularidade da questão social atravessou o Serviço Social como profissão no seu cotidiano de trabalho, haja vista que, o Capital se acumulou pela manutenção da propriedade privada, do monopólio da posse, uso e renda da terra, sedimentou a expropriação dos direitos sociais pela funcionalidade do Estado aos seus interesses por meio de contrarreformas (trabalhistas, previdenciárias, dentre outras), além de regulamentações jurídicas e econômicas com ênfase exportação.

De modo que, os meios de produção do trabalho do acesso à terra pela reforma agrária popular aos avanços do parque tecnológico brasileiro e minimizou a organização social da produção camponesa para a pequena produção de gêneros alimentícios, culminando no desenvolvimento desigual e combinado, conforme Löwy (1995), um “atraso necessário” para a mundialização do capital. Essas expressões de natureza contraditória geram demandas que os/as assistentes sociais são designados/as a atuar, art. 3º da Lei 8.662/93¹⁰, no acesso a viabilização de direitos em respostas as manifestações da questão agrária como particularidade da questão social, tendo por meio constituintes

¹⁰ Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigenteproce

as competências¹¹ e atribuições privativas¹², além disso, questões e hipóteses podem ser laçadas e daí, emergirem inúmeros estudos.

Nesse horizonte profissional, a reforma agrária popular foi o elemento fundamental para a equidade social e eliminar as sequelas da questão agrária, compreendeu-se que a natureza da estrutura fundiária brasileira foi construída na formação social brasileira para atender o capital internacional, sendo necessários abolir as formas escravistas, precárias de trabalho e originar o desenvolvimento e organização social da política- econômica e cultural do país.

No entanto, o modo de produção capitalista tendeu a delinear um contexto de redução da reforma agrária popular a terra e estimulou o “procedimento agrícola”, através do foco no uso de maquinário, agrotóxico e do pacote tecnológico vindo a despolitizar questão agrária como um “problema do campo”, de maneira que separou as questões agrícolas e agrárias vindo a propor soluções ditas “inovadoras” pelo incentivo da pluriatividade, deslocando as contradições da questão agrária para o desenvolvimento do turismo e outras atividades não agrícolas. Mas também, pelo incentivo do “Novo Mundo

¹¹ Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - ([Vetado](#)); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio- econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS,2012, p.44).

¹² Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS,2012,p.45).

Rural” com incentivo a pacotes tecnológicos advindos da revolução verde, que fracassou a não possibilitar uma massiva apropriação dos meios de produção pelos camponeses e camponesas. O Estado operou para os objetivos da burguesia ao conter a discussão de reforma agrária, seja a Reforma Agrária Popular, seja a Reforma Agrária de Mercado (RMA). Assim, esgotou qualquer possibilidade de redução dos conflitos por terra e impacto da questão agrária na realidade do campo brasileiro, acentuou a separação da relação campo-cidade, as desigualdades regionais e acesso a soberania alimentar.

Neste sentido, o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, instituído na resolução nº 273/93 do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS foi um documento jurídico-normativo que manteve as conquistas políticas da categoria, assim como, avançou na questão da ética a partir do acúmulo das reflexões e na criação de novos valores éticos compromissados com os/as usuários/as “com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS, 2012, p.18). O suporte ético formou-se na ontologia do ser social cujos valores são determinados na prática social resultante do processo de trabalho. Nesse sentido, foi no processo de trabalho que o ser social se constituiu, pondo a capacidade teleológica, consciente e se lançou na socialização da sua capacidade libertadora, diferentemente, do ser biológico tido como “natural”. Dessa forma, a concepção do Código de Ética de 1993 adquiriu uma projeção societária para a criação de novos valores no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais que se direcionem para erradicação dos processos de exploração, opressão e alienação (CFESS, 2012).

Assim, estão entrelaçados o projeto societário e o projeto profissional do Serviço Social brasileiro nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política frente as demandas postas pela realidade a profissão responde pelo agir profissional com base na reflexão crítica, propositiva e fundamentada teoricamente nos princípios fundamentais norteadores do Código de Ética de 1993, o qual reza:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços

relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 24).

Os princípios fundamentais do Código de Ética abrangeu a realidade do/a assistente social por meio da formação profissional do Bacharel¹³ em Serviço social requisitou o conhecimento e habilidade da direção do valores ético-político articulado ao *modus operandi* da profissão com o arcabouço teórico-metodológico advindo da teoria social de Marx, amadurecida no projeto de formação profissional da década de 80, expressa nos princípios do Código de 1993 e na Proposta das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa- ABEPSS de 1996 que marcou o processo de conhecimento das exigências da contemporaneidade e influenciou o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social e suas alterações na Resolução nº 22/2010/CONEPE cujo objetivo geral deliberado foi de “formar profissionais com sólido embasamento teórico-metodológico e ético-político, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, capazes de exercer suas atividades profissionais de forma a contribuir para o crescimento dinâmico da profissão” (p.01).

A partir da estrutura curricular do Projeto Pedagógico de Serviço Social da UFS pode-se perceber que houve uma profunda, entretanto, tímida aproximação do tema da reforma agrária no Serviço Social, em projetos de pesquisa e extensão sobre o campo

¹³ Lei nº 8.662/93, regulamenta a profissão de Assistente Social. Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social: I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil; III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.(CFESS, 2012, p.43-44).

brasileiro que articularam a graduação e a pós-graduação no Estado de Sergipe, bem como reflexões sobre as desigualdades sociais, pobreza, a financeirização do capital, as contrarreformas das políticas sociais no campo, as estratégias de ajustes das políticas neoliberais vinculadas ao organismos internacionais e as multinacionais, inseridas também no ensino pela mercantilização da educação com ênfase nas plataforma digitais no ensino remoto, nas pesquisas para as transnacionais e na extensão voltada para a “quantificação do atendimento” e do praticismo, a exclusão e seus os impactos dessas estratégias nos povos do campo, a saber: camponeses, quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais. Esses elementos se delinearam os fundamentos dos núcleos propostos. Porém, a articulação campo-cidade; graduação e pós-graduação possibilitaram a necessidade de um melhor entrelaçamento das propostas de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 7º A estrutura curricular do Curso de Serviço Social, Modalidade Bacharelado, está organizada nos seguintes núcleos: I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social, constante do Anexo I; II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais, constante do Anexo I; III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado, constante do Anexo I. (RESOLUÇÃO nº 22/2010/CONEPE, p.03).

Todavia, as políticas de ajustes fiscais obtiveram redução das equipes multidisciplinares e nas políticas públicas de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, sendo um retrocesso nas políticas sociais que atenderam ao campo brasileiro e na discussão dos processos de trabalho do/a assistente social nesse espaço sócio-ocupacional refletiu-se também no Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, que surgiu para eliminar a personificação do atravessador; Política Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, que buscava absorver no mínimo 30% da produção agricultura camponesa, ainda com muitos percalços das tentativas de privatização da alimentação escolar, ambos vincularam a política de Segurança Alimentar e Nutricional da pasta da assistência social intersectorializada com as políticas agrárias da agricultura familiar, conforme a PNAE e educação no campo e na cidade.

Além da tentativa de eliminação dos Conselhos de Políticas Pública, como espaços políticos pedagógicos de discussão, além do desfinanciamento dos Colegiados Territoriais e das universidades públicas que os assessoravam e mais focalização nos Projetos de Combate à Pobreza Rural (PCPRs). O cenário de desmonte avassalador que refletiu-se também nas lutas da categoria profissional do conjunto CFESS-CRESS (2018, p.18), alcançou o tema 09- “Participar das ações políticas em defesa da reforma agrária, da regularização fundiária dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. ” de discussão da categoria profissional e obteve 35% de deliberações com baixa execução.

Essas medidas acirraram as possibilidades de respostas à questão agrária e geraram incidências da questão social, sendo requisitadas do/a assistente social a leitura de realidade crítica, propositiva para a intervenção nas novas demandas da questão agrária e da questão social expressa nas demandas institucionais reprimidas da política agrária que caminharam para as demais políticas públicas.

Art. 12. Os Núcleos Temáticos do Departamento de Serviço Social são instâncias acadêmico-pedagógicas que aglutinam diversos componentes curriculares e atividades correlatas tais como: projetos de pesquisa e extensão, oficinas de pesquisa, estágio supervisionado, monografias (de graduação e de pós-graduação), laboratórios, núcleos de pesquisa e outros grupos que venham a se constituir no DSS. § 1º Estes núcleos abordarão a realidade social ao considerarem o nível nacional articulado com o internacional e ao enfocarem as problemáticas na região nordeste e particularmente no Estado de Sergipe. § 2º Os Núcleos Temáticos são os seguintes: I. Núcleo I - Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social; II. Núcleo II - Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Relação de Gênero. (RESOLUÇÃO nº 22/2010/CONEPE, p.04).

No entanto, a discussão agrária ainda foi incipiente nas pesquisas do Serviço Social, de maneira que, houve a tendência para os temas emergentes das políticas identitárias que foi perceptível na inserção no mestrado em Serviço Social na turma do ano 2020 e na participação na pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2021-2022) vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social- GETEQ/UFS. Ao mesmo tempo, as disciplinas de movimentos sociais, realidade regional e formação sócio-histórica brasileira articularam as propostas nas disciplinas para a reflexão da questão agrária como particularidade da questão social brasileira, ainda que não expressa na Resolução nº 22/2010 estão vinculadas pela relação capital x trabalho e do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade brasileira,

304314 - Movimentos Sociais e Serviço Social Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: - Ementa: Teorias clássicas sobre os movimentos sociais. O debate contemporâneo, principais polêmicas, e sua incorporação na produção acadêmica brasileira. As relações entre movimento social, Estado e a sociedade civil. Dinâmica interna e formas de sociabilidade dos movimentos sociais. As lutas dos movimentos sociais nos espaços rural e urbano e seu papel na formulação de políticas sociais. Dimensão pedagógica e estratégias de educação popular no Serviço Social e sua interlocução com os movimentos sociais. 304315 - Realidade Regional Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: 304311 Ementa: Principais expressões da questão social que se manifestam historicamente na realidade da região Nordeste e em Sergipe e suas formas de enfrentamento por parte do Estado, das classes e movimentos sociais. 304312 - Formação Sócio- Histórica do Brasil I Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: - Ementa: Conceito de formação econômico-social e suas categorias fundamentais: modo e relações de produção e forças produtivas. Modos de produção pré-capitalistas. Estruturação do capitalismo no Brasil do período colonial a 1970 e sua inserção na dinâmica internacional. A constituição dos sujeitos políticos e da luta de classes ao longo do referido período histórico. (RESOLUÇÃO nº 22/2010/CONEPE, p.10-11)

Coube sinalizar o papel da articulação da graduação e da pós-graduação em Serviço Social, bem como da mobilização estudantil por meio da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social- ENESSO, mas também da diretoria da ABESS que mobilizou 67 unidades acadêmicas e 200 oficinas, hoje nominada ABEPSS, além da categoria profissional através do Conselho Federal de Serviço Social- CFESS e dos grupos de consultoria pedagógica e de Serviço Social, a fim de assegurar um padrão de qualificação, conforme as ementas.

Esse patamar requereu a flexibilização descentralização e pluralidade no ensino de Serviço Social cujas demandas emergem da realidade dinâmica, marcada pelas transformações científicas e tecnológicas, nas esferas produtivas do mundo do trabalho e das diversas configurações da questão social e das contrarreformas do Estado subserviente ao capital que requisita do/a assistente social a qualificação profissional nos diversos espaços sócio- ocupacionais. Neste sentido a ABEPSS observa e recomenda: “c) Na configuração dos currículos plenos dos cursos, as instituições poderão indicar mecanismo de aproveitamento ou reconhecimento de estudos realizados em cursos sequenciais, cursos de graduação e/ou pós-graduação já realizados pelo aluno.” (ABEPSS, 1996, p.20).

Destarte, a pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social com o foco na reforma agrária popular no Brasil podem contribuir na articulação da graduação e da pós-graduação no aprofundamento e legitimação dos estudos acerca da reforma agrária no Serviço Social, sendo essa investigação o objetivo dessa pesquisa.

O Programa de Reforma Agrária Popular abarcou todos os povos do campo, povos das flores, povos das florestas, trabalhadoras e trabalhadores da agricultura camponesa, indígenas, quilombolas intercalou a soberania nacional as soberanias alimentar, energética e tecnológica de maneira a propor a mudança estrutural fundiária do acesso à terra, à produção e organização camponesa. Tendo como sistematizador da proposição e defendente da bandeira de luta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2022).

No mapeamento das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS com foco na reforma agrária popular entre 2011-2021 foram identificados no Repositório Institucional (RI) da Biblioteca Central (Bicen) da UFS, sendo quantificados 05 trabalhos, 01 no ano de 2014 cujo estado brasileiro estava sendo governado pelo segundo mandato da reeleição do governo Dilma Rousseff ; 01 dissertação no período de 2016 ano do golpe que concedeu por meio do impeachment (impedimento político) de aliados ao governo ilegítimo de Michel Temer em 2017, ano que apresentou mais contradições sociais entre estado, capital x trabalho. Dessa maneira, configurou-se várias manifestações da questão agrária como particularidade da questão social.

É importante destacar que, as formas de enfrentamento da questão social alteraram as relações entre o público e o privado, realidade perceptível nos trabalhos que abrangeram as transformações da década de 1990 até o período pesquisado nos processos de produção e reprodução do capital e da reestruturação produtiva com as propostas de reforma do estado que incidiram uma contrarreforma de regressão de direitos sociais que atravessa o cotidiano de trabalho do/a assistente social que gera mudanças na divisão sociotécnica do trabalho no contexto mundial, sendo o entendimento dessas relações sociais um pressuposto para a formação profissional elencado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e que se articulou a pós-graduação em serviço social nos objetivos específicos do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFS “realizar pesquisas sistemáticas sobre a realidade social brasileira e o próprio Serviço Social, contribuindo para subsidiar ações profissionais e outros processos alternativos e para o avanço da produção do conhecimento no campo da profissão e de áreas afins”(RESOLUÇÃO Nº 22/2010/CONEPE, p.02).

Para entendermos as pesquisas sobre a reforma agrária no Serviço Social foi realizado um levantamento dos trabalhos no período de dez anos, relacionado com os

princípios do Código de Ética, da Lei Regulamentação da profissão de assistente social, o Projeto Pedagógico do Bacharelado da UFS e as diretrizes curriculares da ABEPSS considerando a conjuntura de contradições da questão agrária como particularidade da questão social.

**TABELA 02–TRABALHOS SOBRE SERVIÇO SOCIAL E REFORMA
AGRÁRIA – UFS (2011-2021)**

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
SERVIÇO SOCIAL				1		1	3				

Fonte: Repositório Institucional da UFS/Bicen,2021.

Todos os temas dos trabalhos relacionaram os temas com elementos dos princípios do Código de Ética e o artigo 4º e 5º da lei de regulamentação da profissão mencionados no início desse tópico. Entre 2011 a 2014 o primeiro tema a ser estudado foi a Questão Agrária e Questão Social: mediações do caso brasileiro. Ao eleger a relação entre questão social e questão social buscou-se apreender o Serviço Social no processo de produção e reprodução da vida e do trabalho como profissão que intervém na questão social entendendo as contradições do desenvolvimento capitalismo financeiro ou monopolista. Esses elementos são preconizados no primeiro pressuposto norteador das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) se conectou com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social/UFS no seu objetivo específico do quando buscou “formular e implementar propostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, em resposta às demandas das classes sociais, em especial dos segmentos excluídos e pauperizados da classe trabalhadora brasileira.” (RESOLUÇÃO Nº 22/2010/CONEPE, p.02)

Dessa maneira, foi apreendido a relação do Serviço Social com fundamento básico de sua existência - a questão social e questão agrária mediatizada pelos processos sócio históricos e teórico-metodológicos do trabalho no campo brasileiro, um segundo pressuposto norteador das Diretrizes Curriculares que foi articulado com terceiro pelos marcos da ideologia neoliberal e no reordenamento capital x trabalho, o conjunto de contrarreformas da reforma agrária de mercado e mercantilização da terra e das requisições do Serviço Social e da reforma agrária como disputa histórica das classes

sociais tornou-se nítido que no processo de trabalho do/a assistente social é determinado pelo contexto estrutural e conjuntural da questão social e das formas de enfrentamento dos/as trabalhadores e trabalhadoras, do Estado, do Capital, das lutas sociais e políticas sociais, quarto pressuposto das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) que se interligou com objetivo específico do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social/UFS ao “inserir-se no conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho, com competência em sua área de desempenho.” (RESOLUÇÃO Nº 22/2010/CONEPE, p.02).

3.2.1-Dissertações e Produções Científicas Produzidas na Pós-Graduação em Serviço Social/UFS sobre a Reforma Agrária Popular sob Abordagem Marxista/Marxiana (2011-2021)

Na dissertação Questão Agrária e Questão Social: Mediações do Caso Brasileiro (DUARTE, 2014) coadunou para o entendimento da relevância da reforma agrária no Serviço Social e apercebeu as reflexões do campo brasileiro legitimando os pressupostos norteadores das diretrizes curriculares de 1996 articuladas ao Código de Ética de 1993 visivelmente no Título II- Dos Direitos e das Responsabilidades Gerais do/a Assistente Social, Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social, alínea “c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código” (CFESS, 2012, p.26).

Nesse sentido o trabalho aborda a concepção da reforma agrária popular, embora não a tenha sido expressa nomeadamente. Fez necessário a menção da realidade de expropriação do projeto social que se direciona do colonialismo para o neocolonialismo com os investimentos do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista e suas dimensões econômicas, sociais que afetam as políticas sociais na América Latina, particularmente no Brasil com a retirada da pauta da reforma agrária no Governo João Goulart e a ditadura civil-militar com o golpe de 1964. Entretanto, os movimentos indígenas, quilombolas e camponeses se mobilizam na luta pela terra e reforma agrária popular (MST,2021).

O segundo trabalho intitulado Participação Social, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano (MOREIRA,2016) também aborda os elementos dos três pressupostos norteadores da Diretrizes Curriculares da

ABEPSS (1996), articula os Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Formação Sócio- Histórica da Sociedade Brasileira e do Trabalho Profissional. O primeiro ao entender o ser social camponês enquanto totalidade histórica da realidade brasileira e do trabalho profissional, de modo a compreender o camponês e camponesa no processo histórico da sociedade burguesa que impôs os moldes de formação social brasileira do escravismo à esfera do trabalho precário capitalista, de maneira não linear e requereu da categoria trabalho a centralidade para as análises dos processos de reprodução da vida social com manutenção da propriedade privada, a monopolização da terra e avanço do agronegócio e da formação de consciência das classes sociais organizadas nos movimentos sociais do campo x latifundiárias dentre outros

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira foi expressivo nos pilares da pesquisa na compreensão do contexto político, econômico, social e cultural vinculado ao capitalismo dependente que gerou desigualdades regionais no mundo e no país e expressões da questão agrária e agrícola tais como a concentração fundiária, a produção no regime de commodities para exportação e atendimento as necessidades do capital presente desde o início da formação social brasileira. Assim, requereu padrões produtivos e de acumulação do capital por meio da espoliação do trabalho e atendimento ao desenvolvimento capitalista que se apresenta hoje no trabalho escravo, precário, expropriado de direitos sociais a exemplo dos trabalhistas e previdenciários dos meios de produção no acesso à terra e a sua permanência.

De tal maneira, que o Estado foi chamado a regulamentar as relações sociais a favor da elite em detrimento do trabalho, da democratização da terra e da equidade social de negros (as) que foram excluídos da posse da terra das comunidades tradicionais e da ausência histórica da demarcação de terras nativas, por conseguinte, o Estado foi mencionado como máximo para o capital e mínimo para o trabalho.

Nesse contexto o trabalho do assistente social é requisitado para contribuir no processo de reprodução da vida social e material do capital, sendo este o significado social da profissão, que se direcionou no enfrentamento do projeto neoliberal e para a defesa do projeto profissional de acesso aos direitos dos povos do campo, a exemplo a reforma agrária popular. Essa proposta se entrelaçou com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFS no objetivo específico de “assessorar e executar políticas sociais públicas e privadas, articuladas aos movimentos sociais e realizar

pesquisas sistemáticas sobre a realidade social brasileira e o próprio Serviço Social, contribuindo para subsidiar ações profissionais” (CFESS, 2012, p.02)

A junção do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social/UFS, das diretrizes curriculares da ABEPSS, com os princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993) destacou-se no concerne ao Capítulo I- Das Relações com os/as Usuários/as, Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as, na alíneas “a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (CFESS, 2012, p.29). Ao mesmo em que ratifica a importância de “g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.” (CFESS, 2012, p.30)

Outro elemento relevante desse trabalho foi a constituição dos direitos do/a assistente social de acordo com o Capítulo IV- Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil, Art.12, item “b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.” (p.34). Ratificou-se os deveres da categoria no Art. 13, item “c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.” (CFESS, 2012, p.35).

O estudo realizado acerca da participação do movimentos sociais corroborou com a proposta da reforma agrária popular ao afirmar que a terra é de quem viveu e trabalhou nela - os povos do campo, seja camponeses e camponesas, seja a juventude, indígenas, quilombolas dentre outros, reforçou mecanismos de participação como Conselhos, Conferências, plebiscitos e outros que dimensionam a relação sociedade civil e Estado no planejamento de ações cujo horizonte tem o firmamento no projeto societário que também abarca a agricultura camponesa e questiona os modelos de desenvolvimento de comunidade com tendências dos organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial.

A dissertação caminha na direção do enfrentamento do projeto neoliberal que se contrapõe a luta pelo acesso à terra, pois a reforma agrária contraria os interesses do capital representado pelas grandes empresas transnacionais, o agronegócio, a produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e exaurimento dos bens da natureza ou públicos. (MST,2021).

No trabalho intitulado *As Condições de Trabalho dos Cortadores de Cana-de-Açúcar em Alagoas e os Mecanismos de Fiscalização dos Direitos Trabalhistas* (SILVA, 2018) tornou ainda mais visível direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social, que podem ser encontrados no código de ética, no Título II, que em matéria dos direitos assinala na alínea “g- pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população” (p.26), de maneira que os conhecimentos adquiridos na pesquisa em matéria Serviço social são pronunciados.

Enquanto especialização do trabalho coletivo, acerca do mundo do trabalho no campo e a precarização dos direitos trabalhistas e sociais, configurou-se da escravidão a incorporação da expropriação dos meios de produtivos para o acúmulo de Capital, sendo analogia do trabalho escravo uma expressão da questão agrária que toda a coletividade deve se questionar e defender a liberdade como um valor humano universal e soberano do país. Esses valores defendidos pelos/as assistentes e explicitados na pesquisa requereram do/a pesquisado/a consciência da plenitude do seu direito como alicerça o documento na alínea “i- liberdade na realização de seus estudos Código de Ética e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.” (p.25-26).

O conhecimento dos direitos também implicou na sedimentação dos deveres do/a assistente social, de modo que, projetou no trabalho de pós-graduação a necessidade do/a profissional “Art. 3º São deveres do/a assistente social: a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor” (CFESS, 2012, p.27).

Por conseguinte, a reforma agrária foi como uma expressa demanda necessária dos sujeitos e sujeitas coletivos pela terra, sendo esse o primeiro eixo mobilizador do programa de reforma agrária popular (MST, 2021). Outra característica da pesquisa realizada na pós-graduação que se articula a demanda do/a ser camponês referiu-se indiretamente ao segundo eixo, ao mencionar política pública do estado, que historicamente na sua formação social atendeu aos desejos da burguesia agrária e urbana e pôs a margem reforma agrária como pauta necessária para transformação das relações de poder que beneficie o camponês/a e classe trabalhadora, sendo essa pauta o terceiro eixo mobilizador do programa de reforma agrária popular (MST, 2021).

Ao direcionar a pesquisa na centralidade da categoria trabalho, além de mencioná-la como categoria de pesquisa no campo e da sua apropriação pelas políticas

sociais, ratificam as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social seja na articulação dos pressupostos norteadores, seja nos núcleos de fundamentos articulados, destacou-se segundo Núcleo de fundamentos da formação sócio- histórica da sociedade brasileira (CFESS, 1996) e contribuiu para o trabalho, a formação profissional e o entendimento da questão agrária como particularidade da questão social, que o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social enfatiza no

Art. 3º Como perfil o Bacharel em Serviço Social deve ser um profissional que atua nas expressões da questão social com vistas à formulação, implementação e gestão das propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (RESOLUÇÃO Nº 22/2010/CONEPE-UFS, p.02).

A Reforma Agrária no Governo Dilma (SANTOS SILVA, 2017) fez uma relação ao programa de reforma agrária popular os quatro eixos de terra, natureza, sementes e produção foram evidenciados como alicerces para a realização da reforma agrária, com consciência da necessidade de alteração das relações de poder que perpassam desde da distribuição da terra, as acesso as políticas sociais e suas implicações da ausência da reforma agrária para o desenvolvimento social e econômico do país, cuja elite parasitária foi incapaz de realizar essa transformação, conforme mostrou Florestan Fernandes em A Revolução Burguesa no Brasil (2006), que mostrou o fracasso do desenvolvimento capitalista no Brasil de atender a própria demanda da realidade brasileira e inseri o país de maneira mais elevada no contexto mundial.

Deve-se partir da compreensão que reforma agrária não é apenas a distribuição fracionada da terra, mas sim uma redistribuição de direitos, de poder e de renda, articulados ao uso coletivo e cooperado, com a finalidade de promover a transformação na estrutura política e social do campo. Pensar a questão agrária hoje remete a outras questões, sendo a reforma agrária a solução democrática possível e inerente à política. “A reforma agrária já não é mais hoje no Brasil uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 41 - grifos originais).

Mesmo com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/ 1964 no Art. 1º e 2º afirmar o direito e regulação dos imóveis rurais, condicionar o acesso à terra a função social da mesma. Art. 3º “O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou

estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas[...]” (BRASIL, 1964). Tais medidas tentaram substituir pequenos minifúndios que não resolveu a estrutura fundiária e buscou silenciar as vozes de lutas coletivas como das Ligas Camponesas e do golpe civil-militar eliminou a possibilidade de realização de reformas de bases dentre essas a reforma agrária no governo de João Goulart.

A pesquisa intitulada Decifrando o Enigma: A Pobreza na Raiz da Financeirização e a Mediação do Agroamigo no Rural do Município de Arapiraca-AL (ALVES DUARTE, 2017) destaca-se ao apreender os elementos do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira (ABEPSS, 1996) que explana sobre a questão agrária e agrícola, a dependência urbana e do capital financeiro. Neste sentido, apreende o movimento de contradições do capital pela renda terra, controle dos fluxos de capitais pela mediação financeira dos bancos nas estratégias de financiamento da agricultura familiar por meio das políticas públicas funcionais ao capital financeiro, que extraem o excedente do trabalho camponês e cria mecanismos de manutenção da dependência dos/as pequenos/as agricultores por meio do crédito bancário.

Mesmo não existindo uma disciplina específica na estrutura curricular da graduação e escassos recursos para a pesquisa no Brasil, além do fato que serviço social tendência para as temáticas mais emergentes. O trabalho tem no seu conteúdo uma forte vinculação com a proposta de matéria da Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais das diretrizes curriculares, haja vista por ao salientar a reprodução da pobreza e da exclusão em meio urbano e rural, o desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias, que não corresponde somente a “esfera industrial”, o que gerou demandas de intervenção no Serviço Social e desmistificou o estatuto de profissão urbana, conforme Duarte (2015) e vinculou sua reflexão ao “Art. 4º As competências e habilidades a serem adquiridas pelos bacharéis” (p.02) e Art. 7º A estrutura curricular do Curso de Serviço Social do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social/UFS ao fornecer subsídios teórico-metodológico da vida social,

II-Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. (RESOLUÇÃO Nº 22/2010/CONEPE-UFS p.03)

Tendo em vista que, a teia de redes do capital financeiro e marcou a divisão internacional do trabalho no campo brasileiro com os pacotes tecnológicos, a mercantilização da terra, a monopolização pela renda dos garimpos, da mineração, da grilagem, da ausência de reforma agrária e proposta da reforma agrária de mercado na tentativa de esvaziamento das lutas coletivas através da refuncionalização das políticas públicas de financeirização e da pressão dos movimentos camponeses pelo atendimento das suas demandas concretas que impactam nas condições de vida, trabalho e traz impactos sócioambientais. A temática da pobreza na raiz da financeirização contribuiu com o debate da reforma agrária popular a partir dos objetivos gerais: “a) eliminar a pobreza no campo; b) combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que tem suas raízes na concentração da propriedade e da produção” (STÉDILE, 2013).

**QUADRO 02- Temas das Dissertações sobre à Reforma no Serviço Social
(2011-2021).**

TEMÁTICA
Questão Agrária e Questão Social: Mediações do Caso Brasileiro. (D1)
Participação Social, Movimentos Sociais E Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano. (D2)
As Condições de Trabalho dos Cortadores De Cana-De-Açúcar em Alagoas e os Mecanismos de Fiscalização dos Direitos Trabalhistas. (D3)
A Reforma Agrária no Governo Dilma. (D4)
Decifrando o Enigma: A Pobreza na Raiz da Financeirização e a Mediação do Agroamigo no Rural do Município de Arapiraca-AL. (D5)

Fonte: Repositório Institucional da UFS/Bicen,2021.

No sentido de apreender a política de reforma agrária popular e tendências de desmontes à luz das diretrizes da agenda neoliberal no Brasil nas produções da graduação e pós-graduação serviço social da UFS. Os princípios norteadores das diretrizes curriculares foram elementares o plano comum dos cursos de Serviço articulados com o projeto profissional construídos nas décadas de 80 e 90, agregado a pós-graduação pela sua capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na formação e

trabalho do/da assistente social e do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social e suas alterações na Resolução nº 22/2010/CONEPE/UFS.

Assim, ao analisar a dimensão teórico- metodológica dos trabalhos de dissertação e sua junção com a temática da reforma agrária popular no Serviço Social, a perspectiva predominante do materialismo histórico-dialético foi sem dúvida base de todas as produções científicas. De forma, que foi perceptível a busca do/a sujeito/a que pesquisa na perspectiva histórico-crítica, fundamentada no materialismo- dialético a ultrapassagem da aparência para a essência (LIMA, 2015).

Entretanto, poderia se extrair dele mais determinações da realidade social a exemplo do embasamento dos/as autores/as mais coerentes com a perspectiva adotada, evitando assim, o ecletismo, em que trabalhou o reconhecimento do camponês como ser vive e trabalha no campo. Porém, ao analisar as classes sociais da relação capital x trabalho e compreender a luta camponesa como luta de classes sociais frente ao capital se embasou em autores/as que transformaram o ser camponês em “empreendedor rural”. O que demonstrou uma confusão sobre a ontologia do ser camponês ou identidade camponesa, não a reconhecendo como classe social. Para Shanin (2008) o camponês busca flexibilização ou plasticidade do trabalho no campo e na cidade, sendo a condição da ontológica a sua capacidade de resiliência ou permanência na condição de camponês em tempo de crise e das expressões da questão agrária.

De acordo com Marques (2008) à luz da dialética “interior-exterior” possível a compreensão sobre a proletarianização de grande parte dos camponeses; a intensificação de lutas de resistência, a afirmação de identidades territoriais; a transformação, diversificação das atividades e o surgimento, a recriação de novos camponeses. Os novos camponeses são uma nova roupagem da questão agrária, uma vez que, a estrutura fundiária foi concentradora e excludente, negou o modo de vida e trabalho camponês, cada vez mais influenciado pelo discurso empreendedor na produção rural.

Assim sendo, a existência do “empreendedor rural” afirma ou escamoteia que não há camponês, não há pobres no campo e nem sequer o conflito de classes sociais com o desenvolvimento desigual e combinado no campo brasileiro. Se tornou perceptível a ausência de entendimento do/a camponês/a ou da identidade de classe social, que foi ressignificada a partir da reestruturação do capital no campo brasileiro, o agronegócio.

O valor trabalho, o duplo caráter do trabalho no valor de uso e valor de troca, entendido por Marx (2009) nos estudos da economia política em O Capital. O trabalho

camponês serviu para atender necessidades específicas de vida e trabalho, por meio do tempo socialmente necessários opera matérias, instrumentais e resultado, trabalho útil que possui valor de uso e no conjunto de diferentes mercadorias, na diversidade de gênero e espécie que se dá na divisão social do trabalho e trabalho útil condição de existência do ser camponês. À medida se fizeram presente nas leituras, bem como a compreensão do objeto de pesquisa tal como ele em si mesmo como assinala os Manuscritos Econômicos-Filosóficos (2009), pode compreender a perspectiva do

“Materialismo histórico-dialético, tendo em vista sua potencial contribuição para desvelar a realidade dos fenômenos em estudo e se constituiu em um estudo exploratório, com intuito de desenvolver e modificar conceitos e ideias, a fim de suscitar elementos para trabalhos posteriores.” (D1);

“A formação social refere-se à dimensão histórico-concreta do modo de produção, envolvendo o conjunto de mediações que determinam as formas nas quais se gestam as relações sociais do modo de produção (SANTOS, 2012).” (D2);

“O **materialismo-histórico-dialético** é o método que se apresenta como aporte essencial desta investigação, por meio do qual buscou-se reproduzir teoricamente o movimento real e efetivo do objeto. Este método exige a visualização dos fatos sociais, a partir de sua totalidade e foi assim que se tornou possível a esta pesquisa desvendar algumas das mediações da relação entre questão agrária e “questão social”. Vistos a partir da totalidade social, esses fenômenos foram explicados por suas relações dialéticas.” (D3).

A ética apareceu na formação associada a discussão da reforma agrária popular, conforme as diretrizes curriculares, o princípios do código de ética de 1993 e da lei 8662/93 de regulamentação da profissão, pois reconheceu o papel de defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora por meio dos sindicatos rurais, mas também da proposta da reforma agrária popular pelo seu caráter de construção coletiva. Também foi evidenciada, a catarse da perspectiva Gramsciana como luta de classes que se dá a passagem do ser econômico, apenas para o ser ético-político, sendo esse o desafio da classe trabalhadora.

Neste sentido foi apreendido a respeito da política de reforma agrária popular, tendências da dimensão ética por meio da ontológica do ser social direcionada para a supressão das relações de exploração capital x trabalho, coaduna com o projeto profissional. A influência do pensador György Lúkacs (2012) se fez presente que participou do renascimento do marxismo a partir de uma crítica radical e contemporânea

da dinâmica da economia capitalista feita com o seu arcabouço filosófico, da ética, da estética, da ontologia como introdução da ética, da concepção da categoria particularidade quando referiu-se na teoria da vida cotidiana e da imposição ontológica do pensamento.

Os trabalhos constatarem os desmontes à luz das diretrizes da agenda neoliberal no Brasil de modo que recusou o projeto neoliberal e buscou o fortalecimento da agricultura camponesa. Um dos trabalhos se embasou na autora Scherer-Warren (1984) que falou da concepção de luta dos movimentos sociais de libertação das classes sociais, segundo Marx. Percebe a descaracterização do Estado pelas políticas que inseriu nos território rurais o município de N. Sr.^a de Lourdes sem histórico de luta na região, mas foi definido pela política pública de desenvolvimento rural sustentável como pertencente ao território do Alto Sertão Sergipano na produções pós-graduação serviço social da UFS que defenderam a reforma agrária e o projeto camponês;

“Gramsci (2001) chama esse momento de transição, na qual a “classe em si” torna-se “classe para si”, de catarse, porque a consciência deve elevar-se do particular para o universal, dando origem a uma sociedade emancipada. Para o autor, o termo catarse representa a passagem do “momento meramente econômico (egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (Ibid. p. 314). (D1)

“análise ontológica da relação entre questão agrária e social, se apresenta no movimento histórico e dialético, no qual a questão agrária reaparece, como expressão do desenvolvimento capitalista e, portanto, das relações de exploração entre capital e trabalho que caracterizam a “questão social” (D2)

“Em muitos estudos sobre esse tema há consenso de que a modernização da agricultura impondo um modelo de desenvolvimento importado dos países centrais, de fortalecimento do projeto neoliberal (excludente, depredador do meio ambiente, concentrador de terra e renda), estava se esgotando.” (D3)

“Scherer-Warren (1984, p. 24) em seus estudos sobre os movimentos sociais observou que —a contribuição de Marx para análise dos movimentos sociais de libertação das classes socialmente oprimidas foi uma das mais ricas já realizadas. A autora analisa as categorias práxis, projeto, ideologia, organização e direção do movimento, contudo, enfatizou a práxis que aparece em Marx —como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza.” (D4)

“Nossa Sra. de Lourdes, que não possui assentamentos de Reforma Agrária e não se insere nas lutas históricas pela terra, passa a fazer parte do Colegiado por insistência da participação de representantes do Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) com assiduidade, sendo reconhecido pela SDT.” (p.23, nota de rodapé). (D4)

“Assim, a experiência do Colegiado do Alto Sertão Sergipano expressa, com todas as limitações e desafios, uma inovação no controle social das políticas públicas pelo seu caráter motivador, participativo e com grande capacidade de mobilizar pessoas e organizações centradas na Reforma Agrária e no projeto camponês de agricultura familiar em âmbito territorial, na busca de melhoria das condições de vida e trabalho da população rural.” (D4).

A dimensão política de reforma agrária popular nas produções da graduação e pós-graduação serviço social da UFS caminharam juntas e indissociáveis na apreensão da luta capital-trabalho; defesa da luta dos/as trabalhadores/as, fez uma profunda crítica da formação social do estado alagoano, evidenciou a formação histórica dos processos sociais contemporâneos cujo perspectiva do código de ética de defesa do trabalho em detrimento a lógica do capital, além do horizonte redistributivo da grande propriedade improdutiva. Entendeu que elite brasileira nem deseja a reforma agrária, mostrou a importância da luta de classes para alterar as relações de poder, de modo que lutou no processo histórico pela reforma agrária no Brasil. Destacou-se a dimensão ético-político da perspectiva Gramsciana da catarse cujo horizonte ético –político de superação da classe trabalhadora por meio da luta de classes e o alcance da liberdade.

A reforma agrária no Serviço Social está sendo criticada por meio formação social brasileira como bem assinalou o Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira das diretrizes curriculares. Na desconstrução de conceitos de advindos do projeto neoliberal, de mercantilização da terra e defesa da reforma agrária de mercado, desmistificou o desenvolvimento rural sustentável de viés orientador do Banco Mundial que capitaneou os interesses do Estado a serviço do Capital, sobretudo da elite brasileira aliada ao capital internacional.

Essa organização das elites foi concentradora de terra e responderam aos embates com o campesinato através da barbárie. O direito à terra foi buscado pela elite para mantê-lo ao seu favor. Enquanto, os/as camponeses e camponesas buscaram para questionar o cumprimento da lei. “Mas, as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2003, p. 115).”

“A violência é direcionada não apenas para aqueles trabalhadores que lutam pela reforma agrária, mas também para os que denunciam o patrão na justiça

do trabalho pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas. Isso ocasiona perseguições e mortes, o que se caracteriza como uma forma de dominação sobre o trabalhador. Albuquerque (2009) relata que, em geral, os praticantes de tais atrocidades são pistoleiros e policiais que cumprem essa função quando contratados tanto por fazendeiros quanto por usineiros.” (D1)

“O Estatuto da Terra conferiu aos termos latifúndio e minifúndio o estatuto de categorias legais e estabeleceu critérios quanto à definição da dimensão de área, às modalidades e tipos de utilização da terra, bem como à natureza das relações de trabalho (MENDONÇA, 2010). Não foi mais que “um mal necessário”, que ao conter a pressão dos movimentos sociais, impunha o novo modelo de desenvolvimento que deveria ser vigente no campo. Essa imposição foi feita de acordo com os interesses da classe dominante agrária, que alteraram o documento para evitar qualquer impacto redistributivo na grande propriedade improdutiva.” (D2);

“Nesse ínterim, a reforma agrária brasileira tem a conotação “mercadológica” e conta com a legitimação do Estado para garantir os interesses do setor privado e dos organismos multilaterais. “No contexto das políticas neoliberais, a novidade mais central é que a reforma agrária adquire condição de uma política pública com ‘caráter mais social’, descartada da dimensão econômica.” (LUSTOSA, 2012, p. 24). Ganham destaque nesse cenário os programas de cunho compensatório e assistencialistas, que camuflam a realidade rural brasileira e não interferem nos fundamentos da questão agrária.” (D2)

“Ainda na perspectiva de um governo populista, alinhado com as demandas sociais, João Goulart, em 1962, lançou as —Reformas de Base propondo mudanças estruturais nos setores bancário, fiscal, urbano, administrativo, universitário e agrário. Apesar de não terem sido aprovadas pelo Congresso Nacional, o que gerou reações por parte dos movimentos populares, movimento estudantil, movimento sindical e dos partidos políticos progressistas, seu posicionamento político contrariou setores conservadores da elite brasileira, especialmente, os latifundiários que não desejavam a reforma agrária. Tal situação levou, entre outros, a chegada dos militares ao poder.” (D4)

“Assim como a Contag, outros movimentos sociais do campo, assessorias de assistência técnica e ONG’s acreditam que o desenvolvimento rural sustentável passa necessariamente pela (re) distribuição de terra através da reforma agrária, elemento estratégico para maior produção de alimentos, além de inibidor do êxodo rural que, historicamente, contribuiu para o aprofundamento da questão social.” (D4)

“Quanto ao acesso à terra foram criados programas de financiamento a compra e venda da terra a exemplo do Banco da Terra (1994) e posteriormente o Programa Nacional de Crédito Fundiário (2003), que se expressam na mercantilização da Reforma Agrária. (D4)

É na emergente alternativa estratégica à crise do modelo econômico, mediante refuncionalização das políticas públicas sob o ideário neoliberal que o Banco Mundial terminou secundarizando algumas políticas, a exemplo da própria definição de política de reforma agrária e, de tal maneira que programas voltados para o financiamento de compra e venda de terras passaram a ser —instrumentos de reforma agrária. Essa inserção mercantil do agricultor

encoberta pelo discurso de —alívio da pobreza, afina-se às orientações de políticas pró-mercado. Sob esse ideário, os ajustes recomendados nas diretrizes anunciadas no chamado Consenso de Washington, orientaram a adoção pelos diferentes países da África, da Ásia, da América Latina e também no Brasil da chamada reforma agrária de mercado. Impulsionados por essa lógica, tal reforma agrária tornou-se o mais novo instrumento instituído no processo de acumulação sobre a propriedade fundiária. (SILVA, 2013, p. 25).” (D4)

“Alinhados com o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Fome Zero, 2003), no governo do presidente Lula da Silva, percebem-se alguns avanços nas políticas públicas, em particular no campo brasileiro, com a ampliação dos recursos financeiros e criação de novos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e dos beneficiários da reforma agrária como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), entre outros.” (D4)

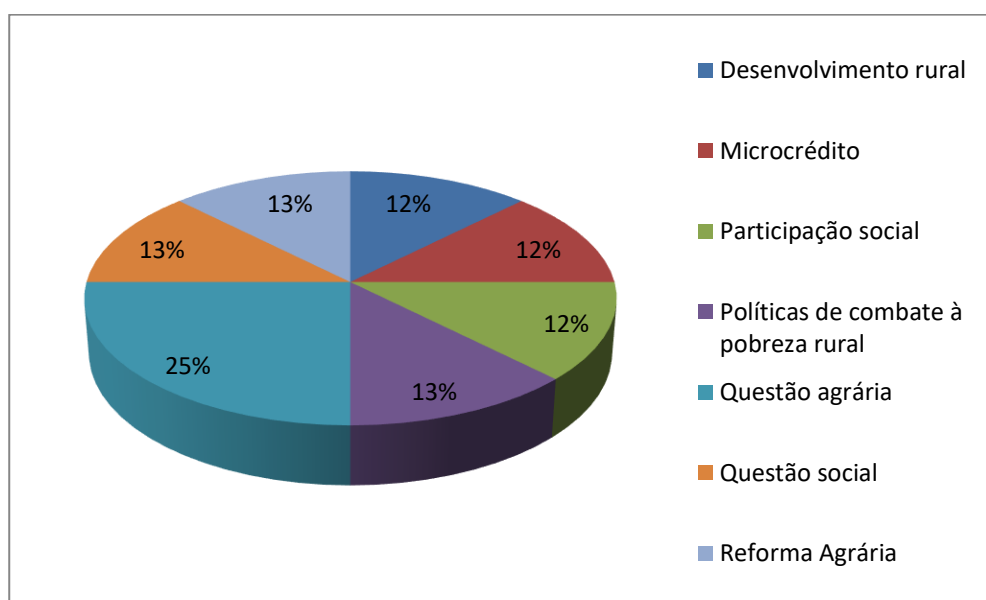
“Isso reforça a importância da luta dos movimentos sociais neste Território, ou seja, em uma região historicamente dominada pelo latifúndio e com alta concentração fundiária. O processo de luta pela reforma agrária tem demonstrado bem essa questão. (D4)

Essa experiência histórica singular evidencia o caráter estrutural da reforma agrária como política pública e sua potencialidade para alterar as condições de vida dos trabalhadores rurais, tanto na superação da —pobreza material, pelo fato do acesso à terra alterar as relações sociais de produção que conformam a estrutura agrária; como da —pobreza política (DEMO, 2003), pela participação em movimentos sociais do campo, suas formas de organização e lutas coletivas. (TANEZINI, 2015, p. 51)” (D4)

“Nesse processo se constitui o Território do Alto Sertão Sergipano que já possuía uma história de mais de duas décadas de luta dos movimentos sociais e que ao longo dos anos produziram uma significativa transformação da configuração espacial e das dinâmicas sociopolítica, econômica e ambiental da região, tendo em vista a conquista de um número expressivo de assentamentos de reforma agrária (INCRA), um reordenamento fundiário seja através do financiamento pelo Programa de Crédito Fundiário ou pela regularização da posse da terra, a exemplo das terras dos índios Xocós, dos quilombolas e de antigos posseiros minifundistas.” (D4)

Os dados do gráfico 2 deixam nítidos os temas trabalhados na produção científica a graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFS no que tange a reforma agrária, questão agrária e questão social: 25% dos (as) pesquisadores (as) elencaram a categoria relevante à questão agrária na sua relação com a questão social, na produção científica; já 13% evidenciaram a questão social, o objeto de intervenção do Serviço Social, enquanto 13% explanam sobre a reforma agrária no bojo do capitalismo brasileiro. Já 13% buscam compreender a intrínseca relação das políticas de combate à pobreza rural

e o território e 12% fazem a reflexão do desenvolvimento rural e sua relação contraditória com a territorialidade. Enquanto, 12% buscam entender o microcrédito e a financeirização nas políticas sociais e 12% pensam na participação dos movimentos sociais nos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CTDRS).



Fonte: Plataformas Digitais, 2021.

No que tange aos objetos de estudos, 02 trabalhos em 2014 e 2017 tiveram como pesquisa a categoria questão agrária, sendo o primeiro na relação com a questão social e o segundo como demanda do Serviço Social, o que aponta uma intencionalidade em pensar nas características dessa relação. Cumpre registrar que, somente em 2014 a questão agrária foi diretamente focada e 2017 compreendida a importância de apreender as demandas institucionais vinda do campo brasileiro, como um requisito para o entendimento do Serviço Social na contemporaneidade, o que nos faz questionar acerca dos fundamentos da profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

O controle social e a participação social dos usuários, a criminalização dos movimentos sociais foi uma preocupação elencada 2016, que se relaciona com as políticas dos territórios da cidadania estimulada pelos entes federais e estaduais. Essa inquietação territorial também surge com a financeirização da economia rural pelo microcrédito em 2017. Nesse mesmo ano mostra-se a ideia de reforma agrária no cerne do capitalismo brasileiro.

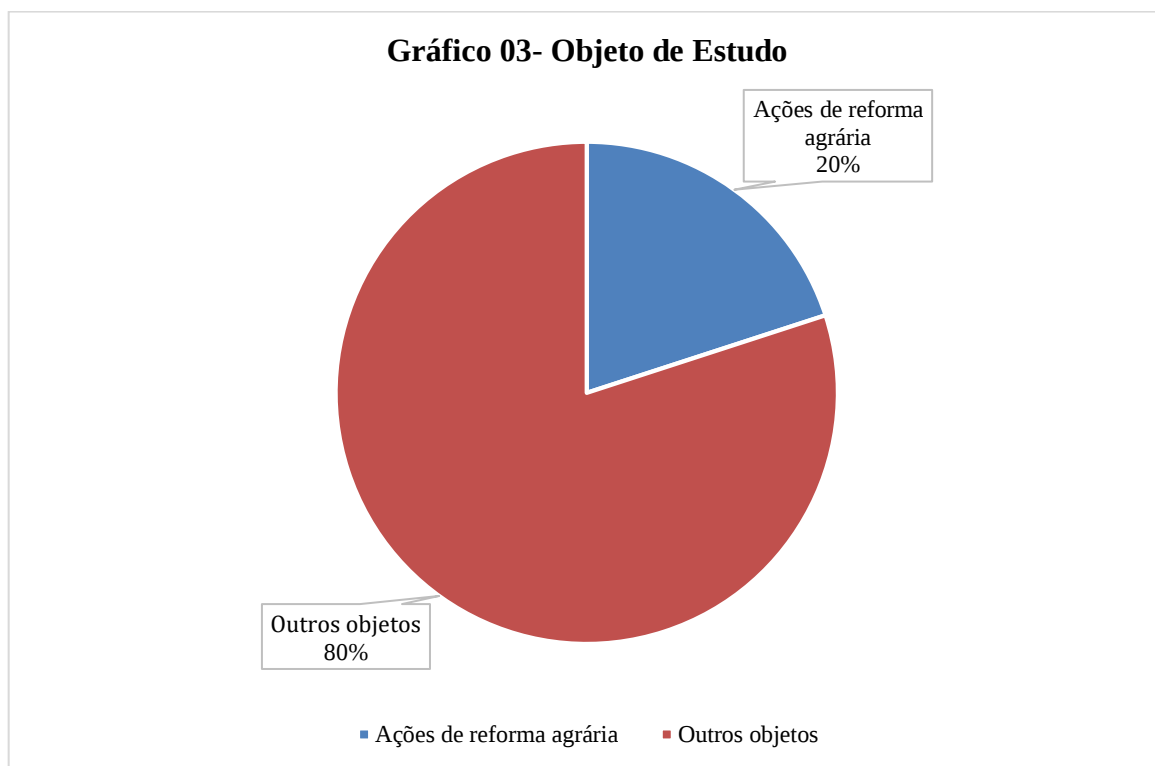
QUADRO 1- OBJETOS DE ESTUDO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA

NO	A	PLATAFORMA DIGITAL	OBJETO
014	2	RI	Relações entre questão agrária e questão social no caso brasileiro
016	2	RI	A participação social no Colegiado do Alto Sertão Sergipano
017	2	RI	Questão agrária enquanto demanda do Serviço Social
017	2	RI	A reforma Agrária no capitalismo brasileiro
017	2	RI	Programas de microcrédito e das políticas territoriais de combate à pobreza rural

Fonte:-Plataformas Digitais,2021.

O gráfico a seguir, dialoga com o gráfico acerca da discussão da reforma agrária no Serviço. Haja vista que, a reflexão sobre o campo se apresentou de forma preambular e quando o cerne foi a reforma agrária a debate foi exordial, realizado acerca da conjuntura no campo brasileiro. Enquanto, os outros trabalhos apresentaram a discussão conjuntural sobre o campo brasileiro da precarização do trabalho, de negação do projeto neoliberal e dos ajustes fiscais nas diversas nuances das configurações do mundo do trabalho e das políticas sociais funcionais ao Capital, da participação e das políticas públicas de crédito e de pobreza rural com vistas as estratégias dos organismos internacionais.

Todavia, há de se investigar novos contextos das questão agrária como particularidade da questão social, a exemplo dos diversos grupos nacionais e internacionais, que se articulam os movimentos sociais, sindicatos, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas que dialogam nas pautas conjuntas de eliminação das desigualdades sociais na alimentação, produção de alimentos nas diversas regiões do Brasil, na defesa da Amazônia e as perdas no contexto político de alianças políticas nacionais e internacionais, junto a composição de uma bancada política de defesa do agronegócio, do desmatamento, da composição da “agricultura familiar e da agricultura familiar camponesa, nas perdas com as pressões na industrialização e as pressões no pecuária, na mineração culminando na expulsão do campo e na desterritorialização.



Fonte: Repositório Institucional da UFS/Bicen,2021.

Ao analisar a concepção da categoria classes sociais apreendendo a práxis revolucionária das produções do Serviço social na pós-graduação, compreendendo que nesta advém dos alicerces da graduação, sendo na maioria das vezes de Serviço Social. As classes sociais encontradas foram trabalhadores (as) rurais, cortadores (as) de cana em Alagoas; dirigentes dos sindicatos dos/as trabalhadores/as rurais de Jequiá da Praia. Além das classes sociais urbanas e rurais, foram destacadas: oligarquias agrárias, burguesia industrial e agrária e do capital industrial baseadas no pensamento de Ianni (2004).

Destacaram-se os camponeses (as), a burguesia rentista, a formação das classes sociais, a partir da questão agrária como processo de acumulação primitiva que tangenciou as classes sociais, os interesses antagônicos entre burguesia e classe trabalhadora subordinada e oprimida que gerou a oposição entre classes internas, de acordo com Oliveira (2003).

A relevância da formação de latifúndios e classes sociais derivantes da acumulação primitiva de capital metropolitano, tendo a propriedade fundiária determinante das classes sociais, também foi categoria para a reflexão, conforme Silva (1982). As classes sociais foram categorias debatidas acerca da Terceira corrente dos

anos 50, S. Lipset (1950) e Heberle (1951) buscava entender os movimentos revolucionários, a mobilização partidária, os grupos, o voto, o poder político e as classes sociais, de acordo com Gohn (1977), que também desvelou os enfoques heterogêneos do núcleo articulador é a teoria da ação social de Parsons e o surgimento de outros paradigmas, a abordagem teórica marxista na Europa a partir das contradições das lutas de classes sociais e outros paradigmas.

“No entanto, Veiga (1984, p. 08) aponta que é difícil que os governos adotem uma reforma agrária que promova alterações significativas na estrutura fundiária brasileira, visto que “além de modificar a distribuição da propriedade da terra, uma 16 reforma desse tipo tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais”. (D1)

“Em uma definição mais recente da questão social, Iamamoto (2012, p. 160) afirma que ela reflete as “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. (D2)

“A concentração de terras é determinada de forma específica pela acumulação capitalista, de acordo com padrão produtivo. Destaca-se pelo interesse do capital internacional, pela determinação da formação social brasileira e na manutenção das classes sociais.” (D3)

“3. A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais.” (D4)

Para entender a categoria renda da terra é apreendida como resultado do contexto capitalista nas produções da pós-graduação de Serviço Social. Entretanto, ainda é pouco citada nos trabalhos acerca da reforma agrária no serviço social, sendo bastante discutida a categoria concentração de renda.

Evidenciou-se nas pesquisas a subsunção direta do trabalho ao capital no semiárido alagoano, os polos assimétricos do minifúndio e da policultura tendo como o cerne extração da renda da terra pelo capital, a extração da renda da terra do crédito e comercialização dos produtos camponeses tendo como base o pensamento de Silva L (2013). Mas também, a reprodução capitalista, a informalidade da subsunção da renda da terra pelo capital financeiro com base na reflexão de Iamamoto (2012) e Oliveira (1991).

As contradições do movimento contraditório na questão agrária como particularidade da questão social que gerou um processo desigual e combinado, sob domínio das transações financeiras dos bancos e estratégias do capital para as medidas de conformatação da política agrária do Estado funcional ao capital. Os índices do Censo Agropecuário (2006) do Estado do Alagoas tem a desigualdade fundiária e índice de *Gini* do país, 0,871 foram a expressão da contradição da expansão capitalista que culminou no acirramento da manifestações da questão agrária e sua relação com a questão social.

Dessa forma, a renda da terra é mediação do capital para se apropriar do mais valor produzido na agricultura camponesa, sendo a terra e o trabalho humano como desprovido de valor cuja essência do produto do trabalho, não pago pelo capitalista se constituiu nos meios de produção, matérias-primas exploração da força de trabalho, conforme Ramos Filho (2013).

Haja vista que, a terra é um bem natural de forma contraditória, a desvalorização da terra e sua fertilidade surgiu como garantia de rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas e incluiu os custos de produção no lucro médio, que culminou na mais-valia social. A mais-valia social foi citada como subtração da renda da terra, a partir das vantagens de lucro nas condições de produção, a renda da terra dividiu-se em renda absoluta e a renda diferencial. Nesse sentido, o pensamento de Marx (2007, p.75), “[...] não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” fundamentou a reflexão da pesquisa científica da reforma agrária no serviço social e explicou como o aparelho estatal respondeu às necessidades de acumulação do capitalismo.

De forma, que abolir a propriedade privada foi condição *sine qua non* no marco citado de superação da superação das relações capitalistas de produção cujas categorias renda da terra, pobreza e exploração são contradições que requerem a condição do livre desenvolvimento de todos (as). No entanto, a renda da terra foi um obstáculo ao acesso à propriedade territorial e o pagamento da renda da terra representou a “reprodução ampliada de capital e a acumulação primitiva na agricultura.” (MARTINS, 1997, p.11). Na pesquisa científica da reforma agrária no serviço social foi questionado o desenvolvimento rural com a expansão capitalista centrada também na renda da terra.

“Assim, envolve um conjunto de problemas próprios ao desenvolvimento do capitalismo no campo, como a concentração fundiária, a proletarianização, a

expropriação, a submissão dos camponeses, a migração para a cidade, a baixa renda fundiária, e a cooptação dos camponeses pelo capital (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Por estas razões, é um tema de indiscutível relevância social, dizendo respeito a questões centrais da produção e reprodução da “questão social” no país.” (D1)

“Por mais que ele não tenha penhorado a sua terra (no caso do Agroamigo Crescer), existe a possibilidade de ter que se desfazer dela para pagar a renda da terra ao capital financeiro. Na fala abaixo, destacamos a angústia da agricultora por medo de perder o único bem que a família possui para pagar a dívida com o banco: Se a pessoa não pagar eles vão fazer o quê? Se a pessoa tiver alguma coisa vai hipotecar, será? Só o que eu tenho é uma casinha lá na Batinga; nós veio pra aqui porque ele [marido] num tinha em que trabalhar, aí nós veio pra aqui pra vê se arrumava ao menos o que comer, porque não tinha mesmo. Aí pá pagar o banco, tamu com mais de três anos pá pagar, endividado e sem arrumar pá pagar! Aí fica complicado. Eu tenho medo, né? Muita gente num se importa não, porque muita gente faz o empréstimo e nem tá aí! Deixa pra lá. Diz: Ah, é do governo o dinheiro, tá: vou pagar não! [...] Eu num sou assim não. Eu mesma se tivesse um meio de vida eu já tinha pagado esse dinheiro, nem que seja todo mês uma parcela pequena, mas eu pagava. (JM 46 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo, 2016)” (D2).

“Destarte, ao lado do trabalho assalariado mantêm-se relações arcaicas totalmente articuladas à reprodução capitalista, como a agricultura familiar, a peonagem, o regime de parceria e a informalidade, submetidas ao jugo da renda da terra e do capital financeiro, comercial e industrial (IAMAMOTO, 2012). Sobre essa questão, Oliveira (1991, p.20)” (D2)

“[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas.” (D2)

“O que o capital subjuga é a renda da terra por meio do controle dos fluxos de dinheiro com a mediação financeira dos bancos, no tocante às estratégias de financiamento e comercialização da produção familiar. Assim, em setores como a produção de alimentos, que possui uma renda baixa, o capital cria as condições necessárias para extrair um excedente econômico, principalmente por meio da dependência de pequenos agricultores pelo crédito bancário, que transfere o (mais) valor produzido por eles para se realizar nas mãos do capital.” (D2)

“Diante dessa constatação e dos dados acima apresentados na caracterização fundiária de Alagoas, particularmente do semiárido, reforça-se a tese de que, embora o capital não tenha renunciado a propriedade da terra, a principal estratégia de acumulação do capital no agreste e sertão é o controle dos fluxos de dinheiro, ou seja, da renda da terra, principalmente por meio da mediação financeira dos bancos.” (D2)

“Uma década depois, a discussão sobre a temática do desenvolvimento rural sustentável aparece no Brasil, em um contexto de construção de uma nova Constituição, que instituiu mudanças políticas, sociais e econômicas importantes. Estava em debate e questionamento o modelo de desenvolvimento rural adotado ainda nos anos 1950, na expansão do capitalismo agrário, cujos princípios e fundamentos estão centrados no aumento dos lucros através da produtividade, neste caso, da produção agrícola e pecuária, além da renda da terra.” (D4).

Em relação a categoria conflitos nas pesquisas das dissertações de Serviço Social sobre a reforma agrária no Serviço social foi apreendida com ênfase na relação capital x trabalho, assinalada pela violência, sobretudo, com àqueles que trabalham no campo e lutam pela reforma agrária no acesso ao quesito básico da terra, baseou-se em Fernandes (2008) ao ratificar que 83% dos assentamentos criados em 13 estados são fruto de ocupações e conflitos por terra.

De maneira que, conflito e violência andam associados contra camponeses, indígenas e comunidades tradicionais (DATA LUTA, 2015, p. 06). O confronto de comunidades tradicionais sob pressão do agronegócio contra demarcação das terras; conflitos territoriais e sociais no MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) com impacto ambiental. As desavenças territoriais e sociais geraram degradações ambientais e foram reedições da ‘Marcha para o Oeste’ (1940-1970), baseou-se em Sauer; Pietrafesa (2013) e Pietrafesa (2016) a pesquisadora.

Mas não somente terra, os enfrentamentos foram notados quando envolve a relação patrão e empregado, além das denúncias na justiça do trabalho dos retrocessos dos direitos e do poder dos sindicatos na luta contra a exploração do trabalho pelo capital, mediado por relações de poder e conflitos intrafamiliares, conforme Harvey (2011).

A divergência também foi de interesses quando envolvem as políticas sociais e as direções que as tomam sob a concepção do Banco Mundial e a funcionalidade do II PNRA que mistifica a ligação entre Capital, estado e políticas sociais em detrimento dos interesses camponeses. Criou-se diversos programas sociais destinados conter o embate no meio rural, a exemplo Agroamigo, de modo que gerou coesão para as discrepâncias sociais que contrariaram a lógica do mercado de terras, refletiu-se de acordo com Pereira (2005).

A linguagem foi apontada como motivo de conflito entre a concepção de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro-PCB, Ligas Camponesas e da Igreja Católica e o estado afirmado como conflito de classes com base no pensamento de Castelo (2010 apud GONÇALVES, 2012) que na história reprimiu a reforma agrária desde a ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, obteve subterfúgio no “atraso” dos conflitos de terras como forma de estratégia dos militares para inserção do capital na região amazônica e expulsão dos nordestinos da terra para o investimento de capitais no antigo e atrasado latifúndio.

Outro ponto de crítica está relacionado à “nova” questão social entendendo que ao se deparar com as expressões da “velha questão social” a exemplo da violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc. são consideradas refuncionalização das velhas práticas sociais da lógica de acumulação advindas dos porões da globalização (NETTO, 2007, p. 156) que sedimentou a discussão.

Neste sentido, a categoria mediação de conflitos de classe apareceu como forma de administrar crises do sistema capitalista para que a mundialização do capital financeiro flua livremente além das fronteiras nacionais e tendo como suporte a esfera política para assegurar acumulação capitalista no território, empréstimos e condições de produção e rentabilidade dos capitais.

Por outro lado, a sobrevivência do próprio campesinato, baseada em Silva N, (2013) foram evidenciadas as assimetrias socioeconômicas geradas pelo capitalismo na agricultura. Assim, o paradigma do “tratamento para com os pobres” emergiu com relevo no campo e desmobilizou conflitos de classe para discutir gerenciamento de recursos, promoção do desenvolvimento rural e de políticas públicas de crédito rural.

O termo desmobilização dos conflitos no campo também foi bastante nítido para que a especulação mobiliária buscasse a reforma agrária tradicional com a “participação do estado” funcional ao mercado financeiro, incentivou as reformas do BM e “as mudanças de paradigmas”, que desfavoreceram o campesinato, sendo assim, contrarreformas que tenderam ao amortecimento do conflito de classes sociais, dos conflitos étnico e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc. no meio rural e urbano por meio de ajustes fiscais e gerenciamento de políticas públicas.

As conflagrações das classes foram metamorfoseadas nas políticas agrárias e agrícolas de acordo com o interesse da oligarquia tradicional (FERNANDES, 1976)

resguardando os interesses materiais tradicionais. A questão agrária se metamorfoseou com a ascensão capitalista no fechamento das fronteiras e apropriação do capital, desapropriação, pauperização, ausência de abastecimento de gêneros alimentícios, recorrendo a importações que gerou a perda de esperança na reforma agrária e conflitos pela terra, “fechamento de fora para dentro” (GRAZIANO, 1981, p.19). O alicerce das contribuições das categorias analíticas lutas de classe, consciência de classe, Estado, sociedade, elaboradas por Karl Marx no que se referiu ao desenvolvimento da sociedade burguesa no século XIX e XX foram significativas para a apreensão das determinações do capital financeiro, da práxis social e dos conflitos no campo nas produções da pós-graduação em Serviço Social.

“Esse quadro alterou-se substancialmente com a acentuação dos conflitos pela terra que passaram a se manifestar buscando visibilidade e reconhecimento da bandeira política da reforma agrária. Assim, “[...] a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.” (MEDEIROS, 2003, p. 14).” (D1)

“Segundo Castelo (2010 apud GONÇALVES, 2012, p. 661) esse Estado, é teoricamente classificado como [...] dominador e autônomo, [...] defende interesses coletivos, é complementar ao mercado e promove o bem-estar social. No entanto, essa concepção de Estado negligencia a influência das classes e setores dominantes, supõe a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade.” (D1)

“Na medida em que os efeitos regressivos e estagnantes dos ajustes estruturais passaram a ser sentidos em diversos países periféricos, gerando críticas e movimentos contestatórios ao neoliberalismo, o Banco Mundial percebeu que era necessário realizar um novo ciclo de reformas, pois em alguns desses países as tensões e conflitos sociais internos foram intensificados devido aos resultados negativos das medidas em curso, que agravaram a pobreza em sociedades que já eram extremamente desiguais.” (D2)

“Com isso, compreende-se que apesar das políticas de natureza creditícia serem aparentemente o dado mais “concreto” da realidade empírica, elas são meras abstrações se forem desconsideradas as determinações que as compõem, tais como o capital financeiro, o Estado, as políticas sociais, os conflitos de classe e a pobreza, por exemplo.” (D2)

“Ainda entre os clássicos, em fins do século XIX e início do século XX, surgia o paradigma marxista de abordagem histórico-estrutural, contrário às teorias funcionalistas. A teoria marxista se desenvolveu na Europa com Karl Marx seguida por outros teóricos e cujas categorias analíticas se referem às lutas de classe, consciência de classe, conflitos, práxis social, Estado, sociedade, etc.” (D4).

Ao analisar a categoria movimentos sociais foi apreendida dos trabalhos a práxis revolucionária dos sindicatos, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas e suas ameaças no contexto da agenda neoliberal que buscou o esvaziamento das atividades a partir das ameaças nas ações de fiscalização dos trabalhos precários, semiescravos e escravos.

Nesse sentido, os sindicatos e os movimentos sociais assimilaram as condições de vida e trabalho no campo brasileiro cujo ser camponês requereu condições de existências e de apoio da sociedade civil, destacou-se protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo acesso ao trabalho por meio da democratização da terra nas ocupações que denunciam a ausência da constitucionalidade da reforma agrária que alicerçou a CF de 1988 no Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Entretanto, as relações de subordinação do Estado neoliberal foram marcadas pelas tentativas de cooptação dos movimentos socioterritoriais, de esquerda pelo capital fetiche e pelas políticas públicas articuladas aos organismos internacionais, ao mesmo tempo que se operou a exploração do capital e os movimentos migratórios.

Por outro lado, o protagonismo dos movimentos sociais de 1996 no Brasil e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que foi considerada uma vitória pelos movimentos sociais do campo e o apoio da sociedade civil após a contestação ao massacre de Eldorado dos Carajás em abril de 1999 e a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a participação dos movimentos sociais no Colegiado do Alto Sertão Sergipano, Conselhos ou Comitê gestor de políticas públicas, sendo um dos campos de trabalho do(a) assistente social a assessoria aos movimentos sociais.

Embora, haja conquistas das pressões dos movimentos sociais sua existência tem sido ignorada e anulada nas lutas e resistências contra o capitalismo. A categoria a agricultura familiar foi polida pelo desenvolvimento capitalista quando desconsiderou a extrema concentração fundiária, segundo Montenegro Gómez (2006) e a questão agrária para enfatizar o discurso do proposta teórico-metodológica do Desenvolvimento de Comunidade, do combate à pobreza rural, do crédito bancário e do diálogo entre governos e movimentos sociais rurais para a funcionalidade do Estado aos organismos internacionais.

As produções destacaram a concepções de reforma agrária das Ligas Camponesas, a concepção camponesa dos movimentos sociais a mais utilizada de Abramovay (1992), seguida a concepção de movimentos sociais como espaço que geraria ações coletivas e cooperadas de Schneider (2005). O pensamento de Gohn (2007) de que abordagem marxista do conceito de participação articulado as categorias de análise: lutas e movimentos sociais.

A observação da realidade concreta tem demonstrado, contraditoriamente, a sobrevivência camponesa e sua resistência na tentativa de recriação mediante a luta pela terra, numa lógica que se contrapõe ao capitalismo e, conseqüentemente, ao agricultor familiar. Provas disso são as lutas populares no campo materializadas pelas ocupações de terras, promovidas pelo MST e demais movimentos sociais.(D1)

No entanto, sabemos que o principal desafio contemporâneo para o conjunto da classe trabalhadora é atingir esse momento ético-político por meio da luta de classes. Pois apesar de haver resistência no campo, a exemplo dos movimentos sociais, de gênero, indígenas, quilombolas, etc., a tendência das lutas sociais tanto no rural quanto no urbano é a desmobilização. Isso se dá devido à fragmentação dessa classe em nível mundial e à sua submissão aos interesses do capital.(D1)

“Portanto, este Colegiado mesmo sendo uma estrutura institucional criada a partir de um Programa governamental apresenta, desde o seu início, um diferencial, ou seja, se constituiu de forma aberta, tendo como premissa a ampla participação de entidades, movimentos sociais, ONG’s etc. Se diferencia, por exemplo, da maioria dos Conselhos, que **“não são abertos à participação de qualquer pessoa interessada na discussão. Quem pode falar e principalmente votar nos conselhos são os representantes eleitos ou indicados”**(TEIXEIRA et. al, 2012, p. 55, grifos nossos). Esse diferencial em sua constituição permite afirmar que o referido Colegiado possui ampla representatividade territorial, o que facilita e legitima a discussão das questões relativas às políticas de desenvolvimento rural” (D4).

Também foi discutida a defesa da necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais de acordo com o pensamento de Lorenz Von Stein (1840) e Schererwarren (1984); a concepção de Gramsci sobre o Estado ampliado na relação com sociedade civil; a reflexão do caráter político e expressão contestatória dos movimentos sociais de Montañó; Duriguetto (2011); os movimentos sociais desencadeados para a conquista da cidadania social, de acordo com Iamamoto (2013), a definição e delimitação do Território do Alto Sertão Sergipano configuradas no processo histórico do movimentos sociais.

As arena colegiada onde movimentos sociais e poder público atravessadas por contradições de classes que ao se fazer “representar através do Estado enquanto seu interlocutor, conformando o que Massardier et al. (2012) denominaram de —coalizão de causa territorial (apud DELGADO; GRISA, 2014, p.1)”

Nas pesquisas acerca da reforma agrária no Serviço social pode inferir que foram elaboradas à luz da teoria e método crítico revolucionário, as categorias analíticas classes sociais, conflitos, movimentos sociais e renda da terra foram adotadas nas dissertações de mestrado da UFS sendo a categoria renda da terra citada em proporção menor, tendo ênfase categoria pobreza e concentração de renda em maior proporção e relacionadas a reforma agrária popular e Serviço Social.

A reforma agrária popular foi analisada nas dissertações da pós-graduação de serviço social da UFS (2011-2021) a luz da teoria marxista/marxiana, sendo que uma dissertação não adotou o referencial marxiano, apenas marxista. Em geral, a reforma agrária popular está associado ao projeto profissional e ao projeto societário que vem dos camponeses, camponesas, sindicalistas, comunidades tradicionais, sendo orgânico, atende aos interesses do que vivem e trabalham na terra, mesmo que vivenciem períodos de sazonalidade na cidade, não perdem a relação com a terra, a cultura e história de vida das suas origens e sobrevivência.

Diferentemente, do projeto neoliberal que foi recusado nas produções da dissertações, por atenderem aos interesses de um grupo menor, que manipulou o estado para realizarem a regulação e políticas públicas baseadas no ajustes fiscais dos organismos financeiros internacionais, a exemplo do Banco Mundial e das transnacionais que produzem para a exportação, desabastecendo o mercado interno, culminando para o atraso econômico ao reduzir a agricultura camponesa em “gêneros alimentícios” e impulsionar a fome, degradação e crimes ambientais.

QUADRO 3- REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Referências Primárias (Obras de Karl Marx)	Referências Secundárias
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia (1983). Manuscritos econômico-filosóficos (2006). O capital: crítica da economia política. Livro 1, o processo de produção do capital (2014) e Tomo 2 (1996). Para a Crítica da Economia Política (1982). O 18 Brumário de Luís Bonaparte (2011). A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846), (2007). Marx (2014) ao esmiuçar a Lei Geral da Acumulação Capitalista Capítulos XXIII(A lei geral da acumulação) e XXIV (A chamada Acumulação Primitiva). O capital: crítica da economia política. Livro I. Vol. II (2009).	Abramovay, R. (1992) Abramovay (1999, 2003); Albuquerque (2009). Alcântara (2013) Almeida (2014) Amman (2003); Brito, Mozar; Brito, Valéria; Cappelle (2004). Bordenave (1983) Censo Agropecuário (2006). Fernandes, 1976 Gohn (1997; 2007; 2013), Gramsci (2001). Graziano da Silva (1981). Harvey (2007). Iamamoto (2012); Martins (1997, 2000) Montenegro Gómez (2006). Nakatani; Faleiros; Vargas (2012). Netto (2007) (2011) Oliveira (2003) Oliveira, A Umbelino De. (1991) Patman (1992); Paz (2012); Picolotto (2007) Porto (2012). Ramos Filho (2013). Silva (1982, 2013) Silva, Nelmiros Ferreira Da. (2013). Sabourin (2014) Sachs (2008); Scherer-Warren (1984) Schneider (2004) Tanezini (2015); Tonet (2017).

Fonte: Levantamento das pesquisas na pós-graduação em serviço social/UFS,2021.

Em linhas gerais a reforma agrária no Serviço Social mostrou uma discussão sobre questão agrária ainda alicerçada em autores defensores do paradigma da pluriatividade, da transformação do agricultor familiar em empreendedor, sobretudo, atividades não-agrícolas como o turismo, que pode ser exemplificado por Abramovay

(1992, 1999 e 2003), se configurou um acletismo ou na tentativa de “ressurgir o reconhecimento do papel de Marx para contribuir no conflito da luta de classes.

Por outro lado, temos as citações de Silva (1982, 2013) que faz uma crítica à modernização conservadora no campo brasileiro, posta de “fora para dentro”, ainda com discussões de políticas públicas de combate à pobreza como o Bolsa Família, mas que ainda são requisitadas para complementação de renda para a extrema pobreza brasileira e de reconhecimento dos organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial.

Não explanamos os/as autores/as da categoria Almeida, J.A (2019), Almeida, J. Almeida e Bezerra, C. S (2018), Delgado (2013), Masson e Sant`ana (2018), Mattei (2013), Lusa (2012), Lustosa (2012) que discutiram a questão agrária no Serviço Social no Brasil e dentre outros/as discutiram a política agrária situando o contexto regional, embora, na categoria a discussão seja nitidamente embrionária. Enquanto, as discussões das pesquisas sobre a questão agrária já estão avanças em outras áreas exemplo da geografia, maior pesquisadora da temática agrária, a exemplo de Oliveira (2001), Sampaio Júnior (2013).

Ao seguir o movimento do objeto da reforma agrária popular no Serviço Social foi nítido o entendimento que o avanço das forças ultraconservadoras associadas ao estado funcional ao capital e cuja retórica ideopolítica foi de mistificação da conciliação de classes entre capital x trabalho nos governos ditos de esquerda à negação da existência camponesa, dos povos tradicionais e da ignorância e distorções da questão de gênero e étnico-racial em conjunto com o aparato legal que esvaziou e reengendrou a política de reforma agrária consoante a constituição de 1988, que foi negada e abolida junto com proposta de reforma agrária popular no século XXI, de modo que, gerou lacunas nas produções da graduação e pós graduação do Serviço Social da UFS à luz da tradição crítica da teoria social, haja vista que, a extinção das políticas agrárias e da busca pelo aprimoramento do trabalho profissional por meio do atendimento das requisições institucionais estão cerceados.

Neste sentido, o Serviço Social como profissão já não podia responder a uma lacuna que própria esquerda brasileira deixou à margem que foi debate da reforma agrária popular e aliança camponesa e operária. O Serviço Social tardiamente discutiu a reforma agrária popular e ainda com poucas associações a dimensão ético-política, dando mais ênfase as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas às exigências contemporâneas, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) nas

produções da pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe (2011-2021). Ademais, as produções acerca da questão agrária e reforma agrária tem perdido força na graduação e pós-graduação do serviço social da UFS para temas emergenciais a exemplo de gênero e com lócus de trabalho profissional como a saúde. A partir do momento que o neoconservadorismo esvaziou, ignorou e retirou a possibilidade de incremento dos processos de trabalho no meio rural com desmonte das políticas públicas a exemplo do PAA, ATES, ATER, Pronaf, PNAE, colegiados territoriais e outros.

Para tanto, foi realizada investigação a partir da graduação, de modo a relacioná-la com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFS e pós-graduação em serviço social na UFS, associado as como preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), foram analisadas as produções científicas com foco na reforma agrária popular no Brasil. Por meio do mapeamento das dissertações da graduação e pós-graduação do serviço social da UFS com foco na reforma agrária popular entre 2011-2021, apreendeu a respeito da política de reforma agrária popular, tendências de desmontes à luz das diretrizes da agenda neoliberal no Brasil nas produções da graduação e pós-graduação serviço social da UFS e analisou a concepção das categorias questão agrária, política de reforma agrária, classes sociais apreendendo a práxis revolucionária das produções do Serviço Social na graduação e pós-graduação.

Mesmo assim, o serviço social reafirmou-se político-ideologicamente sob a perspectiva da práxis revolucionária, fim da propriedade privada e do modo de produção capitalista nas produções da graduação e pós-graduação do serviço social da UFS (2011-2021) desvelando as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.

Nessa etapa da dissertação apresentamos como resultados: a tendência do aprofundamento de debates centrados nas discussões sobre a questão agrária e a reforma agrária sob a tensão de disputas retóricas, na qual a perspectiva crítica assumida pelo serviço social brasileiro construiu possibilidades de reflexões acerca da reforma agrária de mercado, dos negócios no campo e do rentismo especulativo como estratégico à acumulação de capital. Ainda, possibilitou extrapolar a aparência das análises, cujas tensões no campo das políticas neoliberais tendenciada ao esvaziamento e à perda da centralidade da agenda de políticas para os/as trabalhadores/as que lutaram pelo acesso à

terra, retroalimentando o sentido e o significado que o Estado capitalista tem dado à política de reforma agrária enquanto base estruturante.

O Serviço Social brasileiro está intrinsecamente vinculado ao surgimento da questão social e sua relação conflituosa com a relação capital x trabalho, sobretudo nos estágios de desenvolvimento capitalista e gera especificidades de formas e modo de existência da sociedade. Percebe-se nesta relação que a questão agrária é originária da questão social. Conforme Masson e Sant`ana (2018, p.213) a *lei geral de acumulação capitalista, produtora e reprodutora da questão social, é mitigada por meio de políticas públicas que não inferem na estrutura de sociedade atual marcada por profundas desigualdades*.

Dessa forma é fundamental conhecer acerca das relações universais, singulares e particularidades que estão imbricadas no real concreto. Os resultados das pesquisas desvelam que a produção científica ainda é muito incipiente, sendo um desafio qualitativo, quantitativo os estudos sobre a questão agrária e questão social tendo em vista a apropriação dialética de marxista e marxiana. Além, de apontar que as pesquisas científicas sobre “reforma agrária” foram postas à margem em funcionalidade aos subsídios do agronegócio, evidenciando os mecanismos compensatórios, e por vezes, é diferenciada pelo diálogo entre Estado e os movimentos sociais.

A análise evidencia que a reforma agrária no contexto da gestão neoliberal do Estado está inserida no âmbito das políticas sociais, o que resulta na implementação de uma “reforma agrária” restrita a um conjunto de ações compensatórias, de caráter minimalista e ineficiente para lidar com a questão agrária, principalmente no patamar assumido pelo capitalismo contemporâneo. (MARTINS; SANTOS; VASCONCELOS, 2017).

Essa relação entre poder público e movimentos sociais também é posta como contradições de classe nos territórios rurais. Haja vista que, o Estado é interlocutor e funcional ao agronegócio.

Os estudos sobre o Serviço Social e reforma agrária são um desafio para os (as) profissionais nas políticas sociais e pesquisadores (as) da área, tendo em vista que são escassos e requerem mais aprofundamento para compreensão das configurações complexas do capitalismo na contemporaneidade e das facetas da questão social e da questão agrária.

Em relação as produções científicas levantadas pretendem-se dar continuidade acerca das produções nacionais, além dos estudos regionais na UFS. O que nos inquieta-nos saber qual a relação entre o Serviço social e a reforma agrária? Se se há relação entre o projeto ético-político e a proposta de reforma agrária popular?

O Projeto Ético Político do Serviço Social, é resultante deste processo e que está em permanente construção e reconstrução dialética. Suas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, avigoradas nas teorias social- crítica. (MASSON; SANT'ANA, 2018, 2015).

Portanto, desvelar nas pesquisas no âmago da categoria profissional a relação com a proposta de reforma agrária popular nos faz questionar: Quais as concepções reforma agrária das produções científicas do Serviço Social brasileiro? Como os (as) assistentes sociais que atuam nas expressões da questão agrária veem essa relação entre Serviço Social e reforma agrária? É importante destacar, que o assunto não pretende se limitar nesta reflexão, mas suscitar ainda outras discussões latentes da realidade social.

Diante do cenário, Sant'ana e Masson (2018) evidenciam a relevância da apreensão da questão agrária no cotidiano de trabalho do Serviço Social na perspectiva de totalidade e alinhada ao projeto ético-político. Para tanto, requer um horizonte societário que coadune com liberdade humana e nitidez dos caminhos que deseja percorrer os diversos meandros do cotidiano da realidade social, a fim de tornar a objetivação do trabalho dos (as) assistente sociais afinada proposta da reforma agrária com o Serviço Social.

Daí a importância da direção profissional construída historicamente pelo Serviço Social e de seus aportes teóricos sustentado numa perspectiva crítica e dialética, voltados à apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade. Os assistentes sociais têm como princípio ético-político a: *“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.”* Nesta direção, a apreensão das particularidades que compõem a questão social que advém do modelo de produção agrária e agrícola é parte da qualificação profissional para uma análise dos determinantes fundamentais que compõem as tensões e lutas de classe vigentes nessa sociabilidade. (MASSON, SANT'ANA, 2018, p.212, grifos da autora).

Sendo assim, a trajetória do Serviço Social brasileiro está imbricada de várias contradições do conflito capital x trabalho que origina a questão social e possui

particularidades históricas com a lei geral de acumulação capitalista, de maneira a gerar profundas transformações e desigualdades sociais. (MASSON, SANT'ANA, 2018).

As pesquisas dos trabalhos de dissertação de Serviço Social fizeram uma relação profunda entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas requereram novas pesquisas e discussões acerca da renda terra, da mercantilização da terra e seus múltiplos dimensionamentos pela monopolização. Os trabalhos acadêmicos elencaram a categoria concentração de renda que é fundamental no Serviço social que trabalha intervindo na questão social e pode articular com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Cabe ao Serviço Social indagar-se acerca das questões da concentração de renda, da concentração da renda da terra e da centralização da mesma pela expansão capitalista e sua relação com a dimensão ética do projeto profissional, segundo o professor Giovanni Alves é a grande sacada do Serviço social diante das outras profissões e das transformações do mundo do trabalho. Ademais, as pesquisas e produções do conhecimento acerca dos processos de trabalho do/a assistente social são incipientes devido ao desmonte das políticas agrárias, por conseguinte, ausência e precária inserção nesse espaço sócio- ocupacional, além das relações do capital, trabalho, estado, a relação urbana e rural que incidem no campo brasileiro e que se espraíram objetivamente e subjetivamente no meio rural por meio das questões de gênero, raça-etnia, indigenista e de várias de diversidade social.

As pesquisas dos trabalhos de dissertação de Serviço Social fizeram uma relação profunda entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas requereram novas pesquisas e discussões acerca da renda terra, da mercantilização da terra e seus múltiplos dimensionamentos pela monopolização à luz da perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético. Os trabalhos acadêmicos elencaram a categoria concentração de renda que é fundamental no Serviço Social que trabalha intervindo na questão social e pode articular com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Coube ao Serviço Social indagar-se acerca das questões da concentração de renda, da concentração da renda da terra e da centralização da mesma pela expansão capitalista e sua relação com a dimensão ética do projeto profissional, segundo o professor Giovanni Alves é a grande sacada do Serviço Social diante das outras profissões e das transformações do mundo do trabalho. Ademais, as pesquisas e produções do

conhecimento acerca dos processos de trabalho do/a assistente social e das relações do capital, trabalho, estado, a relação urbana e rural que incidem no campo brasileiro e que se espalharam objetivamente e subjetivamente no meio rural por meio das questões de gênero, raça-etnia, indigenista e de várias de diversidade social.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, apreendeu-se que, em geral o debate trata das seguintes categorias analíticas, seja de forma central ou transversal: a política de reforma agrária popular, a práxis revolucionária e as contrarreformas da agenda neoliberal de ajustes fiscais, a lógica de mercantilização da terra e degradação ambiental ao analisar as categorias questão agrária, reforma agrária e outras categorias, tais como, classes sociais, renda da terra, conflitos e movimentos sociais, além da contribuição do referencial teórico de Marx visualizado no decorrer a pesquisa.

Neste trabalho podemos abranger as pesquisas e produções do conhecimento na graduação e pós-graduação acerca das reformas agrárias populares que podem ser potencializadas ao articular as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas com a relação entre o projeto ético-político e o projeto de reforma agrária popular. Tendo em vista que, há uma unidade dialética entre questão agrária como particularidade da questão social, nos seus fundamentos e determinações da relação capita x trabalho no campo brasileiro.

Portanto, compreender as complexidades dessa relação no exercício democrático do pluralismo, ratificando à luz da teoria social na orientação do referencial teórico dos trabalhos e composição na realização deste, de modo a evitar o ecletismo sem confusão com o pluralismo teórico. A tímida inserção nas disciplinas obrigatórias comprometeu a apreensão crítica e a confusão da identidade camponesa como identidade de classe (BOGO, 2010), bem como apreensão mais aprofundada sobre a questão agrária e objeto a ser estudado, pois ao percorrer o seu movimento será perceptível que para longe de uma solução prática o horizonte consiste na emancipação humana, que não se confunde com ascensão e/ou escamoteio da reestruturação capitalista do protagonismo revolucionário dos camponeses e camponesas e criminalizá-los.

Podemos identificar, que há um dilema a ser enfrentado na graduação e pós-graduação no conjunto de articulação dos núcleos fundamentais entre Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFS enriquecendo as disciplinas obrigatórias com a temática do campo brasileiro, a fim de evitar a separação campo-cidade tão disseminada pelo capitalismo e por conseguinte a afirmar o referencial dialético e romper com a fragmentação das disciplinas na educação.

Tornou-se visível as resistências do ensino, da pesquisa e extensão em orientar para a uma leitura de totalidade da realidade social, os princípios do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) visando a defesa da reforma agrária, do trabalho, dos direitos sociais e cidadania, pois estavam presentes nas dissertações analisadas. Para que as classes populares sem acesso ou com às políticas públicas focalizadas e seletivas com vistas à privatização sob estratégia de organismos internacionais tenham acesso aos direitos sociais da Constituição de 1998 e no horizonte da democracia socialista.

Verificamos períodos de esvaziamento de estudos, pesquisa e produções científicas na graduação e pós-graduação, embora um cenário com fortes indicadores relacionados a questão agrária que poderiam ter se constituído em objeto de estudo. Observa esta lacuna nos estudos e pesquisa no cruzamento entre serviço social e reforma agrária, em governo de direita e de esquerda, cenário de retrocessos, em que o diálogo é substituído pela retórica da criminalização dos movimentos sociais, de certo, períodos que trazem elementos que poderiam problematizar no debate e nas pesquisas em Serviço Social, mas que, não foi focalizando nos estudos.

Entre as categorias centrais nos estudos podemos destacar: pobreza, concentração de renda, questão agrária, questão social, classes sociais, conflitos, movimentos sociais e as transversais: educação, juventude, gênero. As produções do período de 2011 e 2021 obtivemos inicialmente um governo no Estado brasileiro que dialogava com os sindicatos, movimentos sociais, ONGS e outros que até causava receios da sua capacidade de cooptação e a perda das críticas das organizações coletivas. Logo em seguida, não muito (in) comum na sociedade brasileira um golpe político de 2016, ilegítimo por meio de orquestramento dos mecanismos legais. Além da permanência do neoliberalismo que dar os pobres o mínimo de acesso as políticas públicas, as retomadas de governo ultraconservadores que criminalizam gerou um pacote de contrarreformas nas

políticas sociais, por meio de leis, decretos e projetos de leis a fim de desfinanciar, sucatear, privatizar e manter os privilégios da “elite do atraso no Brasil”.

As ofensivas reacionárias a democracia política, social, econômica e cultural adoção de uma necropolítica durante a pandemia de Coronavírus, que mostrou silenciamento dos mais vulneráveis do campo, da cidade, seja negros/as, seja de gênero, com meios de sabotar o controle social das políticas públicas, além do destima, negacionismo da ciência. Enquanto, as produções científicas embora, críticas absorveram ou enfrentaram o crescimento de retóricas pós-modernas, a-históricas, transclassistas, identitarismo ou reformismo.

Neste sentido, a proposta de reforma agrária popular caminha para a democratização da terra, a soberania alimentar, soberania energética, a transição agroecológica, direito, cidadania e justiça social visando a construção de uma sociedade livre de explorações e opressões.

É importante que, a inserção do serviço social nas políticas agrárias no âmbito da agricultura familiar, a exemplo do PNAE, ATES, colegiados territoriais, empresas públicas de pesquisa, e de agricultura e pesca possibilitam discutir sobre o processo de trabalho do/a assistente social na política agrária e o desmonte, a partir de desfinanciamento e negação dos direitos sociais inviabilização os espaços sócio ocupacionais de intervenção na questão agrária como particularidade da questão social geram ausência concreta de produções científicas que visam investigar a partir da graduação e pós-graduação em serviço social na UFS as produções científicas com foco na reforma agrária popular no Brasil (2011-2021) bem como reduz o mapeamento os TCCs e Dissertações da graduação e pós-graduação do serviço social da UFS com foco na reforma agrária popular entre 2011-2021 e investigação da perspectiva teórico-metodológica adotadas nos TCCs e dissertações do serviço social da UFS sob a perspectiva marxista/marxiana de que não há pelo estado ultraneoliberal a análise da concepção das categorias questão agrária, política de reforma agrária, classes sociais apreendendo a práxis revolucionária das produções do serviço social na graduação e pós-graduação.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **De Camponeses a Agricultores**: paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.

ACUÑA, Raul Patrício Gastelo. **Monsieur el Capital e Madame la Terre**: Dos fundamentos teóricos às significações da reforma agrária. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza: UFCE, 2009. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6250/1/2009-TESE-RPGACUNA.pdf . Acesso em: 01 fev. 2022.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, J.A. **A Unidade Estrutural entre Questão Agrária e “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro**. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 131 fls. 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2019/04/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL.-J.-AMILTON.-2019.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2022.

ALMEIDA, J. A.; BEZERRA, C. S. Questão Agrária: capitalismo e proletarianização rural no Brasil. **Revista Em Pauta**: 200 anos de Karl Marx: seu legado teórico e político, n. 41, v.16, segundo semestre de 2018. p.122-38. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36688/26320>.

ALVES, Giovanni. Trabalho e Capitalismo Global - Uma Análise histórico - crítica. *In: Curso de Extensão Universitária: A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global*, 2008.

ALVES, Kamilla Dutra. Serviço Social e Questão Agrária: Apontamentos Acerca da Questão Social no Campo Brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10995. Acesso em 01 Fev. 2022.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Mãos Dadas**. Disponível em: www.culturagenial.com/poemasde-carlos-drummond-de-andrade/. Acesso em: 26 Jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA –ABEPSS. Formação Profissional: Trajetórias e desafios. **Caderno Abess**, n.7, Cortez: São Paulo, 1997

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA –ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996). Brasília: UnB. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 18 Jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA –ABEPSS. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Resolução nº 15, de 13 de Março de 2002. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 31 Out.2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA, ABEPSS. In: Curso de Extensão Diálogos sobre Questão Agrária, Questão Social e Serviço Social. Rio de Janeiro: QADE/ESS/UFRJ; FACU/UFTM; NATRA/UNESP/Franca; FSS/ /UFJF; CHAIA/UFF,2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hHHeTA4cjlU>. Acesso em: 16 Jul, 2022.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

BORGES, Sergio Cardoso; ROCHA, Katiúscia Ramos Alves; ROCHA, Florisvaldo Silva; SILVA, Diógenes Almeida da. Escola família agrícola de Ladeirinhas “a” (EFAL): prática do plano de estudo (PE) – “terra, água fonte de vida/conservação e preservação do meio ambiente”. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.12, p.102332-102343 dec. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348253374_ESCOLA_FAMILIA_AGRICOLA_A_DE_LADEIRINHAS_A_EFAL_PRATICA_DO_PLANO_DE_ESTUDO_PE_-_TERRA_AGUA_FONTE_DE_VIDA_CONSERVACAO_E_PRESERVACAO_DO_MEIO_AMBIENTE_LADEIRINHAS_A_AGRICULTURAL_FAMILY_SCHOOL_EFALL_STUDY_PLA. Acesso em: 24 Jul.2022.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**, v.10, n. spe, p. 46-54, 2007.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasil: Brasília, 2007.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: DF. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-epecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em:01 Dez. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 31 Out. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB**. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 Out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no meio rural**. Aracaju, Sergipe, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II- Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA**. Aracaju, Sergipe, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei Nº 12.188/2010**, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Brasília, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 22/2010/CONEPE**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, noturno. São Cristóvão- SE. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

CARVALHO, Clarissa Andrade; SILVA; Everton Melo da. **Apropriação da Teoria Social de Marx Pelo Serviço Social: contribuições para o amadurecimento do debate da ética**. XVI ENPESS. Vitória- ES: UFES, 2018.

CFESS Manifesta. **Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas**. Brasília, 17 de abril de 2012.

CFESS. **Relatório Conjunto CFESS-CRESS**, 47º Encontro Nacional: É Preciso Não Ter Medo, É Preciso Ser Maior. Porto Alegre- RS, 2018.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza e GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do Capital e Desmonte da Seguridade Social: Desafios (im)postos ao Serviço Social. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS –CONAQ. Ofício do Decreto 4887/2003. Bahia: Bom Jesus da Lapa, 2021.

COSTA, Livia Roberta Silva Teles Costa. **Transversalidade da Dimensão Investigativa na Formação Profissional em Serviço Social: uma análise de projetos político pedagógicos**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristóvão-SE: UFS, 2018. Disponível em:

ri.ufs.br/bitstream/riufs/14014/2/LIVIA_ROBERTA_SILVA_TELES_COSTA.pdf.
Acesso em: 01 fev. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estruturalismo e Miséria da Razão**. 2ª Ed São Paulo: Expressão popular, 2010.

CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CRUZ, Suenya Santos. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural**: atividade agrícola de base familiar. In: Serviço Social e Sociedade, nº 110. São Paulo: Cortez, 2012.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2015. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. São Paulo, 2015.

DELGADO, G. **Reestruturação da Economia do Agronegócio**: anos 2000. In: STÉDILE, J.P. (org.) A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000, v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DELGADO, Nelson Giordano. GRISA, Catia. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Pobreza Rural no Brasil**: análise das institucionalidades e da governança. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 2014.

DUARTE, Kamilla Alves. **Decifrando o Enigma**: A Pobreza na Raiz da Financeirização e a Mediação do Agroamigo no Rural do Município de Arapiraca-AL. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: ri.ufs.br/browse?type=author&value=Duarte%2C+Kamilla+Alves. Acesso em: 01 fev. 2022.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e Questão Agrária: Apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

DUARTE, Karina Lima. **Questão agrária e 'Questão Social'**: mediações do caso brasileiro. São Cristóvão, SE, 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: dezembro de 2008. ISSN 2177-4463. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 31 Out. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai, Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Coleção Vozes do Campo).

FERREIRA, Luiza Amélia. **Serviço Social e Questão Agrária:** possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2015.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A Produção do Conhecimento e o Projeto Ético- Político do Serviço Social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25-33, jan./abr. 2020. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gy6BXbsJgxQ5dPfrYtNtCqM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 Out. 2022.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV; UFRJ, 2010.

GARCIA, Maria Fernanda. **2 milhões de Brasileiros Passaram a Viver na Pobreza em Apenas 1 ano.** São Paulo: Observatório do Terceiro Setor, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/2-milhoes-de-brasileiros-passaram-a-viver-napobreza-em-apenas-1-ano-2/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

GARCIA, Severina. **Assentamentos Rurais:** expressão da questão agrária. *In:* Capacitação em Serviço Social e políticas sociais, módulo 2. Brasília-DF: CEAD, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Emilia Pietrafesa de (Expositora); XVI Congreso de Antropología en Colombia y V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología: Políticas de los conocimientos y las prácticas antropológicas en América Latina y el Caribe, (06/06/2017 a 09/06/2017), Bogotá, COLOMBIA, Oral: Territorios, movilidades y pertenencia.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOIS, Magaly Nunes de. **Solo, Sementes e Frutos:** reflexões sobre a participação e o controle social da Educação do Campo. Curitiba: Appris, 2019.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1978.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado.** Serviço social e sociedade. São Paulo (SP). Ano XXXII, n. 112-Especial, p. 637-671, dez. 2012

GRANEMMAN, Sara. **A Capitalização é A Razão De Ser Dessa Reforma”, afirma Sara Granemann.** Brasília- DF: Andes Sindicato Nacional, 2019. Disponível em: www.andes.org.br/conteudos/noticia/a-capitalizacao-e-a-razao-de-ser-dessa-reforma-afirmasara-granemann0. Acesso em: 01 fev. 2022.

GUERRA, Y. D. **A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HARVEY, Devid. A Teoria Marxista do Estado. *In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, Devid. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. Coletânea de Textos da ENFF nº 14. São Paulo: SP, 2011.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis nº 03**, Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. *In: CFESS (org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cenacontemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

IANNI, O. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados**, 18(50), 2004. P. 06-20. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9965>

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. *In: Escola Florestan Fernandes (Org.) Coletânea de Textos da ENFF nº 30*. Teorias do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura. São Paulo, 2017.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. In: Escola Nacional Florestan Fernandes (Org.). **Coletânea de Textos da ENFF nº 30**. Teorias do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura. São Paulo, 2017.

LESSA, Sérgio. O Reflexo como “não-ser” Ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.89-112.

LIMA, Ana Cristina dos Santos. **'Prонера e o seu Impacto nos ssentamentos rurais Jacaré-Curituba e Nossa Senhora Santana'**. Monografia da Graduação em Serviço Social São Cristóvão- SE: UFS, 2002. **Disponível em:** <https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/pergamum/biblioteca/index.php>. **Acesso em:** 20 Jul. 2022.

LIMA, Francisca Gomes. **O Programa de Transferência de Renda no Governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do Plano Brasil Sem Miséria**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão- SE: Universidade federal de Sergipe, 2015.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil Rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

LÖWY, M. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**, vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. Prefácio de 1859. In: **Uma contribuição para a Crítica da Economia Política**. Livro de domínio público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2450. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARX, Karl. O Método da Economia Política. In: **Uma contribuição para a Crítica da Economia Política**. Livro de domínio público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2450. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARX, Karl, O Capital. Capítulo XXIV. In: **Coletânea de Textos da ENFF, nº 30 Teorias do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. A Nacionalização da Terra (1872). **Práxis Comunal**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 190-193. jan./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Biotempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich **Manifesto do Partido Comunista**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Hucitec, 1979a, 1997b, 2000c.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo: Um Renovado Desafio à Reflexão Teórica. In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. Eliane Tomiasi, João Edmilson Fabrini (Org.). 1ª edição. São Paulo, SP: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

MASSON, Gabriela Abrahão; SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social e Questão Agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, V. 21, N.1, P. 195-216, jul./dez. 2018.

MASSARDIER, G., SABOURIN, E., LECUYER, L., & ÁVILA, M. L.. **La Démocratie Participative Comme Structure D'opportunité et de Renforcement de la Notabilité Sectorielle**. Le cas du Programme de Développement Durable des Territoires Ruraux au Brésil, Territoire Aguas Emendadas. Participations, 1, nº 2, França: De Boeck Supérieur, 2012.

MATHIS, Adriana de Azevedo et al. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, maio/ago. 2017.

MATTEI, Lauro. (Org.). **A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina; STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais**. São Luís: EDUFMA, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 110, abril/junho 2012. São Paulo: Cortez, 2012.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3.ed- São Paulo: Cortez, 2011.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (Des)construção.** Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente- SP: Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia 2006.

MST. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** 16 de julho de 2021 Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 31 Out. 2022.

MST. **Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular:** Em defesa da vida do povo brasileiro, Medidas de emergência para uma Reforma Agrária. Pernambuco: UFPE e Centro de Formação Paulo Freire, 2020.

NASCIMENTO, Taiane Almeida do. **A Participação Popular no Controle Social da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Conselhos Municipais e no Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano.** Trabalho de Conclusão de Curso de Residência Agrária (Agroecologia, Questão Agrária, Agroindústria e Cooperativismo). São Cristóvão: UFS, 2015.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político Contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília: 2004a, 2006b.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Editora Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós64. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Introdução aos Estudos do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução do Método da Teoria Social.** In: CFESS (org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667- 700.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NETTO, João Cabral de Melo. **Morte de Vida Severina.** Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/morteevidaseverina.htm> . Acesso em: 22 Jul. 2022.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Máquina do tempo - O Brasil de volta ao mapa da fome**, Boletim Nº 14; Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://uenf.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Boletim-14-O-Brasil-de-volta-ao-Mapa-da-Fome.docx-1.pdf>,

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre as desigualdades no Brasil, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/CNET/Downloads/relatorio_nos_e_as_desigualdades_datafolha_2019.pdf. Acesso em: 31 Out. 2022.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre as desigualdades no Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2021/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>. Acesso em: 21 fev. 2022

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. M. C. **A Falsificação da Ira**. Ensaio-síntese para o projeto RLA 86/001. Clacso, Buenos Aires - Argentina, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, n. 15, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e no Agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, 21. São Paulo: AGB, ano 19, v 02, Julho- dez de 2003.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA- ONU. Panorama De La Seguridad Alimentaria Y Nutricional En América Latina Y El Caribe (2020). Santiago de Chile, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2242es/cb2242es.pdf>. Acesso em: 31 Out. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT. Convenções da OIT” de Arnaldo Süssekind, 2ª edição, Ed. LTR. 1998. 338p. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236114/lang--pt/index.htm. Acesso em: 31 Out. 2022.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=89228. Acesso em: 31 Out. 2022.

PASSOS, Glaucia da Rocha; MARTINS, Rosenaide Freire. **A Atuação do Serviço Social no Pronera/SE: a construção de uma representação coletiva do exercício profissional a partir da percepção dos diferentes atores envolvidos no programa.** 2002. 106 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano

PEREIRA, Antônio Alberto. **Além das cercas ...** Um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoa: Ideia, 2005.

PEREIRA, P. A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 17–28, 2015. DOI: 10.20396/sss.v4i1.8634975. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634975>. Acesso em: 1 nov. 2022.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural - os casos do MST, CONTAg e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013. (Coleção CLACSO- CROP).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *et al.* **Prolegômenos À Reforma Agrária Em Sergipe: O Convênio 04000/2007 Incra/Seagri em Foco.** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, XXI Encontro Nacional de Geografia, 2012.

RIBEIRO, Ana Carla Andrade; SANTANA, Marylane de Oliveira. **A Participacao dos Agricultores Familiares nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: um processo em construção.** Monografia da Graduação em Serviço Social. São Cristóvão-SE: UFS, 2002. Disponível em: <https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

REFAISA. Rede das escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido. **EFA - Japoatã (Ladeirinhas).** Sergipe: Japoatã, 2022. Disponível em: <https://refaisa.org/escolas/japoata/>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

SÁ, Dislaine Sousa. **A Questão Agrária na Produção Científica do Serviço Social.** São Cristóvão, SE: UFS. Monografia de Bacharelado em Serviço Social. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9588>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SCHNEIDER, Volker. Redes de Políticas Públicas e a Condução de Sociedades Complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Notas Críticas sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STÉDILE, J.P (Org.). **A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e**

perspectivas da reforma agrária na década de 2000, v. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189- 240.

SANT'ANA, Raquel Santos. Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Questão Agrária. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019. Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24060. Acesso em: 01 fev. 2022.

SANT'ANA, Raquel Santos; **Trabalho Bruto no Canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, C. M. **Instrumentos e Técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese de Doutorado. UFRJ, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019816.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SANTOS, Marlene Alves; TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Movimentos Sociais e Reforma Agrária**. Caderno de Aprendizagem. São Cristóvão- SE: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SANTOS, Antônia Fernanda da Silva; ARAUJO, Maria de Fatima Silva; JESUS, Vania de. **O Serviço Social no Meio Rural Sergipano na Conjuntura Neoliberal dos anos 90**. Monografia da Graduação em Serviço Social. São Cristóvão- SE: Universidade Federal de Sergipe. 2000. Disponível em: <https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 20 Jul. 2022

SANTOS, Josiane Soares; VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida; MARTINS, Tereza Cristina Santos (Orgs.). **Questão agrária e Desenvolvimento Rural**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2017.

SEED, Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. Rede Estadual: DRE06/Japoatã/Assoc. Mantem. da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas. Sergipe, 2022. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/redeEstadual/escola.asp?cdestrutura=251>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (orgs). 1ª edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008, p. 23-47

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas Fronteiras Agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. Acta Geográfica, Boa Vista, ed. esp., p. 245-264, 2013.

SILVA, Eliana Andrade da. A atualidade do Pensamento de Antonio Gramsci. Evento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SILVA, Iris Karine Dos Santos. **A Reforma Agrária No Governo Dilma**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Disponível em: ri.ufs.br/handle/riufs/6225. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 4ª ed. 1981.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o Comando do Capital Financeiro. *In: Serv. Social e Sociedade*. São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SILVA, Aylana Cristina Rabelo et all. **Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios na efetivação do projeto ético-político na FETAEMA**, VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/servicosocialequestaoagrariaposibilidadesedesafiosnaefetivacaodoprojetoeiticopoliticonafetaema.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, Eliana Andrade da. **Atuação do Assistente Social nas Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural: elementos para reflexão**. Anais do I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social, 2017. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/coloiocintas/article/view/3692. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, Lenilda da. A Política de Reforma Agrária em Alagoas entre 2003-2013. *In: Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, Política e Produção do Conhecimento: desafios ao Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/CTHdNkixQpVFgzmsn5YYWSL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SOUZA, Wladimir Sergio de Oliveira. **Projeto de Assentamento Modelo: algumas reflexões**. Monografia da Graduação em Serviço Social. São Cristóvão- SE: Universidade Federal de Sergipe. 2001. Disponível em: <https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

SOUZA, Maria José da Silva. **O Tema Gerador da Água na Pedagogia da Alternância: O Caso da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas (EFAL)**, em Japoatã/SE. Dissertação de Mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. São Cristóvão- SE: Universidade Federal de Sergipe, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10372/2/MARIA_JOSE_SILVA_SOUZA.pdf. Acesso em: 25 Jul. 2022.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SPOSATI, ALDAÍZA. Pesquisa e Produção de Conhecimento no Campo do Serviço Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.10, n. spe, p. 15-25, 2007.

STÉDILE, João Pedro. **Experiências Históricas de Reforma Agrário no Mundo**. V. 1. Editora Expressão Popular, 2020.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDAT, Roseli *et al* (Org.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2012.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em Conflito no Alto Sertão Sergipano**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2014. Acesso em: [//ri.ufs.br/bitstream/riufs/5458/1/THERESA_CRISTINA_ZAVARIS_TANEZINI.pdf](http://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5458/1/THERESA_CRISTINA_ZAVARIS_TANEZINI.pdf). Acesso em: 01 fev. 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAS, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/522>. Acesso em: 31 Out. 2022.

TONET, Ivo. **Método Científico**: Uma abordagem ontológica / Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa nas Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

6- APÊNDICES

6.1 APÊNDICE A – Roteiro de Análise Documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

PROJETO DE PESQUISA:

Mestranda: Taiane Almeida Do Nascimento **Orientadora:** Profa. Dra. Nelmiere Ferreira da Silva

1 - IDENTIFICAÇÃO:

- a) Tipo de Documento (TCCs, Dissertação, etc.): Dissertação- AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS E OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS
- b) Data do Doc: 06 de Junho de 2017
- c) Objetos Identificados: condições de trabalho precárias dos cortadores de cana; descumprimento os direitos trabalhistas.
- d) Categorias de Análise Centrais: : Cortadores de cana; condições de trabalho; estado; direitos trabalhistas.

2 – REFERÊNCIAS RECORRENTE DAS ANÁLISES:

- a) Referências secundárias (marxistas): ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Cana, casa e poder. Maceió: EDUFAL, 2009.
BRITO, Mozar José de; BRITO, Valéria da G. Pereira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Processo de negociação coletiva no espaço rural mineiro: uma análise retrospectiva da década de 1990. o&s, v.11, n.30, Maio/Agosto. 2004.
NR 31
C.F de 1988, bem como na CCT e está contida nas definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção nº 98 de 1948, CLT art.611
NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da **reforma agrária** na contemporaneidade brasileira. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 213-240, Abr./Jun. 2012.
PORTO, Roberta Guasti. A negociação coletiva de trabalho e a (re) Construção das relações de trabalho na sociedade Contemporânea. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- b) Referências fontes primárias (Obras de Karl Marx) MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983. _____. Manuscritos econômico-filosóficos. (Tradução de Alex Marins). São Paulo: Martin Claret, 2006.
_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, o processo de produção do capital. (Tradução de Reginaldo Sant'Anna). 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2014.
_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, o processo de produção do capital. Tomo 2. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova cultural, 1996.

3) Categorias Abordadas:

- a) Classes Sociais: trabalhadores rurais -cortadores de cana em Alagoas; dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Jequiá da Praia.

- b) Renda da Terra: o trabalho aborda a concentração de renda, mas não a renda da terra.
- c) Conflitos: relação capital/trabalho ;“A violência é direcionada não apenas para aqueles trabalhadores que lutam pela reforma agrária, mas também para os que denunciam o patrão na justiça do trabalho.” (p.133), conflito entre patrões e empregados.
- d) Movimentos Sociais: explicitados os sindicatos, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas.

3 –RELAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS DIMENSÕES:

- a) Dimensão Teórica-Metodológica: método materialista histórico dialético
- b) Dimensão Ética: luta pela reforma agrária, direitos ao trabalho e vida do trabalhador; “compromisso e a importância do sindicato para que os direitos.” (p.134)
- c) Dimensão Política - luta capital-trabalho; luta dos trabalhadores; questiona a formação social do estado alagoano

“A violência é direcionada não apenas para aqueles trabalhadores que lutam pela reforma agrária, mas também para os que denunciam o patrão na justiça do trabalho pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas. Isso ocasiona perseguições e mortes, o que se caracteriza como uma forma de dominação sobre o trabalhador. Albuquerque (2009) relata que, em geral, os praticantes de tais atrocidades são pistoleiros e policiais que cumprem essa função quando contratados tanto por fazendeiros quanto por usineiros.” (p.133)

6.2 APÊNDICE B – Roteiro de Análise Documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**PROJETO DE PESQUISA:****Mestranda:** Taiane Almeida Do Nascimento**Orientadora:** Profa. Dra. Nelmiere Ferreira da Silva**1 - IDENTIFICAÇÃO:**

a) Tipo de Documento (TCCs, Dissertação, etc.): Dissertação- A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DILMA

Data do Doc: 03 de abril de 2017

b) Objetos Identificados: ações de reforma agrária desenvolvidas no governo Dilma

c) Categorias de Análise Centrais: Reforma Agrária; Questão agrária; Política Agrária; Agronegócio; Governo Dilma.

Deve-se partir da compreensão que reforma agrária não é apenas a distribuição fracionada da terra, mas sim uma redistribuição de direitos, de poder e de renda, articulados ao uso coletivo e cooperado, com a finalidade de promover a transformação na estrutura política e social do campo. Pensar a questão agrária hoje remete a outras questões, sendo a reforma agrária a solução democrática possível e inerente à política. “A reforma agrária já não é mais hoje no Brasil uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 41 - grifos originais).

2 – REFERÊNCIAS RECORRENTE DAS ANÁLISES:

c) Referências secundárias (marxistas): GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

d) Referências fontes primárias (Obras de Karl Marx): MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 116-123.

3) Categorias Abordadas:

d) Classes Sociais: oligarquias agrárias e as nascentes classes sociais urbanas; burguesia industrial e a agrária. (IANNI, 2004, p. 143), capital industrial (IANNI, 2004). classes sociais rurais, classes urbanas e rurais. (IANNI, 2004, p. 158)

“No entanto, Veiga (1984, p. 08) aponta que é difícil que os governos adotem uma reforma agrária que promova alterações significativas na estrutura fundiária brasileira, visto que “além de modificar a distribuição da propriedade da terra, uma 16 reforma desse tipo tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais”. (p.15-16)

e) Renda da Terra: não trata diretamente. Renda é citada como resultado do trabalho no contexto capitalista.

Assim, envolve um conjunto de problemas próprios ao desenvolvimento do capitalismo no campo, como a concentração fundiária, a proletarianização, a expropriação, a submissão dos camponeses, a migração para a cidade, a baixa renda fundiária, e a cooptação dos camponeses pelo capital (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Por estas razões, é um tema de indiscutível relevância social, dizendo respeito a questões centrais da produção e reprodução da “questão social” no país. (p.22).

f) Conflitos: conflito de interesses estruturais; negação do conflito pelo Banco Mundial e a funcionalidade do II PNRA a essa mistificação; conflitos de terra; conflitos de linguagem sobre a reforma agrária do PCB, Ligas Camponesas e da Igreja Católica. O Estado como conflito de classes Castelo (2010 apud GONÇALVES, 2012, p. 661). Conflito e violência contra camponeses, indígenas e comunidades tradicionais (DATALUTA, 2015, p. 06). Conflito de comunidades tradicionais sob pressão do agronegócio; conflitos territoriais e sociais no MATOPIBA com impacto ambiental;

“A reforma agrária no Brasil implica, portanto, em questões bastante complexas que dizem respeito a conflitos de interesses estruturais que a dificultam ainda mais. Esse debate foi silenciado durante muito tempo na história do país, ao ser reprimido pela ditadura militar.” (p.16);

“Notam-se, por outro lado, avanços no diálogo entre governos e movimentos sociais rurais, como por exemplo, a participação desses na elaboração do II PNRA, que se centrou na tríade “paz, educação e qualidade de vida no meio rural”. Contudo, veja-se que essa tríade afirma ainda mais a concepção do Banco Mundial, de que a reforma agrária deve acontecer sem conflito.” (p.17);

.”Fernandes (2008) aponta que em uma pesquisa realizada em 1998, constatou-se que 83% dos assentamentos criados em 13 estados são fruto de ocupações e conflitos por terra.”(p.21);

“A iniciativa de implementação de diversos programas sociais destinados ao meio rural tinha o intuito apenas de conter os conflitos que pudessem vir a prejudicar a lógica do mercado de terras (PEREIRA, 2006).” (p.56)

“Esse quadro alterou-se substancialmente com a acentuação dos conflitos pela terra que passaram a se manifestar buscando visibilidade e reconhecimento da bandeira política da reforma agrária. Assim, “[...] a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.” (MEDEIROS, 2003, p. 14).” (p.59)

“Houve nessa época a unificação dos diversos conflitos por terra e a sua tradução para a linguagem da reforma agrária, principalmente em vista da influência e da divulgação dos ideais e propostas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em oposição surgiram outros grupos que defendiam outras concepções de reforma agrária, como foi o caso das Ligas Camponesas e da Igreja Católica.” (p.59)

g)

h) “Conflitos que eram resolvidos pelo poder dos patrões passaram a encontrar a mediação de concepções de direitos, das leis, gerando toda uma mobilização com o objetivo de fazer cumprir ou ampliar esses direitos. Paralelamente, as mobilizações a que deram origem tiveram o efeito de produzir o reconhecimento de categorias sociais que até então não tinham visibilidade no espaço público. (MEDEIROS, 2003, p. 19)”. (p.59-60).

i) “Segundo Castelo (2010 apud GONÇALVES, 2012, p. 661) esse Estado, é teoricamente classificado como [...] dominador e autônomo, [...] defende interesses coletivos, é complementar ao mercado e promove o bem-estar social. [No entanto] essa

concepção de Estado negligencia a influência das classes e setores dominantes, supõe a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade.” (p.96-97)

j) “Além disso, é corrente que as áreas destinadas aos assentamentos, bem como a demarcação das comunidades tradicionais, tenham origem devido aos conflitos e sejam alvo da pressão do agronegócio. “p.123-124)

k) “Esta expansão se deu, também, em parte dos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins, retomando a velha ‘Marcha para o Oeste’ (1940-1970) como se fosse uma segunda ‘marcha’, reeditando os conflitos territoriais e sociais e aprofundando os impactos ambientais (SAUER; PIETRAFESA, 2013).” (PIETRAFESA, 2016, p. 14).” (p.124-125)

l) g) Movimentos Sociais: diálogo entre governos e movimentos sociais rurais e funcionalidade do Estado aos organismos internacionais e econômicos do capital. concepções de reforma agrária das Ligas Camponesas.

3 –RELAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS DIMENSÕES:

d) Dimensão Teórica-Metodológica: “materialismo histórico-dialético, tendo em vista sua potencial contribuição para desvelar a realidade dos fenômenos em estudo e se constituiu em um estudo exploratório, com intuito de desenvolver e modificar conceitos e ideias, a fim de suscitar elementos para trabalhos posteriores.” (p.10)

“A formação social refere-se à dimensão histórico-concreta do modo de produção, envolvendo o conjunto de mediações que determinam as formas nas quais se gestam as relações sociais do modo de produção (SANTOS, 2012).”

e) Dimensão Ética: A alternativa ou possibilidade de reforma agrária proposta com a proposta popular

Dimensão Política: Defesa do trabalho em detrimento a lógica do capital; horizonte de impacto redistributivo na grande propriedade improdutiva.”

“O Estatuto da Terra conferiu aos termos latifúndio e minifúndio o estatuto de categorias legais e estabeleceu critérios quanto à definição da dimensão de área, às modalidades e tipos de utilização da terra, bem como à natureza das relações de trabalho (MENDONÇA, 2010). Não foi mais que “um mal necessário”, que ao conter a pressão dos movimentos sociais, impunha o novo modelo de desenvolvimento que deveria ser vigente no campo. Essa imposição foi feita de acordo com os interesses da classe dominante agrária, que alteraram o documento para evitar qualquer impacto redistributivo na grande propriedade improdutiva.” (p.62);

“Nesse ínterim, a reforma agrária brasileira tem a conotação “mercadológica” e conta com a legitimação do Estado para garantir os interesses do setor privado e dos organismos multilaterais. “No contexto das políticas neoliberais, a novidade mais central é que a reforma agrária adquire condição de uma política pública com ‘caráter mais social’, descartada da dimensão econômica.” (LUSTOSA, 2012, p. 24). Ganham destaque nesse cenário os programas de cunho compensatório e assistencialistas, que camuflam a realidade rural brasileira e não interferem nos fundamentos da questão agrária.”(p.98)

6.3 APÊNDICE C- Roteiro de Análise Documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**PROJETO DE PESQUISA:**

Mestranda: Taiane Almeida Do Nascimento **Orientadora:** Profa. Dra. Nelmiere Ferreira da Silva

1 - IDENTIFICAÇÃO:

a) Tipo de Documento (TCCs, Dissertação, etc.): Dissertação- DECIFRANDO O ENIGMA: A POBREZA NA RAIZ DA FINANCEIRIZAÇÃO E A MEDIAÇÃO DO AGROAMIGO NO RURAL DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL

Data do Doc: 12 de abril de 2017

Objetos Identificados: a lógica/significado da estrutura e funcionamento do Programa Agroamigo no município de Arapiraca/AL e sua inserção no movimento dialético de financeirização das políticas sociais

Categorias de Análise Centrais: Microcrédito, Pobreza Rural, Capital Financeiro, Políticas Públicas, Agricultura Camponesa.

2 – REFERÊNCIAS RECORRENTE DAS ANÁLISES:

b) Referências secundárias (marxistas): ABRAMOVAY, R. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992

Censo Agropecuário. Agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos de cárcere. Volume 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012;

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. Revista em pauta. Número 19 - 2007

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991

RAMOS FILHO, Eraldo. Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Lenilda da. A política de reforma agrária em Alagoas entre 2003-13. In: Terra em Alagoas: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013;

SILVA, Nelmiere Ferreira da. Crédito Fundiário e desenvolvimento territorial entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

TONET, Ivo. Desafios atuais para a classe operária. < Em http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/DESAFIOS_ATUAIS_PARA_A_CLASSE_OPERARIA.pdf> Acesso: 29 de jan. 2017.

c) Referências fontes primárias (Obras de Karl Marx): MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. _____ O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. _____ A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
Marx (2014) ao esmiuçar a Lei Geral da Acumulação Capitalista.

3) Categorias Abordadas:

e) Classes Sociais: trabalhadores, camponeses, burguesia rentista.
Em uma definição mais recente da questão social, Iamamoto (2012, p. 160) afirma que ela reflete as “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

f) Renda da Terra: Se no leste (onde predomina a agroindústria canavieira) a pobreza deriva da subsunção direta do trabalho ao capital, no agreste e sertão (semiárido alagoano) – onde prepondera o minifúndio e a policultura – ela é fruto da extração da renda da terra pelo capital. A ação deste no semiárido é intermediada pela tendência de concentração e de extração da renda da terra a partir de mecanismos de crédito e comercialização dos produtos de origem camponesa (SILVA L, 2013). (p.32).

Destarte, ao lado do trabalho assalariado mantêm-se relações arcaicas totalmente articuladas à reprodução capitalista, como a agricultura familiar, a peonagem, o regime de parceria e a informalidade, submetidas ao jugo da renda da terra e do capital financeiro, comercial e industrial (IAMAMOTO, 2012). Sobre essa questão, Oliveira (1991, p.20) é elucidativo na afirmação de que

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas. (p.46-47).

O que o capital subjuga é a renda da terra por meio do controle dos fluxos de dinheiro com a mediação financeira dos bancos, no tocante às estratégias de financiamento e comercialização da produção familiar. Assim, em setores como a produção de alimentos, que possui uma renda baixa, o capital cria as condições necessárias para extrair um excedente econômico, principalmente por meio da dependência de pequenos agricultores pelo crédito bancário, que transfere o (mais) valor produzido por eles para se realizar nas mãos do capital.(p.77).

Segundo publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, baseada nos dados do Censo Agropecuário (2006), Alagoas tem a desigualdade fundiária, medida pelo índice de Gini, mais elevada do país, 0,871; seguido pelo Maranhão, 0,866; Mato Grosso, 0,865; Ceará, 0,862; Mato Grosso do Sul, 0,857; Piauí, 0,856; e Amapá, 0,851. Esses dados refletem a situação alarmante da desigualdade fundiária em terras alagoanas, refletindo a sua concentração entre poucos grandes proprietários rurais, os quais podem dispor da renda da terra.(p.98)

Diante dessa constatação e dos dados acima apresentados na caracterização fundiária de Alagoas, particularmente do semiárido, reforça-se a tese de que, embora o capital não tenha renunciado a propriedade da terra, a principal estratégia de acumulação do capital no agreste e sertão é o controle dos fluxos de dinheiro, ou seja, da renda da terra, principalmente por meio da mediação financeira dos bancos. (p.104-105)

Em vista disso, é necessário nos determos na discussão da renda da terra como mediação utilizada pelo capital para se apropriar do mais valor produzido na agricultura capitalista ou camponesa. Uma particularidade explícita é que a terra não é fruto do trabalho humano, tampouco é suscetível de ser reproduzida e multiplicada no processo produtivo como os demais instrumentos de trabalho, ou seja, naturalmente a terra não é capital. Pois o capitalismo em sua essência é caracterizado como “[...] produto do trabalho realizado pelo trabalhador e não pago pelo capitalista, investido em meios de produção e matérias-primas voltadas para a exploração da força de trabalho” (RAMOS FILHO, 2013, p.85), de modo que a terra, enquanto bem natural, é radicalmente contrária a esse fundamento.(p.105)

. Essa é a condição para que os capitalistas arrendem ou coloquem as suas terras para produzir, com a garantia de que os preços dos produtos agrícolas sejam deduzidos a partir do solo com poucas características de fertilidade, de modo a incluir os custos de produção mais o lucro médio. É desse lucro médio, ou mais-valia social, que se subtrai a renda. Aqueles capitalistas cujas condições de produção operam com maior vantagem conseguem extrair um lucro extraordinário. É a partir disso que a renda da terra se diferencia em duas formas normais: a renda absoluta e a renda diferencial.(p.105).

O braço direito do capital na captação da renda da terra no semiárido é, sem dúvida alguma, o Estado. Esse, segundo Marx (2007, p.75), “[...] não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”, assim, o aparelho estatal responde às necessidades de acumulação do capitalismo.(p.106).

A superação das relações capitalistas de produção representa o fim da propriedade privada, da renda da terra, da pobreza e da exploração, isso é condição *sine qua non* para que no lugar da sociedade burguesa, com suas classes e contradições, surja “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (Ibid. p. 59).(p.135)

Por mais que ele não tenha penhorado a sua terra (no caso do Agroamigo Crescer), existe a possibilidade de ter que se desfazer dela para pagar a renda da terra ao capital financeiro. Na fala abaixo, destacamos a angústia da agricultora por medo de perder o único bem que a família possui para pagar a dívida com o banco: Se a pessoa não pagar eles vão fazer o quê? Se a pessoa tiver alguma coisa vai hipotecar, será? Só o que eu tenho é uma casinha lá na Batinga; nós veio pra aqui porque ele [marido] num tinha em que trabalhar, aí nós veio pra aqui pra vê se arrumava ao menos o que comer, porque não tinha mesmo. Aí pá pagar o banco, tamu com mais de três anos pá pagar, endividado e sem arrumar pá pagar! Aí fica complicado. Eu tenho medo, né? Muita gente num se importa não, porque muita gente faz o empréstimo e nem tá aí! Deixa pra lá. Diz: Ah, é do governo o dinheiro, tá: vou pagar não! [...] Eu num sou assim não. Eu mesma se tivesse um meio de vida eu já tinha pagado esse dinheiro, nem que seja todo mês uma parcela pequena, mas eu pagava. (JM 46 anos, Povoado Batingas, pesquisa de campo, 2016).(p.148).

Pois o agricultor transfere o seu lucro para o capital ao pagar a renda da terra ao banco. Essa relação de exploração velada, indireta e enigmática é o que cria o mais valor que é apropriado pelo capital financeiro e, na contrapartida, o trabalhador rural continua tão pobre quanto era antes.(p.157).

g) Conflitos: especulação imobiliária busca a reforma agrária tradicional para desmobilizar os conflitos no campo, com a participação do Estado funcional ao mercado financeiro; reformas do BM para atenuar conflitos e estes também são gerados pelas condições desiguais geradas pelos ajustes fiscais; conflitos de classes; , conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc, a funcionalidade da lógica de acumulação; conflito intrafamiliares, capital x trabalho, de poder; intervenção do Estado nos conflitos de classes para a coesão social, desmobilização de classe por meio do gerenciamento das políticas públicas de crédito e desenvolvimento rural com vistas a propor uma mudança de paradigmas.

Foi sendo estimulada no campo a constituição dos mercados de especulação fundiária como estratégia para a desmobilização dos conflitos sociais em torno da reforma agrária tradicional. (p.18).

“Na medida em que os efeitos regressivos e estagnantes dos ajustes estruturais passaram a ser sentidos em diversos países periféricos, gerando críticas e movimentos contestatórios ao neoliberalismo, o Banco Mundial percebeu que era necessário realizar um novo ciclo de reformas, pois em alguns desses países as tensões e conflitos sociais internos foram intensificados devido aos resultados negativos das medidas em curso, que agravaram a pobreza em sociedades que já eram extremamente desiguais.” (p.24).

Na medida em que os efeitos regressivos e estagnantes dos ajustes estruturais passaram a ser sentidos em diversos países periféricos, gerando críticas e movimentos contestatórios ao neoliberalismo, o Banco Mundial percebeu que era necessário realizar um novo ciclo de reformas, pois em alguns desses países as tensões e conflitos sociais internos foram intensificados devido aos resultados negativos das medidas em curso, que agravaram a pobreza em sociedades que já eram extremamente desiguais.(p.24)

Com isso, compreende-se que apesar das políticas de natureza creditícia serem aparentemente o dado mais “concreto” da realidade empírica, elas são meras abstrações se forem desconsideradas as determinações que as compõem, tais como o capital financeiro, o Estado, as políticas sociais, os conflitos de classe e a pobreza, por exemplo. (p.36)

Ao contrário do que sustentam alguns ideólogos, não estamos diante de uma “nova” questão social – entendo que estamos confrontados com novas expressões da questão social. A “velha” questão social, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos novas problemáticas, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semi-escravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenômenos que, novos, vinculam-se aos porões da globalização (NETTO, 2007, p. 156, grifos do autor). (p.52)

Isso significou um retrocesso para o poder dos sindicatos, já que a luta contra a exploração do trabalho migra de um campo de antagonismo claramente demarcado entre capital e trabalho e passa a ser mediado por relações de poder e conflitos intrafamiliares (HARVEY, 2007). (p.62).

Não obstante, para que a mundialização do capital financeiro e produtivo opere livremente sobre as fronteiras nacionais, é necessário a intermediação da esfera política, ou seja, dos Estados Nacionais, que devem assumir a função de sustentar a acumulação capitalista em seu território, assegurando as condições de produção e rentabilidade dos capitais de empréstimos investidos em suas economias, bem como mediar os conflitos

de classes e ainda administrar as crises do sistema – mas para isso deveriam ser reformados. (p.62).;

Como posicionamento teórico, podemos dizer que o “PQA analisa os conflitos e as desigualdades socioeconômicas geradas pelo capitalismo na agricultura, enfatizando a luta contra o capital como forma de sobrevivência do próprio campesinato” (SILVA N, 2013 p.49). (p.126).

Neste sentido, é preciso ressaltar que o programa de microcrédito rural Agroamigo reflete a lógica das políticas sociais na sociedade capitalista, que se constituem como mediações que o Estado internaliza para intervir nos conflitos de classe com vistas à “coesão social”, permitindo que uma classe possa ser dominante e dirigente sobre o resto da sociedade.(p.138).

A mudança paradigmática no tratamento para com os pobres do campo desmobilizou os conflitos de classe, visto que as contradições entre capital e trabalho passaram a ser tratadas como uma questão de gerenciamento de recursos, promoção do desenvolvimento rural, de políticas públicas, de crédito rural.(p.157).

h) Movimentos Sociais: do campo, familiar, camponês, de apoio a sociedade civil, protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo acesso ao trabalho. Subordinação do Estado neoliberal que tenta cooptar os mov. Sociais pelo capital fetiche pelas políticas públicas articuladas aos organismos internacionais e exploração do capital, movimentos Socioterritoriais, movimentos de esquerda, movimentos migratórios. Concepção camponesa dos movimentos sociais, segundo Abramovay (1992).

Até 1996 inexistia no Brasil uma política pública voltada para o fortalecimento da pequena produção rural familiar ou camponesa, por isso a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi considerada uma vitória pelos movimentos sociais do campo. (p.26).

Para efeitos político-práticos, tal medida representou um retrocesso para as pautas da questão agrária, da redução das desigualdades sociais no campo e da defesa dos direitos e demandas dos agricultores camponeses e movimentos sociais do campo. O MDA, apesar de suas limitações, representava uma conquista para a luta dos trabalhadores rurais e sem terra porque sua criação data do ano de 1999, após a mobilização dos movimentos sociais com apoio da sociedade civil em contestação ao massacre de Eldorado dos Carajás, em abril daquele ano. Por fim, com a extinção desse órgão, o governo mostra certo descaso com as pautas relacionadas aos trabalhadores da agricultura camponesa no Brasil. (p.38).

Assim, o Estado neoliberal passa a incorporar o agricultor familiar a partir de um conjunto de políticas articuladas aos organismos multilaterais como o Banco Mundial, a FAO, intelectuais, políticos, alguns movimentos sociais e sindicatos cooptados pelo fetiche do capital que tinha como escopo integrar as unidades camponesas no mercado internacional, subordinando essa relação de trabalho mercantil simples aos interesses da exploração capitalista. (p.71).

Montenegro Gómez (2006, p.68) afirma que

é interessante observar como essa categoria de agricultura familiar, lapidada nos moldes do desenvolvimento capitalista, vai desconsiderar as múltiplas dimensões que a agricultura de base familiar realmente mostra, no campo brasileiro, por exemplo: o problema da luta pela terra diante da extrema concentração fundiária existente; a agricultura de subsistência a que muitos pequenos produtores se vêem impelidos, por falta de uma política integradora; a existência de formas de vida camponesa relutantes, não tanto às mudanças per se, mas àquelas que as ignoram e até as que tentam anular; a

existência de movimentos sociais que lutam e resistem aos embates do capitalismo.(p.76).

Como consequência, assiste-se no meio rural a redução do protagonismo de instituições tradicionais como sindicatos, partidos e movimentos sociais em geral, que eram os polos agregadores da organização dos trabalhadores do campo, e a ascensão de organizações não governamentais e associações comunitárias que encontram respaldo ilegítimo no discurso do combate à pobreza rural.(p.88).

A sua estrutura fundiária reflete os determinantes econômicos, sociais e políticos herdados da formação social alagoana que se reproduzem contemporaneamente, expressando a relação desigual entre o latifúndio canavieiro, voltado diretamente para a exploração capitalista do território, versus a pequena produção camponesa de base familiar, que insiste em existir, somando-se à luta dos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores rurais sem-terra, os quais demandam acesso à terra viável para o trabalho.(p.96).

Abramovay (1992). Para o autor, a integração no mercado é a saída para enfrentar os problemas agrários no país, mas sua tese é conflitante com a concepção camponesa dos movimentos sociais e com o próprio modo de vida dos trabalhadores do campo, que são tensionados pela lógica das políticas públicas. (p.104).

Nesse sentido, a fuga dos camponeses do meio rural alagoano não deve ser compreendida como expressão da mera vontade do trabalhador em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, nem tão pouco os movimentos migratórios em direção aos centros urbanos, os quais provocam o êxodo rural em vastas regiões do Nordeste, devem ser atribuídos à capacidade de escolha do migrante, enquanto sujeito livre. (p.117).

A observação da realidade concreta tem demonstrado, contraditoriamente, a sobrevivência camponesa e sua resistência na tentativa de recriação mediante a luta pela terra, numa lógica que se contrapõe ao capitalismo e, conseqüentemente, ao agricultor familiar. Provas disso são as lutas populares no campo materializadas pelas ocupações de terras, promovidas pelo MST e demais movimentos sociais.(p.127)

No entanto, sabemos que o principal desafio contemporâneo para o conjunto da classe trabalhadora é atingir esse momento ético-político por meio da luta de classes. Pois apesar de haver resistência no campo, a exemplo dos movimentos sociais, de gênero, indígenas, quilombolas, etc., a tendência das lutas sociais tanto no rural quanto no urbano é a desmobilização. Isso se dá devido à fragmentação dessa classe em nível mundial e à sua submissão aos interesses do capital.(p.133)

Tonet (s.d.) defende que essa fragmentação decorre da perda da centralidade do trabalho por meio dos movimentos de esquerda e sua concentração na busca pelo controle do Estado. Essa tendência começou a se delinear com a ascensão dos partidos social-democratas ao poder, ideologicamente amparados no pensamento político da Segunda Internacional, cujo fundamento era baseado no reformismo. (p.133)

No caso por nós analisado, apesar do acesso às políticas de financiamento produtivo para os agricultores de base familiar ser considerado uma conquista da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais do campo, não se pode ignorar que serve muito mais ao capital do que ao trabalho, porque perpetua a dominação e a exploração de classe por meio de novos mecanismos de subtração do sobretrabalho via crédito bancário, como destacaremos nas análises seguintes.(p.138)

De modo geral, o Estado burguês se antecipa à luta dos trabalhadores incorporando algumas demandas represadas dos movimentos sociais situados em territórios marcados pelo conflito e pela luta de classes. (p.140)

3 –RELAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS DIMENSÕES:

f) Dimensão Teórica-Metodológica: perspectiva crítica a partir do método dialético.

g) Dimensão Ética: Perspectiva Gramsciana da catarse, da passagem econômica para ético-político

Gramsci (2001) chama esse momento de transição, na qual a “classe em si” torna-se “classe para si”, de catarse, porque a consciência deve elevar-se do particular para o universal, dando origem a uma sociedade emancipada. Para o autor, o termo catarse representa a passagem do “momento meramente econômico (egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (Ibid. p. 314).(p.133)

No entanto, sabemos que o principal desafio contemporâneo para o conjunto da classe trabalhadora é atingir esse momento ético-político por meio da luta de classes. (p.133)

h) Dimensão Política: Perspectiva Gramsciana da catarse, o horizonte ético – político de superação da classe trabalhadora por meio da luta de classes e o alcance da liberdade.

6.4 APÊNDICE D – Roteiro de Análise Documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**PROJETO DE PESQUISA:**

Mestranda: Taiane Almeida Do Nascimento **Orientadora:** Profa. Dra. Nelmiere Ferreira da Silva

IDENTIFICAÇÃO:

a) Tipo de Documento (TCCs, Dissertação, etc.): Dissertação- QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL: mediações do caso brasileiro

b) Data do Doc: 2014

Objetos Identificados: mediações e relações entre “questão agrária” e “questão social” no caso brasileiro

Categorias de Análise Centrais: questão agrária, questão social, e formação social brasileira.

REFERÊNCIAS RECORRENTE DAS ANÁLISES:

d) Referências secundárias (marxistas): FERNANDES, 1976
GRAZIANO, 1981
MARTINS, 1997, 2000
OLIVEIRA, 2003
SILVA, 1982

e) Referências fontes primárias (Obras de Karl Marx): . MARX, Karl. Capítulos XXIII(A lei geral da acumulação) e XXIV (A chamada Acumulação Primitiva). O capital: crítica da economia política. Livro I. Vol. II ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

3) Categorias Abordadas:

i) Classes Sociais: a formação das classes sociais; a questão agrária como processo de acumulação primitiva que tangencia as classes sociais; interesses antagônicos entre burguesia e classe trabalhadora subordinada e oprimida; oposição entre classes internas (OLIVEIRA, 2003); “formação de latifúndios e classes sociais derivantes da acumulação primitiva de capital metropolitano” (p.38), propriedade fundiária determinante das classes sociais (SILVA, 1982); “A concentração de terras é determinada de forma específica pela acumulação capitalista, de acordo com padrão produtivo. Destaca-se pelo interesse do capital internacional, pela determinação da formação social brasileira e na manutenção das classes sociais.” (p.62)

j) Renda da Terra: (questão agrária) “Ela surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda ao proprietário representa para a reprodução ampliada de capital e a acumulação primitiva na agricultura.” (MARTINS, 1997, p.11; 12).

k) Conflitos: metamorfoseados e vistos de acordo com interesse de classes sociais. “A questão agrária se metamorfoseia com a ascensão capitalista. Os problemas agrários e seus conflitos reaparecem e são visualizados de diferentes formas, a depender dos interesses de cada classe (p.19); O poder oligárquico tradicional ditou a solução dos conflitos de modo a resguardar os interesses materiais tradicionais. (FERNANDES, 1976); fechamento das fronteiras e apropriação do capital, desapropriação, pauperização, ausência de abastecimento de gêneros alimentícios, recorrendo a importações gera a perda de esperança na reforma agrária e conflitos pela terra, “fechamento de fora para

dentro” (GRAZIANO, 1981, p.19); atraso dos conflitos de terras como forma de estratégica dos militares para inserção do capital na região amazônica e expulsão dos nordestinos da terra para o investimento de capitais no antigo e atrasado latifúndio.(ref. P.76)

l) Movimentos Sociais: “O regime ditatorial procurou “esfriar” o crescimento dos movimentos sociais.” (p.74). Os movimentos urbanos e rural tiveram dificuldades devido a repressão militar, sendo que as ocupações terras no campo foram dissolvidas; Vários trabalhadores rurais de comprometeram com a luta pela terra e política, a exemplo o MST (referiu-se na p.76); sendo um campo de atuação da/do assistente social o trabalho com os movimentos sociais (referiu-se na p.84).

3 –RELAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS DIMENSÕES:

m) Dimensão Teórica-Metodológica: “O **materialismo-histórico-dialético** é o método que se apresenta como aporte essencial desta investigação, por meio do qual buscou-se reproduzir teoricamente o movimento real e efetivo do objeto. Este método exige a visualização dos fatos sociais, a partir de sua totalidade e foi assim que se tornou possível a esta pesquisa desvendar algumas das mediações da relação entre questão agrária e “questão social”. Vistos a partir da totalidade social, esses fenômenos foram explicados por suas relações dialéticas.” (p.13-14)

n) Dimensão Ética: ontológica do ser social direcionada para a supressão das relações de exploração capital x trabalho, coaduna com o projeto profissional; “análise ontológica da relação entre questão agrária e social, se apresenta no movimento histórico e dialético, no qual a questão agrária reaparece, como expressão do desenvolvimento capitalista e, portanto, das relações de exploração entre capital e trabalho que caracterizam a “questão social” (p.10)

o) Dimensão Política: questiona o fechamento das fronteiras e apropriação do capital, desapropriação, pauperização, ausência de abastecimento de gêneros alimentícios, recorrendo a importações gera a perda de esperança na reforma agrária e conflitos pela terra, “fechamento de fora para dentro” (GRAZIANO, 1981, p.19) (p.69) Relaciona-se a REFORMA AGRÁRIA: “ A “revolução” de 1930, de forma geral, marca “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”, (OLIVEIRA, 2003, p.35). Com isso os industriais tinham em troca

[...]favores fiscais, subsídios e incentivos, favores econômicos variados das próprias oligarquias de base rural. Entre nós, nunca se configurou como na Europa e, de certo modo, como nos Estados Unidos, um conflito histórico significativo entre os industriais e os grandes proprietários de terra que tornasse inadiáveis as reformas sociais e políticas, em especial a reforma agrária, que tornasse um país num país moderno. A nossa modernização tem um estilo próprio: ocorre intensamente na área *econômica*, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e, sobretudo, político. Esse é, ainda hoje, penso, o nosso impasse histórico. (MARTINS, 1997, p.20-21).”

“Primeiramente, segundo Graziano, o desenvolvimento da agricultura brasileira tem, por condição, a existência de “**terras sem donos**” ou devolutas. Essas terras eram consideradas as “fronteiras” da agricultura que se desenvolvia, isto porque eram ocupadas geralmente, por camponeses refugiados que já tinham sido expropriados ou eram os excedentes populacionais das cidades e encontravam, neste espaço, alternativa para a reforma agrária. Nestas terras os ocupantes tinham sua produção voltada para os gêneros alimentícios que, por vezes, em tempo de crise, supriam a carência no mercado nacional.” (P.68).

“A emergência das Ligas Camponesas e suas demandas por uma Reforma Agrária transformadora surpreendeu o país e colocou os trabalhadores rurais no centro do cenário político.” (p.74).

“A difusão da questão e a possibilidade de uma reforma agrária que absorvesse pequenos produtores dividindo as terras em pequenos lotes atingiam os interesses dos latifundiários- setor de domínio e poder, que levava este grupo a ser a maior parte da elite brasileira até a década de sessenta- tornou-se inadmissível o crescimento político deste movimento para esta elite.” (p.74)

“A partir do estatuto foram criados dois órgãos que seriam seus principais instrumentos de implementação: O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário- INDA. Entretanto desde que formados, nunca apresentaram resultados significativos, isto porque foram marcados por corrupção, grilagem e venda de terras para estrangeiros, fatos conhecidos e evidenciados nacional e internacionalmente.” (p.75)

“Com as denúncias comprovadas referentes a esses dois órgãos, estes se tornaram um único organismo como forma de melhorar a Implementação da Reforma Agrária não fazia parte dos objetivos do Estado.

Como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária, quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada. Por exemplo, o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) só foi criado em 1969, quando uma missão da FAO- *Food Agricultural Organization*, órgão da ONU- Organização da Nações Unidas, visitou o Brasil. Deste encontro nasceu a sugestão de fusão do IBRA e do INDA em um único organismo para melhor implementar a reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p.122) .” (p.75)

“Dessa junção nasce o “Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. A formação deste órgão gera, no Brasil, uma contrarreforma agrária. Na verdade, uma “mal- intencionada” proposta de migração e/ou propagação de um problema da região nordestina, para as regiões norte-nordeste.” (p.76).

“Esta estratégia geopolítica de exploração e ocupação da Amazônia foi a alternativa dos militares para a “reforma agrária” e o Programa de Integração Nacional – PIN, junto ao INCRA foram as peças desse jogo (OLIVEIRA,2007), materializando em verdade, a contrarreforma” (p-.76)

(Assistentes Sociais) “Estes profissionais podem ser contratados pelas agroindústrias, podem ser inseridos no Programa de Reforma Agrária (através do Instituto Nacional de Reforma Agrária- INCRA, pela via dos movimentos sociais, como também são chamados a implementar, de um modo geral, as políticas sociais em municípios de pequeno porte diante do processo de municipalização- talvez seja aqui que se concentra a maior parte dos assistentes sociais que atuam no espaço rural.” (p. 84).

6.5 APÊNDICE E – Roteiro de Análise Documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**PROJETO DE PESQUISA:**

Mestranda: Taiane Almeida Do Nascimento **Orientadora:** Profa. Dra. Nelmiere Ferreira da Silva

IDENTIFICAÇÃO:

a) Tipo de Documento (TCCs, Dissertação, etc.): Dissertação- PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

b) Data do Doc: 2016

Objetos Identificados: “focou a participação dos movimentos sociais, foram entrevistados oito representantes destes.” (p.08)

Categorias de Análise Centrais: Participação social. Movimentos sociais do campo. Desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS RECORRENTE DAS ANÁLISES:

a) Referências secundárias (marxistas): “movimentos sociais como Gohn (1997; 2007; 2013), Scherer-Warren (1984), Amman (2003); participação social nos autores Paz (2012); Patman (1992); Bordenave (1983); e sobre o desenvolvimento rural territorial Abramovay (1999, 2003); Schneider (2004); Sachs (2008); Sabourin (2014), entre outros. Na particularidade do desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano, algumas pesquisas foram referências nesta dissertação: Tanezini (2015); Silva (2013) Alcântara (2013) e Almeida (2014)”(p.18)

(NETTO, 2011)

(PICOLOTTO, 2007)

(SCHERER-WARREN, 1984)

b) Referências fontes primárias (Obras de Karl Marx): Não há, faz referência a Marx (1968 apud NETTO, 2011); Marx e Engels que deram origem a uma tradição analítica crítica, como afirma Gohn (2007, p. 21). Marx (1845) por Gohn (2007);

“uma das grandes contribuições de Marx foi estabelecer a relação entre a teorização e ação política dos movimentos sociais através do conceito de práxis social” (PICOLOTTO, 2007, p. 157).”(p.43);

“Para Marx, apenas a luta revolucionária das classes organizadas é que permitirá a superação das condições de exploração do capitalismo e a passagem a uma nova sociedade sem dominação de classe (SCHERER-WARREN, 1984, p. 34).”(p.43-44)

“Os escritos de Marx em Miséria da Filosofia (1847), A Ideologia Alemã (1845), o Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte (1850) e o Manifesto Comunista (1848) se referem a luta de classes, mas fornece subsídios para outros autores na elaboração da teoria dos movimentos sociais (GOHN, 1997). Foram vários os autores de tradição marxista que analisaram os movimentos sociais e suas semelhanças teóricas superam suas diversidades. Entre eles se destacam Lênin, Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Mao Tsé-tung, Gramsci, etc.” (p.44)

Segundo Alcântara (2013, p. 39), nas teorias de Marx, por exemplo, [...] desenvolvimento tornou-se a categoria central, entendido como um processo histórico, tão necessário quanto às leis naturais. A concepção hegeliana da história e a darwinista da evolução fundiram-se no conceito de desenvolvimento e adquiriu maior rigor com a aura marxiana. A palavra desenvolvimento não consegue descolar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução e maturação. (p.56)

3) Categorias Abordadas:

p) Classes Sociais: Terceira corrente dos anos 50, S. Lipset (1950) e Heberle (1951) buscava entender os movimentos revolucionários, a mobilização partidária, os grupos, o voto, o poder político e as classes sociais, de acordo com Gohn (1977)

Isso significa que houve diferentes enfoques, não foi homogênea, porém tem características comuns e seu núcleo articulador é a teoria da ação social de Parsons, o que leva Gohn (1977, p. 25-26) a considerar cinco grandes correntes teóricas, que passamos a apresentar:

1. A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início do século. Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949). 2. A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) – também militante de movimento social – e K. Kornhauser (1959). [...] Este último caracterizava os movimentos como formas irracionais de comportamento e os considerava antimodernos. 3. A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais. 4. A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o approach psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. 5. A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). [...] Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield. (p.42)

“Segundo Gohn (1997, p. 14), na Europa, mesmo com o surgimento de outros paradigmas, a abordagem teórica marxista continuou centrada [...] —no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais.” (p.44)

q) Renda da Terra: questionamento do desenvolvimento rural com a expansão capitalista centrado também na renda da terra.

“Uma década depois, a discussão sobre a temática do desenvolvimento rural sustentável aparece no Brasil, em um contexto de construção de uma nova Constituição, que instituiu mudanças políticas, sociais e econômicas importantes. Estava em debate e questionamento o modelo de desenvolvimento rural adotado ainda nos anos 1950, na expansão do capitalismo agrário, cujos princípios e fundamentos estão centrados no aumento dos lucros através da produtividade, neste caso, da produção agrícola e pecuária, além da renda da terra.” (p.69).

Conflitos: “Ainda entre os clássicos, em fins do século XIX e início do século XX, surgia o paradigma marxista de abordagem histórico-estrutural, contrário às teorias funcionalistas. A teoria marxista se desenvolveu na Europa com Karl Marx seguida por outros teóricos e cujas categorias analíticas se referem às lutas de classe, consciência de classe, conflitos, práxis social, Estado, sociedade, etc.” (p.43)

r) Movimentos Sociais: “objetivo analisar a participação dos movimentos sociais no Colegiado do Alto Sertão Sergipano com vistas ao desenvolvimento territorial.” (p.08)

“focou a participação dos movimentos sociais, foram entrevistados oito representantes destes.” (p.08)

“Os resultados apontam que o Colegiado do Alto Sertão Sergipano tem se configurado como um espaço importante de participação dos movimentos sociais, que historicamente já possuíam uma história de luta, sempre vinculada ao acesso à terra e a melhoria de vida da população do campo. A constituição de uma instância colegiada permitiu agregar os movimentos sociais que lutavam por questões específicas e localizadas em seus municípios para outra direção, cujo propósito é o desenvolvimento do Território.” (p.08)

“A participação dos movimentos sociais em espaços públicos chamados Conselhos, Colegiados ou Comitê gestor de políticas públicas é uma experiência relativamente recente no Brasil que se institucionalizou a partir da Constituição de 1988.” (p.14)

“Passados mais de duas décadas da instigante participação dos movimentos sociais nos referidos Conselhos ainda é uma temática que desperta interesse de vários estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento, especialmente da ciências humanas e sociais, que se propõem a analisar os resultados, a dinâmica de funcionalidade, eficiência e efetividade das políticas públicas e da prática social.” (p.14)

“Esse vigoroso momento de debate acadêmico, da participação dos movimentos sociais do campo nos fóruns e de suas mobilizações, motivaram o governo na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, com linhas de crédito específica para este segmento, e em 1996 institui a modalidade PRONAF Infraestrutura e Serviços¹ exigindo a criação de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, em nível municipal e estadual, sob as diretrizes do Conselho Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).” (p.14)

“De acordo com Schneider (2005, p. 100) —a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas [...] e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento. Nesta perspectiva, o governo federal lança o PRONAT em 2003 desencadeando um processo de sensibilização e formação junto aos movimentos sociais para disseminar os instrumentos operacionais e as estratégias para as instâncias de gestão do Programa, na qual foi instituído o Colegiado do Alto Sertão Sergipano.” (p.15)

“No processo de inserção dos movimentos sociais nestas arenas de disputas, de discussão e decisão das políticas públicas para o campo, tem-se observado algumas facetas contraditórias: por um lado as conquistas e os avanços no sentido de melhoria na formatação das políticas públicas planejadas a partir da realidade, por outro, a permanência da situação de pobreza da maioria dos camponeses que continuam sem acesso à terra, ao crédito, à educação, à saúde, ou seja, excluídos do processo produtivo e colocados na escala dos assistidos pelos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família.” (p.16)

“A constituição de espaços de participação social pelo Estado brasileiro foi consequência do processo de redemocratização política no final dos anos 1980, tendo como principais atores os movimentos sociais que desde a década passada lutavam pelas reformas estruturais, pelo acesso às políticas públicas, pela cidadania.” (p.18)

“Assim, como afirma Gohn (2007, p. 24 e 25), —na abordagem marxista o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociaisl.” (p.32)

“O pensamento marxista concebe a participação associada às lutas e movimentos sociais, ou seja, —a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e culturalll (GOHN, 2007, p. 24-25).” (p.32)

“Neste sentido, o princípio da participação enseja a luta pela igualdade de direitos e oportunidades no acesso aos bens e serviços públicos e na distribuição da riqueza socialmente produzida presentes em contextos e momentos históricos diferentes tomando significados e formas distintas, seja no âmbito estatal e/ou com os movimentos sociais.” (p.33)

“Na contramão da proposta teórico-metodológica do Desenvolvimento de Comunidade, os movimentos sociais estimulam a participação popular e organização comunitária questionando a forma de participação nas políticas públicas previamente elaboradas pelos grupos que detém o poder, ou seja, clamam pela participação na tomada de decisões reconhecendo a legitimidade dos direitos sociais, econômicos e políticos dos setores populares.” (p.37)

“A transição de um regime militar para um Estado de direito foi fundamental para que os movimentos sociais ocupassem os espaços de representação da sociedade civil organizada, mesmo que instituídos pelo poder público.” (p.38)

“A partir de 2003, estimula-se a participação fazendo um chamamento aos movimentos sociais para as Conferências, Fóruns e Colegiados, dando-se novas configurações ao processo participativo na esfera pública.” (p.40)

“Os movimentos sociais acabam sendo direcionados para ocupar espaços na gestão pública, levando alguns deles a uma "institucionalização" pela ação do Estado.” (p.40)

“Os estudos sobre os movimentos sociais surgem por volta de 1840 tendo como principal teórico Lorenz Von Stein, —quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como do movimento proletário francês e do comunismo e socialismo emergentes (SCHERERWARREN, 1984, p. 12).” (p.41)

“Assim, as abordagens clássicas se referiam aos movimentos sociais e as ações coletivas como totalitarismo, alienação das massas, antimoderno e antidemocrático. Sua preocupação estava voltada a —promover a reforma social de uma sociedade 43 convulsionada em direção ao que se entendia como verdadeiro caminho, harmonioso e estável (GOHN, 1997, p. 27), conforme orientação da Escola de Chicago.” (p.42-43)

“De acordo com Gohn (1997) Marx não elaborou uma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas desenvolveu estudos sobre a sociedade capitalista a partir de sua gênese histórica, das relações sociais de produção, da compreensão de todo processo de acumulação, mais-valia, alienação, e da exploração que se processa na relação capital-trabalho. —Para Marx, apenas a luta revolucionária das classes organizadas é que 44 permitirá a superação das condições de exploração do capitalismo e a passagem a uma nova sociedade sem dominação de classe (SCHERER-WARREN, 1984, p. 34).” (p.43-44).

“A concepção de Gramsci sobre o Estado ampliado que significa a dialética da correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil foi, portanto, um suporte teórico para alavancada dos movimentos sociais neste período.” (p.44)

“Conclui-se que, os 48 novos movimentos sociais têm caráter político e se expressam de forma contestatória que —surgem ora como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 164, grifos originais).” (p.47-48)

“Segundo Iamamoto (2013, p. 134),

[...] a compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado. As Leis Sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência

do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista da cidadania social.” (p.48)

“A luta dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais era pela conquista dos direitos trabalhistas como redução da jornada de trabalho, repouso semanal, impedimento de trabalho aos domingos e feriados, proibição do trabalho noturno de menores de 18 anos, entre outros.” (p.49)

“O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) foi revogado pela Lei Federal 5.889 de 08 de junho de 1973, atualizando alguns dos direitos dos trabalhadores rurais. Sinteticamente, pode-se afirmar que o período dos anos de 1978 e 1985, ficou marcado não apenas pela transição política, mas, sobretudo, pelos impactos dos movimentos sociais que, [...] levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular [...]. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. (SADER, 1988, p. 26-27).” (p.50)

“As mudanças pretendidas pelos movimentos sociais se pautavam nos princípios de liberdade, democracia, garantia de direitos e da cidadania. Essas lutas foram materializadas na conquista de direitos contidos na Constituição de 1988, principalmente no capítulo que trata da ordem social, indo na contramão do que vinha acontecendo em nível internacional, quando direitos sociais estavam sendo eliminados, com a adoção do ideário neoliberal.” (p.51)

“As novas configurações dos movimentos sociais neste século se tornaram mais abrangentes, difusas e com algumas dificuldades. Se por um lado, consegue mobilizar as —massas‖ com maior fluidez através das redes sociais em torno de questões nacionais (contra a homofobia, aumento de passagens, corrupção, etc.); por outro, o debate foi despolitizado, principalmente entre os jovens, e aqueles movimentos que historicamente estiveram na vanguarda das mobilizações sociais e atos políticos com discursos combatíveis em oposição ao capital, ao pensamento único neoliberal, aos atos do governo contrários à sociedade, diminuíram a força política e autonomia quando institucionalizou a prática social por dentro das instâncias do Estado.” (p.54)

“As mudanças na agricultura a partir da chamada —revolução verde‖ inquietaram as organizações e os movimentos sociais, estudiosos e outros segmentos fazendo emergir o debate sobre o avanço do capitalismo no campo que gerou novos paradigmas e conceitos do desenvolvimento rural.” (p.61)

“Estas proposições formuladas nos programas governamentais em períodos recentes coincidem, por vezes, com discursos reinantes de movimentos sociais do campo. Contraditoriamente afirmam sua oposição ao agronegócio (empresa capitalista) e aos pacotes tecnológicos da modernização da agricultura que levou ao aprofundamento da questão social no meio rural.” (p.72)

“A SDT definiu critérios para eleger uma região delimitando os municípios para compor um —Território Rural‖ constante no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) tais como: —possuir o máximo de 80 habitantes por Km², não ultrapassando a 50 mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público; e possuir um conselho estadual de desenvolvimento rural(MDA, 2011)14. Assim, a definição e delimitação do Território do Alto Sertão Sergipano foram se configurando em seu processo histórico não só do ponto de vista das características físicas, naturais (espaço geográfico), mas, sobretudo, das dinâmicas sociais e políticas marcada pela emblemática ação dos movimentos sociais de luta pela terra de 1979 a 2003.” (p.83-84).

“No Território do Alto Sertão Sergipano, os elementos culturais, ambientais e sóciopolíticos, a ação dos movimentos sociais na luta pela terra, que resultou em mudanças na estrutura fundiária e nas relações de poder, foram determinantes para que o MDA/SDT, 92 reconhecesse o processo que já se constituía enquanto um —território de identidade. Várias políticas públicas de impacto vem se implementando neste território por força da ação reivindicatória e presença forte de movimentos sociais, ONG’s (ASA, Cáritas Semiárido, Associações) além das entidades e empresas de assistência técnica (SASAC, CDJBC, CFAC, ATES, ICEFASE, EMDAGRO) dando suporte técnico e apoio político-institucional por meio de parcerias e convênios em projetos específicos: Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) 16, Projeto um Milhão de Cisternas (P1MC), Assessoria Técnica Social e Ambiental nos Assentamentos, etc.” (p.91-92).

“Portanto, este Colegiado mesmo sendo uma estrutura institucional criada a partir de um Programa governamental apresenta, desde o seu início, um diferencial, ou seja, se constituiu de forma aberta, tendo como premissa a ampla participação de entidades, movimentos sociais, ONG’s etc. Se diferencia, por exemplo, da maioria dos Conselhos, que **“não são abertos à participação de qualquer pessoa interessada na discussão. Quem pode falar e principalmente votar nos conselhos são os representantes eleitos ou indicados”** (TEIXEIRA et. al, 2012, p. 55, grifos nossos). Esse diferencial em sua constituição permite afirmar que o referido Colegiado possui ampla representatividade territorial, o que facilita e legitima a discussão das questões relativas às políticas de desenvolvimento rural” (p.97).

“A escolha do representante para a esfera do Colegiado reflete os dilemas da representação no âmbito dos movimentos sociais. Há uma tendência destas ficarem restritas às direções dos movimentos, fato que pode ocasionar um distanciamento das lideranças com a base social e política que legitima suas proposições e deliberações.” (p.99)

“Já na terceira fase (2015-2017) há um novo desenho na estrutura de assessoramento por meio do convênio CNPq/MDA/UFS que deu origem ao NEDET, contando com uma equipe de 03 assessores territoriais indicados pelos movimentos sociais, sendo: Gênero (MPA), Inclusão Produtiva (MST) e Gestão Social/articulador (MPA), respaldados por professores da UFS ou IFS além de bolsistas estudantes. Atualmente as Câmaras Técnicas se distribuem nas seguintes frentes temáticas: mulheres, agroecologia e inclusão produtiva.” (p.101-102)

“A ampliação das discussões é um fator importante para dar outra dinâmica ao Colegiado do Alto Sertão Sergipano podendo-se considerar um avanço, uma vez que estão nesse espaço organismos públicos dos governos federal, estadual e municipal para mediar a relação com a sociedade e responder pelas demandas e execução das políticas públicas. Para os membros representantes da sociedade civil, neste caso os movimentos sociais, essa visão do papel das instâncias colegiadas e de sua efetiva participação nesse espaço não só contribui para a busca de soluções dos problemas, como também para dar visibilidade ao movimento na sociedade que legitima suas ações, conforme relatos dos entrevistados.” (p.105)

“... A participação efetiva da juventude nas atividades do Colegiado tem sido fundamental para suscitar, por parte dos movimentos sociais, discussões em torno da permanência ou esvaziamento deste segmento no campo, dada a precariedade das políticas governamentais para esse público, as condições desfavoráveis de formação educacional, repercutindo na quase total falta de oportunidades de trabalho no meio rural.” (p.106)

“A inserção dos movimentos sociais nas arenas públicas instituídas pelo Estado polariza o debate em torno do papel da sociedade e do Estado e da relação recíproca entre ambos,

questionando se a participação dos movimentos sociais nas esferas de decisão das políticas públicas foi uma conquista para cidadania ou —como chega a afirmar Francisco de Oliveira que o movimento social foi capturado pelo Estado (GOHN, 2014, p.60).” (p.107)

“Apesar de algumas dificuldades expressas no processo de controle social, o que se nota é que houve uma intensa participação dos movimentos sociais na elaboração dos projetos no Colegiado do Alto Sertão Sergipano, no período de 2003 a 2012.” (p.120)

“A construção da compreensão de que é possível articular essa triangulação — participação/movimentos sociais/desenvolvimento territorial - foi sendo construída desde 2003 a partir de mudanças que ocorreram na forma de pensar e gestar as políticas sociais, das pressões advindas da sociedade civil organizada, das diversas discussões e concepções do modelo de desenvolvimento a ser estabelecido no Brasil.” (p.126)

“A persistência e resistência desses movimentos sociais no enfrentamento das forças subjacentes ao modelo de desenvolvimento rural do agronegócio incentivado pelos organismos internacionais e pelas políticas públicas neoliberais, que se expressa nas políticas de incentivo ao consumo de agrotóxicos, produção de transgênicos, tem sido fundamental para mudar o cenário da região em que se encontram.” (p.128)

“Conclui-se que nesta arena colegiada onde movimentos sociais e poder público dialogam sobre uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial se traduzem as contradições de uma sociedade de classe, em que não está presente a figura do patronato, porém se faz representar através do Estado enquanto seu interlocutor, conformando o que Massardier et al. (2012) denominaram de —coalizão de causa territorial (apud DELGADO; GRISA, 2014, p.1)” (p.129)

3 –RELAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DAS DIMENSÕES:

s) Dimensão Teórica-Metodológica: método histórico dialético.

“A análise dos fenômenos sociais, nesta perspectiva, concebe o objeto tal como ele é em sua dinâmica e estrutura, observando a aparência e analisando a essência das relações sociais, dos processos que se estabelecem em um determinado período histórico, como bem explicado por Marx (1968, apud NETTO, 2011), ou seja, o método histórico dialético consiste na análise e interpretação de fenômenos sociais na sociedade capitalista em seu processo de desenvolvimento. Segundo Marx (1968, p.16, apud NETTO, 2011, p. 25), —na investigação, o sujeito tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas. Conforme Lukács (1979, apud NETTO, 2011, p.27, grifos originais), —a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica [...] a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica [...], importava-lhe a lógica de um objeto determinado”. (p.24)

“Nesse processo, a reforma agrária instrumento para o desenvolvimento do campo não foi tocada. Ou melhor, em todos os períodos históricos, de governos civis e militares, a reforma agrária como opção para o desenvolvimento rural foi sinalizada, no entanto, ainda não era uma política de Estado, nem de governo. Além da questão agrária, do aumento dos latifúndios nas mãos de poucos que gerava concentração de riquezas e exclusão social, surgia a preocupação com a questão ambiental, que nesse modelo estava ameaçando as possibilidades de sustentabilidade, em decorrência da matriz produtivista que se utilizava de máquinas e equipamentos, uso abusivo de agrotóxico, energia elétrica, etc, sem nenhuma preservação ao meio ambiente, como já anunciado.” (p.69)

“Porém com a eclosão das ideias globalizantes do neoliberalismo a partir da década de 1990 as teses que defendem o paradigma do capitalismo agrário ganham força de

expressão (política e ideológica) tanto no meio acadêmico como no âmbito do Estado e até nas formulações de organizações e movimentos sociais do campo. Portanto, as abordagens e fundamentações desse paradigma contribuem para a elaboração de novas diretrizes (bases conceituais) dos programas de governo nesta década intitulado —Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural, conhecido como o —Novo Mundo Rural (MDA, 1999).” (p.71)

“Do ponto vista ambiental, a região vem sofrendo um processo de degradação e desertificação decorrentes da chamada “modernização da agricultura” que introduziu o uso excessivo de máquinas e —defensivos agrícolas, desde a década de 1970, somado a outros fatores como a crescente densidade populacional, práticas agrícolas predatórias, desmatamento de caatingas e matas ciliares, queimadas, poluição de rios e seus afluentes, do impacto socioambiental da construção da barragem do Xingó e de outros projetos, além do incremento da reforma agrária na região.” (p.84)

t) Dimensão Ética: Recusa ao projeto neoliberal e busca o fortalecimento da agricultura camponesa, vindo a se embasar na autora Scherer-Warren (1984) que fala da concepção de luta dos movimentos sociais de libertação das classes sociais, segundo Marx. Percebe a descaracterização do Estado pelas políticas ao inserir no território o município de N. Sr^a de Lourdes sem histórico de luta na região, mas foi definido pela política pública de desenvolvimento rural sustentável como pertencente ao território do Alto Sertão Sergipano. Defende a reforma agrária e o projeto camponês.

“Em muitos estudos sobre esse tema há consenso de que a modernização da agricultura impondo um modelo de desenvolvimento importado dos países centrais, de fortalecimento do projeto neoliberal (excludente, depredador do meio ambiente, concentrador de terra e renda), estava se esgotando.” (p.21)

“Scherer-Warren (1984, p. 24) em seus estudos sobre os movimentos sociais observou que —a contribuição de Marx para análise dos movimentos sociais de libertação das classes socialmente oprimidas foi uma das mais ricas já realizadas. A autora analisa as categorias práxis, projeto, ideologia, organização e direção do movimento, contudo, enfatizou a práxis que aparece em Marx —como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza.” (p.21)

“Nossa Sra. de Lourdes, que não possui assentamentos de Reforma Agrária e não se insere nas lutas históricas pela terra, passa a fazer parte do Colegiado por insistência da participação de representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) com assiduidade, sendo reconhecido pela SDT.” (p.23, nota de rodapé)

“Assim, a experiência do Colegiado do Alto Sertão Sergipano expressa, com todas as limitações e desafios, uma inovação no controle social das políticas públicas pelo seu caráter motivador, participativo e com grande capacidade de mobilizar pessoas e organizações centradas na Reforma Agrária e no projeto camponês de agricultura familiar em âmbito territorial, na busca de melhoria das condições de vida e trabalho da população rural.” (p.129)

u) Dimensão Política: Entende que elite brasileira não deseja a reforma agrária, mostra a importância da luta de classes para alterar as relações de poder, de modo que lutou no processo histórico pela reforma agrária no Brasil.

“Ainda na perspectiva de um governo populista, alinhado com as demandas sociais, João Goulart, em 1962, lançou as —Reformas de Base propondo mudanças estruturais nos setores bancário, fiscal, urbano, administrativo, universitário e agrário. Apesar de não terem sido aprovadas pelo Congresso Nacional, o que gerou reações por parte dos movimentos populares, movimento estudantil, movimento sindical e dos partidos políticos progressistas, seu posicionamento político contrariou setores conservadores da

elite brasileira, especialmente, os latifundiários que não desejavam a reforma agrária. Tal situação levou, entre outros, a chegada dos militares ao poder.” (p.35)

“Assim como a Contag, outros movimentos sociais do campo, assessorias de assistência técnica e ONG’s acreditam que o desenvolvimento rural sustentável passa necessariamente pela (re) distribuição de terra através da reforma agrária, elemento estratégico para maior produção de alimentos, além de inibidor do êxodo rural que, historicamente, contribuiu para o aprofundamento da questão social.” (p.73)

“Quanto ao acesso à terra foram criados programas de financiamento a compra e venda da terra a exemplo do Banco da Terra (1994) e posteriormente o Programa Nacional de Crédito Fundiário (2003), que se expressam na mercantilização da Reforma Agrária.

É na emergente alternativa estratégica à crise do modelo econômico, mediante refuncionalização das políticas públicas sob o ideário neoliberal que o Banco Mundial terminou secundarizando algumas políticas, a exemplo da própria definição de política de reforma agrária e, de tal maneira que programas voltados para o financiamento de compra e venda de terras passaram a ser —instrumentos de reforma agrária. Essa inserção mercantil do agricultor encoberta pelo discurso de —alívio da pobreza, afina-se às orientações de políticas pró-mercado. Sob esse ideário, os ajustes recomendados nas diretrizes anunciadas no chamado Consenso de Washington, orientaram a adoção pelos diferentes países da África, da Ásia, da América Latina e também no Brasil da chamada reforma agrária de mercado. Impulsionados por essa lógica, tal reforma agrária tornou-se o mais novo instrumento instituído no processo de acumulação sobre a propriedade fundiária. (SILVA, 2013, p. 25).”(p.75)

“Alinhados com o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Fome Zero, 2003), no governo do presidente Lula da Silva, percebem-se alguns avanços nas políticas públicas, em particular no campo brasileiro, com a ampliação dos recursos financeiros e criação de novos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e dos beneficiários da reforma agrária como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), entre outros.” (p.75)

“Isso reforça a importância da luta dos movimentos sociais neste Território, ou seja, em uma região historicamente dominada pelo latifúndio e com alta concentração fundiária. O processo de luta pela reforma agrária tem demonstrado bem essa questão.

Essa experiência histórica singular evidencia o caráter estrutural da reforma agrária como política pública e sua potencialidade para alterar as condições de vida dos trabalhadores rurais, tanto na superação da —pobreza material, pelo fato do acesso à terra alterar as relações sociais de produção que conformam a estrutura agrária; como da —pobreza política (DEMO, 2003), pela participação em movimentos sociais do campo, suas formas de organização e lutas coletivas. (TANEZINI, 2015, p. 51)” (p.91)

“Nesse processo se constitui o Território do Alto Sertão Sergipano que já possuía uma história de mais de duas décadas de luta dos movimentos sociais e que ao longo dos anos produziram uma significativa transformação da configuração espacial e das dinâmicas sociopolítica, econômica e ambiental da região, tendo em vista a conquista de um número expressivo de assentamentos de reforma agrária (INCRA), um reordenamento fundiário seja através do financiamento pelo Programa de Crédito Fundiário ou pela regularização da posse da terra, a exemplo das terras dos índios Xocós, dos quilombolas e de antigos posseiros minifundistas.” (p.127)